

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Programa de Pós-Graduação em Letras

Paola Hagen de Oliveira

O FEMINISMO INTERSECCIONAL EM “GAROTA,
MULHER, OUTRAS”, DE BERNARDINE
EVARISTO

Ano 2024



Paola Hagen de Oliveira

O FEMINISMO INTERSECCIONAL EM *GAROTA, MULHER, OUTRAS*, DE
BERNARDINE EVARISTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito para a obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação da Profa. Dra. Fabiane Verardi.

Passo Fundo

2024

CIP – Catalogação na Publicação

- O48f Oliveira, Paola Hagen de
 O feminismo interseccional em “Garota, mulher, outras”,
 de Bernardine Evaristo [recurso eletrônico] / Paola Hagen de
 Oliveira – 2024.
 1.1 MB ; PDF.
- Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Verardi.
 Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo
 Fundo, 2024.
1. Crítica literária feminina. 2. Evaristo, Bernardine, 1959-.
 3. Feminismo na literatura. 4. Análise do discurso. I. Verardi,
 Fabiane, orientadora. II. Título.

CDU: 82.09

Catalogação: Bibliotecária Juliana Langaro Silveira – CRB 10/2427

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação

“O feminismo interseccional em “Garota, mulher, outras”, de Bernardine Evaristo”

Elaborada por

Paola Hagen de Oliveira.

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Letras, Área de concentração: Letras, Leitura e Produção Discursiva”

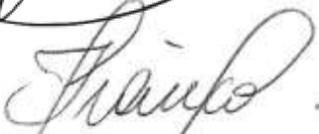
Aprovada em: 05 de abril de 2024.
Pela Comissão Examinadora



Prof.^a Dr.^a Fabiane Verardi
Presidente da Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a Raquel Aparecida Cesar da Silva
Integrado - UPF



Prof. Dr. Luis Francisco Fianco Dias
Universidade de Passo Fundo



Prof.^a Dr.^a Claudia Stumpf Toldo Oudeste
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus agradecimentos a todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuíram para realização desta pesquisa. Este trabalho não teria sido possível sem o apoio, encorajamento e contribuição de muitas pessoas queridas.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora Profa. Dra. Fabiane Verardi pelo apoio, paciência, compreensão e incentivo que iniciaram ainda na graduação. Agradeço imensamente pela parceria e amizade que se fortaleceram nas conversas pelos cafés coimbrenses e que foram alento em tempos difíceis.

À Profa. Dra. Raquel Aparecida César da Silva e ao Prof. Dr. Luís Fianco Dias pela leitura cuidadosa do meu trabalho, por suas contribuições valiosas e pela generosidade nas suas ponderações.

Aos meus amigos e amigas que compartilharam angústias, reflexões e conquistas, em especial ao João Augusto Reich pelo apoio e carinho ao longo de todo o processo.

Aos meus pais, Paulo e Véra, pelo amparo, por encorajarem as minhas decisões, mesmo as mais difíceis e pelo incentivo desde os meus primeiros trabalhos escolares.

À minha sobrinha Emma Lyn que movimenta nossas vidas desde que chegou, que desassossejou as minhas certezas e que me motiva a ser parte da solução de questões que desafiam a todas nós, mulheres, e a ela, em especial.

Sou profundamente grata a todas as mulheres que me antecederam, que forçaram todas as portas que estiveram fechadas por séculos e que, à custa de muitos esforços, trilharam caminhos que me permitiram estar aqui hoje.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (PPGL/UPF) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos que me foi concedida e que viabilizou minha participação no mestrado.

Acima de tudo, meu infinito agradecimento ao Rodrigo Fritsch, meu suporte em todos os sentidos, meu maior incentivador, que constantemente aponta minhas capacidades quando eu tendo a esquecê-las, que me motiva a olhar para o presente e para o futuro com otimismo e esperança, meu melhor amigo, meu amor maior.

Sou antes de tudo e principalmente uma escritora; é pela palavra escrita que eu processo todas as coisas – eu mesma, a vida, a sociedade, a história, a política. Não é só um trabalho ou uma paixão, é o próprio âmago de como eu existo no mundo, e eu sou viciada nessa aventura de contar histórias como meu meio mais poderoso de comunicação (Evaristo, 2021).

RESUMO

Resumo: Este estudo propõe uma análise da constituição das personagens femininas na obra *Garota, Mulher, Outras*, da autora Bernardine Evaristo, sob a lente das teorias feministas, com especial atenção às perspectivas do feminismo interseccional. Para tanto, selecionamos cinco personagens como corpus de análise desta pesquisa dentre as doze apresentadas pela autora, investigadas à luz dos pressupostos teóricos do feminismo clássico de Beauvoir, Butler e Perrot, e do feminismo interseccional fundamentados nos escritos de Collins, Davis e hooks. Ao abordar tais aspectos, esta dissertação objetivou não apenas compreender a complexidade das personagens femininas na narrativa, mas, também, contribuir para uma reflexão mais ampla sobre as interseções de gênero, raça e classe no contexto da produção literária contemporânea.

Palavras-chaves: Feminismo. Interseccionalidade. Garota. Mulher. Outras.

ABSTRACT

Abstract: This study presents an analysis of the constitution of female characters in the novel *Girl, Woman, Other*, by the author Bernardine Evaristo, through the lens of feminist theories, with special focus on the perspectives of intersectional feminism. Therefore, we selected five characters as the corpus for the analysis in this research, out of the twelve presented by the author, investigated in light of the theoretical assumptions of classical feminism by Beauvoir, Butler, and Perrot, as well as intersectional feminism based on the writings of Collins, Davis, and hooks. By addressing these aspects, this dissertation aimed not only to comprehend the complexity of the female characters in the narrative but also to contribute to a broader reflection on the intersections of gender, race, and class in the context of contemporary literary production.

Keywords: Feminism. Intersectionality. Girl, Woman, Other.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 UM RECORTE DA HISTÓRIA.....	13
2.1 OS CONDICIONAMENTOS DOS ESPAÇOS FEMININOS.....	18
2.2 O TRABALHO FEMININO NAS SOCIEDADE OCIDENTAIS.....	24
2.3 DIFERENTES TEORIAS FEMINISTAS.....	31
3 TEORIAS DO FEMINISMO INTERSECCIONAL.....	41
3.1 O TRABALHO FEMININO PELO VIÉS INTERSECCIONAL.....	53
4 UM OLHAR SOBRE <i>GAROTA, MULHER, OUTRAS</i>.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	95

INTRODUÇÃO

O impacto da leitura, notadamente da leitura literária, é tema recorrente em diversas teorias. As representações, as mediações e as expressões simbólicas realizadas através da leitura ampliam o entendimento sobre nós mesmos, sobre os outros, sobre os diferentes contextos. A leitura literária nos confronta com realidades heterogêneas, desiguais, inquietantes e nos convida a uma reflexão crítica. Encontramos histórias de outros e outras, por vezes tão distintas, mas repletas de angústias, enfrentamentos, de pequenas e grandes conquistas, tais como as nossas. Para além das diferenças, é a dimensão humana das experiências narradas que pode ser compartilhada pelos leitores. Mais que reflexão, a literatura pode ser uma via concreta para ações transformadoras, com relevantes impactos pessoais e sociais. Pensar uma pesquisa de mestrado que tenha como foco uma obra literária é considerar todos esses aspectos da leitura, bem como a relevância de determinados temas nas esferas pessoal, profissional, acadêmica e, especialmente, na esfera social. A escolha da obra *Garota, Mulher, Outras*, da autora Bernardine Evaristo, como objeto de um estudo mais aprofundado levou em consideração o interesse pessoal pela temática tratada na narrativa, bem como a prática docente no ensino de língua inglesa. Entendemos que a literatura e o ensino de línguas são temas complementares e indissociáveis.

Desta forma, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar a constituição das personagens femininas na obra *Garota, Mulher, Outras*. Bernardine Evaristo é uma escritora, professora e crítica literária de origem anglo-nigeriana, autora de obras de ficção, ensaios e poemas. A obra *Garota, Mulher, Outras*¹, vencedora do prêmio *Man Booker*², é o oitavo livro da autora e o primeiro a ser publicado no Brasil. Evaristo foi a primeira escritora negra a receber o prêmio desde a sua criação, no ano de 1969. A narrativa apresenta doze personagens, entre elas onze mulheres e uma pessoa que se define como não binária, cujas histórias se entrecruzam e se complementam, sem destaque para uma protagonista; mulheres negras, de distintas origens, idades e posições sociais, historicamente ignoradas na literatura ocidental. Os temas tratados são complexos e abordam questões raciais, de gênero, classe social e sexualidade. Outras obras de Evaristo tratam da mesma temática, com enfoques distintos, mas ainda não contam com edições em português. Esta pesquisa tem como intuito, também, ampliar a fortuna crítica da

¹ *Girl, Woman, Other* no original em inglês, com primeira publicação em 2019 pela editora britânica Hamish Hamilton. A edição brasileira, publicada no ano de 2020 pela editora Companhia das Letras, com tradução de Camila von Holdefer, será a principal versão utilizada para esta pesquisa.

² Prêmio literário concedido anualmente ao melhor romance escrito em língua inglesa publicado no Reino Unido e na Irlanda.

autora, ainda pouco conhecida dos leitores brasileiros. Por uma escolha pessoal de recepção do texto, cinco personagens são analisadas neste trabalho. A primeira delas, Amma, inaugura a narrativa e, por meio dela, encontramos algumas outras. As experiências da personagem estão entrecruzadas com as vivências da própria autora e dão conta da realidade de muitas mulheres negras na sociedade britânica contemporânea. A segunda personagem analisada é a nigeriana Bummi, cuja história apresenta as relações familiares, de trabalho e sociais de uma mulher imigrante nesta mesma sociedade. Olhamos, também, para a personagem Penelope e como suas percepções de mundo estão moldadas pelas experiências de um determinado grupo de mulheres. Abordamos, ainda, as histórias de Carole e La Tisha, personagens próximas na adolescência e que se distanciaram na fase adulta. Por meio dos seus relatos, a autora nos apresenta diferentes escolhas pessoais e as relações de classe que essas escolhas engendram. A escolha de tais personagens não ocorreu de forma aleatória. Reconhecemos nelas as condições de muitas mulheres, mulheres negras na sua quase totalidade, apresentadas nas diversas teorias do feminismo clássico e, com maior compreensibilidade, nas teorias do feminismo interseccional.

Ao longo de séculos, o silenciamento das vozes femininas foi evidente. Em nome das convenções sociais, das religiões e do poder masculino, os acessos das mulheres aos livros e à leitura foram por muito tempo inexistentes e inviabilizaram uma escrita feminina. O que sabemos sobre essas mulheres está carregado das vozes e das percepções masculinas; as representações nas obras literárias refletem os papéis a elas conferidos em determinados locais e momentos históricos. Assim, destacamos a importância da pesquisa realizada por mulheres, com o foco em obras de autoria feminina. Os textos de autoria feminina que versam sobre a mulher – seus enfrentamentos, suas batalhas na ocupação dos espaços historicamente destinados aos homens, suas conquistas, seu corpo e sexualidade – iniciaram com maior expressividade somente no século XX. É, portanto, inegável a importância da teoria crítica feminista para uma ampliação dos acessos e reconhecimento das mulheres como sujeitos da própria história. As contribuições das teorias feministas constituíram uma base para mudança de paradigma no pensamento ocidental. No entanto, cabe destacar que os textos da crítica feminista tradicional são, na sua maioria, de autoria branca, ocidentais, produzidos no norte global. Muitos não contemplam importantes questões para além do gênero, em especial, a questão racial e de classe social.

O objetivo principal desta pesquisa está centrado na análise da constituição das personagens femininas na obra *Garota, Mulher, Outras*, pela perspectiva das teorias feministas e, em especial, das autoras do feminismo interseccional. As teorias feministas interseccionais tornaram-se fundamentais para a análise, tendo em vista as personagens, a autoria e os contextos

da obra escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa. Conceito relativamente recente, as teorias dessa vertente feminista abarcam as adversidades e opressões sofridas por distintos grupos de mulheres, ainda mais invisibilizadas e assujeitadas nas sociedades contemporâneas: mulheres negras, mulheres pobres ou com diferentes identidades de gênero. Consideramos, também, a importância das teorias do feminismo interseccional para análise das questões da representatividade em contextos plurais e com demandas próprias da contemporaneidade; teorias cuja presença ainda é incipiente em muitos contextos acadêmicos. Os objetivos específicos tratam de revisar as concepções da historiografia da mulher, de visitar as teorias críticas feministas desde a tradição até o feminismo interseccional e de investigar a representação e a presença do feminismo interseccional na obra *Garota, Mulher, Outras*, de Bernardine Evaristo.

A pesquisa está organizada em três capítulos teóricos, além da introdução e um capítulo onde são apresentadas as considerações finais. O primeiro capítulo revisa a trajetória das mulheres e dos feminismos e está dividido em três seções nas quais tratamos da história das mulheres com base nas perspectivas teóricas das pesquisadoras Michelle Perrot (1998, 2019, 2020), Marta Robles (2019); discorremos sobre o trabalho feminino nas sociedades ocidentais tomando como base, igualmente, as teorias da pesquisadora Silvia Federici (2019, 2021, 2023) e, por fim, abordamos conceitos dos feminismos clássicos pois entendemos que estudar uma escritura de autoria feminina pela perspectiva da teoria crítica feminista tradicional é, antes de tudo, explorar alguns conceitos relativos à mulher como categoria de análise. As contribuições da filósofa Simone de Beauvoir (2009) sobre o tema continuam imprescindíveis, passados setenta anos do lançamento do seu livro *O Segundo Sexo*. Contamos também com a teoria do autor Pierre Bourdieu (2020), notadamente na obra *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. O conceito de gênero e suas implicações está apresentado nas teorias de Judith Butler (2021). No segundo capítulo teórico, abordamos as perspectivas do feminismo interseccional que nos fornecem novos parâmetros para temas importantes e que não foram objeto de estudo das teorias críticas do feminismo tradicional, com uma seção que trata do trabalho feminino pelo viés interseccional. Para tanto, valemo-nos das obras das autoras Oyèrónké Oyěwùmí (2021), Angela Davis (2016, 2017), bell hooks (2019, 2022), Patricia Hill Collins (2021, 2019) e Lélia Gonzalez (2020). O terceiro capítulo está destinado à análise do corpus deste estudo.

Cabe destacar que a obra *Garota, Mulher, Outra* está ambientada em uma sociedade pós-colonial ocidental e multicultural. Os conflitos, os questionamentos e as relações das personagens são temas característicos da contemporaneidade e, portanto, demandam uma análise com base em teorias que contemplem a diversidade e a complexidade desses temas.

Atualmente, uma dissertação de mestrado desenvolvida por uma pesquisadora mulher não causa qualquer tipo de estranhamento ou descrédito na maioria dos ambientes acadêmicos nacionais e internacionais. Fazemos menção à escolha do termo “maioria” pois reconhecemos que os acessos oportunizados às mulheres não são equivalentes em todos os contextos. Estamos, no entanto, no século XXI e as possibilidades de escolhas se ampliaram para muitas de nós. Após séculos de espaços confinados, ocupamos distintas posições nas esferas privada e pública. Construimos um teto todo nosso alicerçado nos enfrentamentos e nas extraordinárias conquistas daquelas que nos antecederam. Se hoje estamos nas universidades, pesquisando obras de autoria feminina, devemos àquelas que desafiaram as proibições impostas por poderes familiares, políticos ou religiosos. Aquelas que aprenderam a ler e, lendo, começaram a escrever. Aquelas que subverteram ordenamentos sociais historicamente estabelecidos e se tornaram autoras de suas próprias narrativas. A publicação de uma obra como *Garota, Mulheres, Outras*, as teorias femininas sobre mulheres e a pesquisa acadêmica realizada por uma mulher representam as possibilidades viabilizadas pelo ativismo de todas essas mulheres ao longo da história.

2 UM RECORTE DA HISTÓRIA

O ano é 2023. Enquanto sociedade, revolucionamos áreas fundamentais. Para o bem ou para o mal, transformamos as comunicações, os espaços, as vivências e os acessos. Acessos que nos pareciam impossíveis e que foram sendo construídos de diferentes maneiras, em diferentes contextos e que, muitas vezes, nos unificam mais do que nos distinguem. No entanto, as distinções existem, são inúmeras e constantemente ignoradas por conveniência ou convivência. Ou ambas. Quando pensamos em história das mulheres, do feminino e dos feminismos, as semelhanças e as diferenças assumem proporções importantes e tornam impossível qualquer análise que as desconsidere. As semelhanças nos colocam em lugares seguros de fala e de escuta e atuam para validar as nossas percepções acerca dos fatos do mundo. As diferenças, por sua vez, desorganizam nossas convicções e subvertem estruturas entendidas como garantidas e inquestionáveis. As semelhanças nos confortam, mas é o desassossego das diferenças que nos movimenta. Desta forma, inexiste uma história das mulheres. Desde tempos imemoriais, coexistem infinitas histórias de mulheres, escritas de diferentes lugares, baseadas em vivências distintas que, entretanto, reverberaram em intensidade desigual consoante às relações de poder reguladoras da ordem social vigente. Propomos, portanto, entre todas as análises e teorias possíveis, um recorte de histórias das mulheres, partindo de pressupostos teóricos feministas do mundo eurocêntrico, deslocando-os e contrapondo-os com perspectivas das teorias interseccionais, sem as quais seria impossível validar uma análise da obra *Garota, Mulher, Outras*.

Em uma avaliação bastante superficial, podemos supor que os acessos pavimentados pelas mulheres e para as mulheres estão consolidados. E aqui utilizamos o termo acesso para ampliar perspectivas e possibilidades: ingresso, admissão, alcance, permissão, aquisição, ascensão, circulação, passagem, caminho. Afinal, em 2023, países do Sul e do Norte global já contaram com mulheres nos mais altos cargos de comando, incluindo a presidência da nação. As grandes corporações contam com mulheres em diversos postos institucionais, mulheres despontam em setores da saúde, da ciência e da tecnologia. Mulheres estão na academia e na literatura, agora como autoras de suas próprias histórias e não apenas como objeto de escrutínio.

Observadores um pouco mais cuidadosos, no entanto, não deixarão de notar que questões importantes ainda não estão contempladas e que os acessos não são inequívocos, irrestritos e tampouco equivalentes. Podemos constatar que, mesmo com tantos movimentos favoráveis às mulheres, o recrudescimento de posturas conservadoras que encontram eco em diversas instâncias sociais e institucionais. Entendamos o conservadorismo como pensamentos

e ações que preservam instituições sociais tradicionais e suas convenções, opondo-se a quaisquer propostas progressistas e inclusivas. Nas instituições sociais tradicionais, a conduta, as atribuições, e os espaços destinados às mulheres estão previamente definidos, tais como o foram ao longo dos séculos, e são imutáveis. Mulheres assujeitadas não é história recente, mas está longe de ser passado.

Fazer parte desse grupo é estar submetida a uma série de definições historicamente estabelecidas, seja pela ciência, pela sociedade ou pela linguagem. Definições essas que estão sendo revisitadas, questionadas, reavaliadas e muitas delas, antes de restringir, procuram ampliar concepções e pertencimentos. Consideramos importante abordar algumas definições, uma vez que estas referenciam os lugares, os pertencimentos e as relações de poder que caracterizam as histórias das mulheres. Tais definições, atendendo a interesses específicos, submeteram as mulheres a lugares fixados nas sociedades e impuseram barreiras muitas vezes intransponíveis.

Começamos, então, pela definição lingüística. Em uma rápida busca nos dicionários de língua portuguesa localizamos uma designação comum à maioria. Como substantivo: “ser humano do sexo ou do gênero feminino, pessoa do sexo ou do gênero feminino casada com outra pessoa, em relação a esta; pessoa do sexo ou gênero feminino depois da adolescência, pessoa do sexo ou gênero feminino com quem se mantém uma relação sentimental e/ou sexual, conjunto de pessoas do sexo ou gênero feminino” (MULHER, 2023). Encontramos, assim, diversas correspondências para o termo: senhora, esposa, cônjuge, companheira. O mesmo dicionário nos traz outra classificação lingüística: adjetivo de dois gêneros. Desta forma, mulher é aquela “que tem qualidades ou atributos considerados tipicamente femininos” (MULHER, 2023). Destacamos que o termo gênero está aqui apresentado com significados distintos. Em relação à gramática, o gênero pode ser entendido como uma forma de classificar determinadas classes gramaticais por meio das flexões masculinas ou femininas a elas atribuídas. A construção social do termo e seus usos mais recentes serão abordados oportunamente.

De acordo com as definições apresentadas, podemos inferir que o conceito de mulher está para além da categoria puramente biológica e abarca as condições socialmente constituídas. Louise A. Tilly (1994) destaca que tais condições são modeladas por distintas regras e costumes que se alteram conforme classes sociais, nações e comunidades. Essas regras e costumes configuram as crenças, valores e opiniões decorrentes de determinadas estruturas de poder. Entretanto, trata-se de um conceito recente. A história das mulheres no ocidente está alicerçada no biologicismo que estabelece capacidades de acordo com o sexo. Simone de Beauvoir (2009), na sua obra *O Segundo Sexo*, apresenta-nos um apanhado da condição das mulheres ao longo

da história e de como a naturalização dos discursos da divisão sexual determinou a inferioridade feminina, reduzindo-as aos seus atributos reprodutivos e as encerrando em espaços sociais previamente determinados. A autora aponta que os defensores de formulações simplistas caracterizam a mulher como aquela detentora de ovários, de um útero, ou seja, uma matriz; uma fêmea, sendo essas, portanto, as condições singulares definidoras de sua subjetividade. No pensamento ocidental, o conceito de mulher não pode ser colocado como um fim em si mesmo, mas apenas na dualidade, na sua comparação ao homem. De acordo com Beauvoir (2009, p. 17), “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”. Embora a alteridade seja inerente ao pensamento humano – bem e mal, dia e noite, sol e lua, direita e esquerda – a dualidade não foi, inicialmente, definida em função da divisão dos sexos. Entretanto, a qualidade do que é inessencial tem permeado as relações entre homens e mulheres ao longo dos séculos, ainda que o conceito de Outro tenha sido revisto por outras teóricas ao longo das últimas décadas.

Embora o assujeitamento das mulheres esteja expresso na história ocidental ao longo dos séculos, não podemos determinar o acontecimento histórico que o situe no tempo. Conforme destaca Beauvoir (2009, p. 19, grifo da autora), o conceito de mulher é resultado de sua estrutura fisiológica: “por mais longe que se remonte na história, [as mulheres] sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não *aconteceu*”. Daí resulta a dificuldade de reversão da lógica instituída. De acordo com a autora, uma situação produzida em um espaço-tempo identificável é passível de ser desfeita. O mesmo parece não ser possível com uma condição entendida como natural. Desta forma, na ausência de um acontecimento instituidor, a existência das mulheres enquanto classe pode ser explicada através de um desenvolvimento histórico.

O entendimento da mulher como o Outro instituído em relação ao homem está simbolizado nos mais diversos contextos. No ocidente, as amplamente difundidas escrituras judaico-cristãs trazem a materialização da mulher a partir da costela do primeiro homem, Adão. Nome oriundo de termos hebraico, que pode significar “ser humano” ou “humanidade”, sua definição nos oferece uma ideia do papel do masculino na gênese do pensamento ocidental. Conforme destaca Beauvoir (2009, p. 16), “A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”. Embora diversos historiadores destaquem o significado simbólico das construções de Adão e Eva, o papel de submissão da mulher está presente na origem da humanidade.

Na mesma tradição judaico-cristã, podemos encontrar uma representação feminina que, inicialmente, subverte a lógica da submissão. Originária da mitologia da antiga Suméria, e posteriormente referenciada no judaísmo, Lilith nos é apresentada como a primeira mulher de Adão e, assim como ele, forjada do barro. Citada como a primeira Eva em algumas traduções bíblicas, Lilith teria sido criada por Deus para que o homem não ficasse solitário sobre a terra. Segundo Martha Robles (2019), não há menção à uma superioridade masculina, Adão e Lilith coexistiram em condições de igualdade. Consciente da sua origem em equivalência ao homem, Lilith não aceitou a posição de submissão durante o ato sexual, exigindo que Adão modificasse sua postura para que ela também usufruísse dos prazeres do ato. Não sendo atendida por ele, reivindicou a justiça divina, que lhe foi negada. Enfurecida pela injustiça e pela atitude irredutível de Adão, abandonou-o. A insubmissão não foi perdoada pelas figuras masculinas. Perseguida, Lilith esteve condenada a uma vida errante e com a imagem de instigadora do mal. Robles (2019) afirma que pouco sabemos dessa construção feminina que desafiou a submissão imposta no leito. Seus primeiros registros têm origem na Suméria e na Babilônia, transmigrando para os textos do judaísmo e para a tradição da Cabala e deles derivam diversas representações. É descrita de diferentes maneiras de acordo com distintas tradições. A maioria delas apresenta uma figura com caninos ferozes e aspirações pecaminosas, associada a demônios e vampiros sanguinários, destinada a gerar seres diabólicos e fantásticos, considerada a responsável pelos infortúnios dos casais e pelos desejos insatisfeitos das mulheres. Também aparece associada a uma das representações demoníacas do deserto, relacionada à morte. De acordo com a autora,

Seja qual for a origem dessa imagem o resultado é o mesmo em quase todas as culturas que reconhecem nas mulheres uma potência sexual de periculosidade inequívoca, sobretudo no momento em que as tribos transitaram para o estabelecimento de um patriarcado, que, para se legitimar, tinha de desqualificar a autoridade feminina, considerando-a, no mínimo, a perturbadora do leito conjugal. Lilith ensina que, antes mesmo que Eva reconhecesse a beleza do corpo, a mulher já estava preparada para assumir seu erotismo com o mesmo vigor com que impunha sua presença em um mundo totalmente submetido aos ditames divinos. (ROBLES, 2019, p. 36).

Com o estabelecimento das primeiras leis da humanidade, constituída à imagem e semelhança de Deus, uma realidade caracterizada pelo poder criativo feminino deveria ser censurada para dar lugar ao simbolismo de uma mulher nascida da costela de um homem e, portanto, inferior a ele. Conforme assevera Robles (2019), verifica-se um apagamento da figura de Lilith das sagradas escrituras. Entretanto, a ideia de uma mulher boa e outra má, personificadas por Eva e Lilith, ainda permeia as representações do feminino, mesmo que tenha recaído sobre Eva a responsabilidade pela perda da inocência humana. Aquelas que se recusam

a satisfazer os desejos masculinos e exigem as condições de igualdade sob as quais foram criadas estão condenadas ao exílio, à humilhação e à desonra. Diz-se que Lilith está hoje confinada às profundezas dos oceanos e impedida de retornar para que não perturbe a vida dos homens e das outras mulheres. Contudo, conforme destaca Robles (2019, p. 39), “Lilith se aloja em cada mulher que imagina ser possível a verdadeira equidade, em cada mulher que perturba os sonhos e devaneios dos homens, naquela que menciona o inefável nome de Deus, não para acatar seus desígnios, mas para salientar o alento transformador de sua própria criatividade”. Cabe destacar que o mito de Lilith vem sendo revisto por historiadoras, notadamente a partir dos movimentos feministas das últimas décadas, sendo reconhecida como uma representação poderosa da força feminina, da insubmissão aos preceitos patriarcais e da subversão da lógica de inferioridade da mulher em relação ao homem.

A desqualificação de uma autoridade feminina enquanto sujeito da própria vontade repercute em distintas esferas das relações humanas. Não se trata de um apagamento ocasional e destituído de intenção, assim como não foram desprovidos de interesse todos os outros apagamentos das vozes femininas ao longo do tempo. Até recentemente, o pouco que sabíamos sobre as histórias das mulheres estava delimitado pelo olhar do outro, do masculino, o único autorizado a expressar as suas opiniões acerca do mundo. Muito embora tenhamos incontáveis imagens, textos, relatos e discursos relacionados às mulheres, não encontramos nesses arquivos as vozes femininas; não temos o registro de como se percebiam e sentiam ou o que pensavam a respeito dos discursos produzidos sobre elas. A historiadora Michelle Perrot (1998, 2019, 2020) destaca que todas as narrativas produzidas tinham relação ao que as mulheres deveriam ou não fazer e quais os acessos que lhes eram permitidos. Em inúmeras correntes do pensamento filosófico ocidental, as referências apontam para a mulher como o Outro, uma vez que a diferença existe como resultado do seu afastamento da norma masculina. Dentro do pensamento grego, muitos filósofos destacaram a superioridade dos homens. De acordo com a autora, Aristóteles foi quem estabeleceu essa superioridade de maneira mais radical:

As mulheres se movem nas fronteiras da civilidade e da selvageria, do humano e do animal. São uma ameaça potencial para a vida harmoniosa da coletividade. Como mantê-las afastadas? As mulheres não são apenas diferentes: modelagem inacabada, homem incompleto, falta-lhes uma coisa, são defeituosas. A frieza da mulher se opõe ao calor do homem. Ela é noturna, ele é solar. Ela é passiva e ele, ativo. O homem é criador, por seu sopro, o *pneuma*, e por sua semente. Na geração, a mulher não passa do vaso do qual se pode esperar apenas que seja um bom receptáculo. (PERROT, 2019, p. 23).

O pensamento de Aristóteles por muito tempo forjou o pensamento da diferença entre os sexos, sendo retomado em inúmeros estudos religiosos, políticos e, até mesmo, na medicina. Os avanços iniciais das ciências naturais e médicas confirmaram o sexo como determinação primeira. A mulher assim o é por sua anatomia e por sua biologia: sua genitália é a demarcação de sua inferioridade. Conforme destaca Perrot (2019), o desenvolvimento de uma ideia de sexualidade em meados do século XVIII subordinou com mais intensidade a mulher ao seu sexo. Diferentemente do homem, a mulher está continuamente ligada a seu sexo e o bom desempenho das suas funções demanda cuidados e atividades determinadas. Beauvoir (2009) afirma que o determinismo biológico encerrou as mulheres em dois traços característicos. A essência reprodutiva submeteu as mulheres mais rigorosamente à espécie do que os homens. Encerradas pela maternidade, a participação das mulheres nas conquistas das civilizações foi inferior à masculina. Como consequência, o domínio feminino sobre o mundo foi inferior ao masculino. Para além da reprodução, a construção de uma ideia da fragilidade feminina confinou as mulheres a lugares rigidamente determinados nas sociedades ocidentais. Os controles foram exercidos sobre todos os aspectos da existência feminina. O domínio patriarcal condicionou – e ainda condiciona – o corpo, as necessidades, os desejos e os acessos.

2.1 OS CONDICIONAMENTOS DOS ESPAÇOS FEMININOS

A determinação biológica arbitrariamente construída respaldou o condicionamento das mulheres nas sociedades ocidentais e estabeleceu princípios indispensáveis da boa conduta e das vivências femininas. Em sua obra *A dominação masculina*, o sociólogo Pierre Bourdieu (2020) atenta para o fato de que a divisão sexual das atribuições sociais está inserida na lógica de oposições que organiza o relacionamento dos seres com o mundo. Nas palavras do autor, a objetivação da sociedade assentada em dicotomias arbitrárias naturaliza e valida a divisão socialmente construída entre os sexos. A superioridade masculina está naturalmente inserida nas relações sociais e dispensa caracterizações ou discursos que a legitimem. A inferioridade feminina, por sua vez, está fundamentada pela visão androcêntrica que, apontando para as diferenças na anatomia dos corpos, confere às mulheres atributos específicos, como a docilidade, a passividade e a sensibilidade. A acentuação das diferenças, ou o apagamento de certas semelhanças é antes uma construção baseada em uma sucessão de escolhas orientadas do que a simples constatação de propriedades naturais. Conforme destaca Bourdieu (2020),

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, divisão bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres [...]. (BOURDIEU, 2020, p. 24).

A limitação dos movimentos femininos submetidos à construção social de dominação masculina encontrou suporte em inúmeros textos religiosos, afinal, a mulher foi a responsável pela expulsão do homem do paraíso, aquela que desobedeceu às ordens divinas e cedeu à tentação. Preservar e proteger a virgindade das jovens solteiras tornou-se a ordem familiar e social. Perrot (2019) destaca que a igreja católica consagrou as virtudes de Maria, virgem e mãe. A valorização religiosa foi secularizada e sacralizada. Assim sendo, a sexualidade feminina estava sujeita a rígidas normas sociais, religiosas e morais. A perda da virgindade, ainda que fosse por meio da violação, tornava as jovens indignas do casamento e, em muitos casos, condenava-as à prostituição.

Nas sociedades medievais, a violação representava um rito de iniciação masculina, rapazes saíam em busca de uma presa e colocavam em risco meninas e mulheres. Aquelas que porventura fossem capturadas estariam para sempre marcadas com a pecha de mulher fácil. Nesse sentido, Bourdieu (2020) destaca que a comprovação da potência sexual masculina, da sua virilidade física, está diretamente relacionada à conservação e aumento da honra, a comprovação social da sua virilidade. São, portanto, dois princípios indissociáveis que constroem o conceito de homem universalmente aceito e que demanda a validação dos pares por meio de provas, condutas e ritos.

Assunto para pesquisa específica, o estupro praticado contra as mulheres, muito antes de ser condenado, contou com a autorização e conivência de diferentes instituições. Em sua obra *Calibã e a Bruxa* (2023), a pesquisadora Silvia Federici destaca a autorização estatal e eclesiástica do estupro como forma de minimizar conflitos de classes, bem como para atrair jovens trabalhadores em um período de escassez de mão-de-obra após o evento da peste que dizimou um terço da população europeia. Uma ardilosa política sexual propiciou a esses homens sexo gratuito transformando o antagonismo de classes em hostilidade contra as mulheres do proletariado. Por toda a Europa, as autoridades locais consideraram o estupro de mulheres de classes mais baixas um ato menor, não passível de punição mais severa, mesmo quando realizado coletivamente, tornando-o uma prática comum, realizada abertamente, à vista de todos. Uma vez estupradas, essas mulheres dificilmente recuperavam seus papéis sociais, ficando condenadas à prostituição como forma de sobrevivência. De acordo com Federici

(2023. p.112), o estupro legalizado, cujo início data do final do século XV, “criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse a sua classe. Também insensibilizou a população em relação à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caças às bruxas que começaria nesse mesmo período”. Cabe destacar que a culpabilização da vítima nos casos de estupro norteou as relações sociais e jurídicas ao longo da história e reverbera até os dias atuais. Perrot (2019, p. 45) assevera que “No século XIX, somente o estupro coletivo é suscetível de punição pelos tribunais. No caso de estupro cometido por apenas um homem, a jovem (ou a mulher) é quase sempre considerada complacente: ela poderia ter-se defendido”. A tipificação criminal do estupro é fato recente na maioria dos países ocidentais e gera inúmeros debates, uma vez que muitas definições legais ainda estão baseadas em conceitos medievais de que o estupro ocorre apenas com o uso da força, coerção ou incapacidade de defesa da vítima. O enfrentamento dessa realidade está diretamente relacionado aos esforços feministas nas esferas judiciais e políticas com a reivindicação e promulgação de leis que visam a proteção das mulheres submetidas às diversas formas de violências físicas e simbólicas.

As restrições impostas aos corpos femininos também condicionaram as aparências. O controle do corpo demandou, conjuntamente, um controle da imagem. Para tanto, as normas sociais e familiares regraram as roupas, os cabelos e os movimentos. O comprimento, as cores e os cortes, fossem dos cabelos ou dos vestidos, estavam submetidos a padronizações que deveriam coibir as exposições desnecessárias e inapropriadas. Bourdieu (2020) afirma que todas as partes dos corpos femininos estavam subordinadas a uma rígida disciplina de movimentos e de apresentação exercida de maneira contínua por meio da padronização de trajes e penteados. Tais padrões se impunham por uma reprodução inconsciente ou por obediência expressa. Conforme destaca Bourdieu (2020, p. 51), “Os princípios antagônicos da identidade masculina e da identidade feminina se inscrevem, assim, sob a forma de maneiras permanentes de se servir do corpo, ou de manter a postura, que são como que a realização, ou melhor, a naturalização de uma ética”. A lógica da dominação masculina também padronizou o comportamento dos meninos, retirando-lhes quaisquer atributos que os associassem ao feminino, com o intuito de virilizá-los. Entretanto, essa lógica atinge meninas e mulheres de maneira mais radical. Enquanto submissas, inclinam-se, abaixam-se, curvam-se. Os primeiros ensinamentos dão conta de orientar seus movimentos, de inculcar maneiras de postar o corpo ou suas partes, modos adequados de ocupar espaços, de olhar, de sorrir ou caminhar. Bourdieu (2020) afirma que a experiência do corpo está atravessada pela incorporação das estruturas

sociais dicotômicas, variando, portanto, segundo o sexo e a posição nas esferas sociais. O autor assim resume a percepção dos seres como femininos:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termo de engrandecimento do ego (Bourdieu, 2020, p. 112).

Diferentes ideais de beleza foram reforçadas como capital de troca na conquista do casamento, considerado o ápice do êxito feminino e a condição padrão da grande maioria das mulheres. Entretanto, conforme assevera Perrot (2019), as circunstâncias de um casamento raramente eram de escolha da mulher. As uniões atendiam aos interesses familiares e eram por eles arranjadas. Tais arranjos visavam à manutenção ou ampliação das posses e das boas relações. Na aristocracia, as estratégias de linhagem dominavam as escolhas. A aliança por amor não era indispensável. As alianças entre homens e mulheres pelo casamento são necessárias à manutenção da vida e da ordem social. O casamento encontrou forte apoio na religião católica, que o instituiu como sacramento vinculado ao consentimento e à vontade do marido. A dependência sexual e econômica reduziu as mulheres aos deveres conjugais, reforçados pela igreja e seus sacerdotes. Bourdieu (2020) destaca o papel da Igreja na perpetuação na ordem de divisão sexual. De acordo com o autor, as pregações de um clero profundamente misógino, disposto a apontar e condenar todos os desvios femininos dos mandamentos morais instituídos, incutiram explicitamente a lógica familiarista baseada na inferioridade das mulheres e no predomínio dos valores patriarcais.

Beauvoir (2009), por sua vez, associa a existência da propriedade privada à condição de submissão feminina pelo casamento. Na sociedade patriarcal, a inexistência de quaisquer direitos econômicos impediu que mulheres detivessem ou transmitissem bens. Sem nada possuir, ela própria é parte do patrimônio do pai e, em seguida, do marido. De acordo com Beauvoir (2009, p. 124), “Quando [...] a mulher se torna propriedade do homem, ele a quer virgem e dela exige, sob a ameaça dos mais graves castigos, uma fidelidade total; seria o pior dos crimes dar direitos de herança a um estrangeiro [...]”. Tal preceito embasou toda sorte de castigos psicológicos e físicos. O adultério masculino raramente recebeu alguma punição, apenas em casos extremos e com penas brandas. Mulheres adúlteras, no entanto, foram humilhadas, espancadas e mortas.

As relações de classe estabeleceram outras diferenças no que diz respeito às mulheres e o casamento nas sociedades ocidentais. Perrot (2019) destaca que as aristocratas, cujo casamento estava garantido por alianças familiares, firmadas antes mesmo do seu nascimento, contavam com uma maior liberdade de acessos: praticavam esportes, tinham governantas ou preceptores e, por meios desses, acesso à educação formal, à literatura e ao convívio social. Jovens da burguesia, por sua vez, eram extremamente vigiadas e educadas por suas mães para exercerem adequadamente as atividades domésticas e de entretenimento. Visando ao casamento, eram submetidas aos rituais para ingresso nas sociedades burguesas. Bourdieu (2020) apresenta o casamento como o expediente central em uma economia de trocas simbólicas que situa a mulher à condição de objeto na sua relação com o homem, sujeito. Segundo Bourdieu,

É na lógica da economia de trocas simbólicas – e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determina às mulheres seu estatuto de objeto de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens – que reside a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxonomias culturais. (BOURDIEU, 2020, p.77).

Independentemente da classe social, o casamento compelia as mulheres à maternidade, desejada ou não. Assunto tratado como a fonte da identidade feminina, a função materna tornou-se uma das bases das sociedades ocidentais e das forças dos Estados. Tradicionalmente, a reprodução foi muito antes um dever do que propriamente uma escolha. Igreja e Estado impunham, e até hoje o fazem, obstáculos ao controle da natalidade e mulheres estavam fadadas a famílias numerosas e a trabalhos domésticos intermináveis. As guerras, as epidemias, as crises econômicas e sociais também se impuseram sobre os direitos reprodutivos femininos. Cabe destacar que nas culturas ocidentais, diferentemente de outras culturas, a responsabilidade pela criação dos filhos recaía somente sobre as mulheres, isentando os homens e a comunidade do processo. De acordo com Perrot (2019), as restrições aos métodos contraceptivos, tornaram o aborto a única alternativa para gravidezes indesejadas, praticado por mulheres solteiras ou por mulheres casadas que o viam como único recurso para limitar o número elevado de filhos. Em relação ao tema, a autora comenta que, embora proibido, o aborto contava com a condescendência de parteiras, curandeiros e médicos clandestinos, mas era realizado às escondidas e em condições sanitárias sempre deploráveis. O tema do aborto continua sendo objeto de debates e de discordâncias. Embora alguns avanços tenham ocorridos em

determinados países, o acesso ao aborto legal e seguro continua inacessível a grande número de mulheres, especialmente em regiões periféricas.

Mesmo em momentos históricos de desconstrução de antigos saberes e de reorganização do conhecimento, a moral familiar permaneceu inalterada. Beauvoir (2009) destaca que, invariavelmente, os pensadores do século das luzes corroboraram com a ideia da hierarquia dos sexos, sendo a família a base social indissolúvel e governada pelo marido. À mulher cabia a sua administração e a educação dos filhos, que também deviam obediência ao pai. Diversos escritores apregoavam a proibição do divórcio para as mulheres, da instrução, da cultura e de tudo quanto lhes permitisse desenvolver a sua identidade. Encerradas nos espaços íntimos, as mulheres nas sociedades patriarcais tiveram negados direitos básicos. Fundamentalmente, a negação do direito ao conhecimento alicerçou sua condição de submissão. O conhecimento era contrário à feminilidade. Esse entendimento limitou drasticamente o acesso das mulheres à instrução, uma vez que meninas e mulheres deveriam ser apenas educadas, de forma a condicionarem seus conhecimentos aos desejos e às necessidades masculinas. Alberto Manguel (1997) salienta que, mesmo nas famílias abastadas – as únicas que tinham real acesso à educação – o aprendizado das primeiras letras era disponibilizado, em primeiro lugar, aos meninos. As meninas eram enviadas à escola para que aprendessem a ler e a escrever com o intuito de prepará-las para o convento. Ainda conforme Manguel (1997), as mulheres deveriam aprender somente o necessário para uma boa administração do lar e suas eventuais leituras estavam reduzidas a romances cujo tema era amor e aventura, com heróis e heroínas e seus finais felizes, incentivo à conformidade com a realidade de senhoras casadas. A restrição da leitura, por sua vez, obstaculizou uma escrita feminina.

Perrot (2019) aponta que, para muitas sociedades, a capacidade criativa era exclusividade dos homens. Essa ideia norteou os conceitos sobre as produções artísticas e intelectuais femininas ao longo da história. Escritores de diferentes áreas do conhecimento atestaram que as mulheres pouco contribuíram com as descobertas, as invenções ou com a história da cultura. Sua capacidade estava restrita à imitação de obras produzidas pelos homens. As alegadas deficiências femininas estavam embasadas em fundamentos da anatomia e da neurobiologia: as mulheres têm o cérebro organizado de maneira distinta, o que impede a sua capacidade de abstração. Escrever, portanto, não foi tarefa fácil para a maioria das mulheres. Aquelas que tinham acesso à escrita restringiam-na ao espaço privado ou à correspondência familiar. Mulheres que se pretendiam autoras foram, por muito tempo, alvo de descrédito, de comentários misóginos e objeto de escárnio. A limitação do conhecimento foi ferramenta eficaz para impedir que mulheres questionassem a manutenção dos poderes patriarcais instituídos.

Perrot (2019, p. 159) enfatiza a importância do direito ao saber ao afirmar que “ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer. Essa reivindicação se acompanha de um esforço imenso de apropriação: leitura, escrita, acesso à instrução”.

A ausência de registros de uma escrita feminina está expressa na obra *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf (2014). Ao visitar bibliotecas à procura por escritos femininos de ficção, a autora não encontrou textos de mulheres e sim, uma infinidade de obras de autoria masculina versando sobre elas. De acordo com a autora, nada se sabe sobre uma escrita feminina anterior ao século XVIII. As mulheres permearam a poesia, foram musas na vida de reis e conquistadores. Enquanto personagens da literatura, foram capazes de pensamentos profundos e proferiram palavras inspiradoras. Na vida real, entretanto, pouco liam, sua escrita era limitada e se casavam tão logo a família assim o decidisse, tornando-se, então, propriedade do marido. Em um exercício de imaginação, a autora supõe como teria sido uma escritora ficcional feminina se as mulheres não estivessem condicionadas ao marido e aos filhos antes dos vinte anos de idade, tivessem frequentado a escola ou acessado as bibliotecas. Segundo Woolf (2014), a ausência de obras-primas de autoria feminina condiz com oposição tácita à escrita das mulheres e aquelas que demonstraram verdadeira capacidade e inclinação para tal foram levadas a acreditar que a sua produção não teria qualquer validade. A compreensão dessa realidade fez com que muitas mulheres escondessem ou queimassem seus escritos. Homens abriram caminhos para a genialidade de outros homens enquanto impediam a participação feminina. Nesse sentido, Woolf (2014, p. 61) destaca que “as obras-primas não nascem de eventos únicos e solitários; são o resultado de muitos anos de pensamento comum, de pensamento coletivo, de forma que a experiência da massa está por trás de uma voz única”. A autora destaca a intensa atividade intelectual feminina ao final do século XVIII baseada na possibilidade concreta de ganhos financeiros com a escrita. Ainda que encontrassem forte resistência, algumas mulheres fizeram das suas obras o seu trabalho e motivaram muitas outras.

2.2 O TRABALHO FEMININO NAS SOCIEDADE OCIDENTAIS

Em toda a história das civilizações, as mulheres sempre trabalharam. No entanto, a distinção das atividades em conformidade com o sexo afastou-as dos espaços públicos. As razões para o seu encerramento nos espaços íntimos foram historicamente construídas tendo como justificativas as condições biológicas femininas. Em comum, a manutenção do consenso da diferença entre os sexos como fator determinante das características e aptidões específicas femininas. A esfera pública demanda inteligência, razão e lucidez, qualidades idiossincráticas

masculinas. Os humores, os sentimentos e a sensibilidade inerentes às mulheres são características mais adequadas aos espaços íntimos e à criação dos filhos. Assim sendo, o trabalho doméstico era o único conciliável com a sua fragilidade e com os encargos da maternidade. Uma das principais questões do trabalho feminino ao longo da história tem direta relação com a ausência de remuneração, com a impossibilidade de mulheres exercerem trabalhos assalariados que propiciassem alguma autonomia. O acesso a atividades remuneradas está profundamente associado ao processo de industrialização. Beauvoir (2009) destaca que o rápido desenvolvimento industrial demandou uma quantidade considerável de mão-de-obra, que não estava sendo suprida com os trabalhadores homens; assim, a colaboração das mulheres passou a ser necessária. Com o ingresso em um mercado de trabalho formal, as mulheres encontram nas fábricas uma nova participação na produção e conquistam uma importância econômica. A autora enfatiza o trabalho remunerado reduziu as distâncias que separavam homens e mulheres; e somente por meio dele é possível assegurar às mulheres uma liberdade concreta.

Mesmo com a inclusão das mulheres nos contextos de trabalhos remunerados, o caráter doméstico caracterizou todo o trabalho feminino. De acordo com Perrot (2019), as sociedades foram alicerçadas no trabalho doméstico e colocaram todo esse peso sobre os ombros femininos. Trabalho majoritariamente físico, pouco qualificado e menos mecanizado que os demais, apesar das inovações tecnológicas contemporâneas. É, também, uma das atividades que mais resistem às revoluções igualitárias. As tarefas domésticas não foram compartilhadas entre homens e mulheres e a divisão de tarefas ainda encontra dificuldades. Conforme afirma Perrot (2019, p. 115), “é um trabalho que parece continuar o mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais. No entanto, ele muda, em suas práticas e seus agentes”. O caráter doméstico do trabalho permeou as conquistas profissionais das mulheres ao longo dos tempos e determinou as profissões femininas consideradas socialmente adequadas.

Em sua obra *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2023), a pesquisadora Silvia Federici assevera que o advento do capitalismo introduziu as posições sociais das mulheres, especialmente das mulheres proletárias nos contextos europeus e americanos. Em sua análise histórica, Federici (2023) destaca que as constantes disputas territoriais que culminaram com o desaparecimento da economia de subsistência predominantes em sociedades pré-capitalista alteraram definitivamente a unidade entre os conceitos de produção e reprodução, característica das sociedades cuja produção servia para consumo próprio. Em um regime financeiro onde apenas a produção para o mercado constituía atividade

criadora de valor, a reprodução do trabalhador passou a ser entendida como algo sem valor sob a perspectiva econômica, deixando, até mesmo, de ser considerado um trabalho, sendo remunerado, ainda que em valores inferiores, quando realizado fora do lar ou para os senhores. De acordo com Federici (2023, p. 153, grifo da autora),

[...] a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, mistificadas com uma vocação natural e designadas como “trabalho das mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio.

Federici (2023) afirma ainda que tais mudanças históricas, cujo auge se deu em meados do século XIX, redefiniram o lugar das mulheres na sociedade e também em relação aos homens. Como resultado, a divisão sexual do trabalho condicionou as mulheres à atividade reprodutiva, reforçando a sua dependência e permitindo um maior controle por parte do Estado e de empregadores que se valeram do salário masculino como instrumento de controle do trabalho feminino. Federici (2023, p. 154) ressalta que a divisão entre atividades produtivas e reprodutivas deu origem a uma classe de mulheres sem acesso a salários ou meios de subsistência e uma vez inseridas em sociedades cada vez mais monetizadas, “acabaram forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras”. Ainda segundo a autora, em todas as etapas do desenvolvimento do capitalismo existiu a coerção do Estado de forma a reduzir ou ampliar a força de trabalho, privando-as do controle sobre o próprio corpo, rebaixando a maternidade à uma condição de trabalho forçado. Em uma época em que as mulheres perderam espaço até mesmo em atividades que tradicionalmente ocuparam no passado, as mulheres das classes mais baixas encontravam dificuldades para atuar em quaisquer ofícios para além de empregadas domésticas, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite. Além disso, o consenso era de que as mulheres não deviam trabalhar fora de casa, ainda que o trabalho doméstico não fosse considerado trabalho e, portanto, não possuía valor. Na obra *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo* (2021), Federici refere-se a esse trabalho doméstico como um trabalho oculto em favor do capital ainda que não resulte em salário. De acordo com a autora, os esforços das atividades domésticas geram o produto fundamental do mercado capitalista: a mão-de-obra. Assim, para além dos cuidados com a casa, as mulheres trabalham para servir à força de trabalho assalariada em diferentes aspectos: emocionais, físicos e sexuais, preparando-a para a labuta diária quem resulta em um salário. Esse trabalho também envolve a criação dos

filhos, a mão-de-obra futura, garantindo que atuem da maneira esperada pelo capitalismo. Federici (2021, p. 29) afirma que na retaguarda de qualquer atividade, sejam fábricas, escritórios ou outros locais, “[...] existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas”, sendo a disponibilidade de trabalhadores disciplinados a condição fundamental para a manutenção do desenvolvimento capitalista.

A escritora Audre Lorde em seu texto *Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença* (2019) destaca que em sociedades onde entendimento do que consideramos bom está baseado no lucro e não em termos de necessidade humana encontramos grupos de pessoas que, por intermédio de uma opressão sistematizada, são forçados a ocupar lugares do inferior desprovido de sua humanidade, aqueles que são desprovidos de uma utilidade efetiva. Compõem esses grupos mulheres, pessoas negras, trabalhadores e cidadãos de países considerados do Terceiro Mundo. A autora assevera que uma economia baseada no lucro, que depende daqueles percebidos como inferiores para rentabilizar, tem como requisito indispensável a rejeição sistêmica da diversidade. De acordo com Lorde (2019, p. 240), todos nós, como membros dessa sociedade, somos preparados para reagir às diferenças humanas com medo e com ódio, assim como somos programados para tratar essas diferenças de determinada maneira, seja ignorando-as, imitando-as se entendermos que são dominantes, ou, se a percebermos como subordinadas, destruindo-as. Não encontramos, portanto, modelos que nos permitam conviver com nossas diferenças como iguais e tais diferenças vêm sendo sistematicamente mal interpretadas e empregadas de maneira inadequada em prol da segregação e da desordem.

Significativas mudanças sociais submeteram as mulheres a novas organizações de trabalho, entre elas, o avanço das comunicações, a migração do campo para os centros urbanos e, com maior relevância, a crescente industrialização. Cabe destacar que muitas dessas transformações não foram vivenciadas identicamente por todas as mulheres. Perrot (2019), salienta que mulheres da classe operária, quando alçadas à condição de trabalhadoras assalariadas, continuavam na posição de donas de casa e eram as únicas responsáveis por todas as tarefas domésticas: arrumar, limpar, cozinhar, costurar e educar os filhos. Eram as responsáveis pelo controle do orçamento familiar e com ele contribuía, lavando, consertando e produzindo roupas; trabalhando em domicílio ou de posse de pequenos comércios. A costura foi, durante séculos, um dos grandes setores de emprego da mão-de-obra feminina. O elevado número de mulheres atuando nesta área está relacionado à evolução da importância dada ao vestuário nas culturas ocidentais. A autora destaca que a costura era considerada uma aptidão

natural feminina e as qualificações adquiridas como resultado de estudos e aprendizagens foram ignoradas. As qualidades ditas inatas legitimaram a subqualificação do trabalho feminino e justificaram remunerações inferiores às dos homens. A atividade transformou-se em uma nova fonte de intensa exploração.³ Neste contexto, muitas mulheres migraram da costura para a manufatura, passando a trabalhar em indústrias do algodão e da seda, atuando na fiação e na tecelagem.

Apartada das mulheres operárias por sua classe social, a dona de casa burguesa de também era a responsável pelas tarefas domésticas e de manutenção do lar, porém a maioria delas contava com o auxílio de empregadas domésticas e criados, em menor ou maior número consoante ao *status* da família. Perrot (2019) afirma que as mulheres burguesas, confinadas ao contexto familiar, deveriam encontrar realização com a criação dos filhos e sua utilidade social residia nas tarefas do cotidiano e em eventuais atividades filantrópicas. O trabalho remunerado não lhes era permitido e sua condição de dependência inibe quaisquer reivindicações. A sua redução ao círculo restrito de sua casa fortaleceu a construção de uma mística feminina do trabalho doméstico e da reprodução. Beauvoir (2009) afirma que a condição de submissão da mulher burguesa está associada a manutenção de seus privilégios de classe. Ela está ciente de que sua emancipação resultaria no enfraquecimento da sociedade burguesa e a condenaria ao trabalho. Beauvoir (2019, p. 169) ressalta que a mulher burguesa lamenta a não ter direitos sobre propriedade privada senão os subordinados aos do marido, “porém deploraria ainda mais que essa propriedade fosse abolida; não sente nenhuma solidariedade com as mulheres da classe proletária: está muito mais próxima do marido do que das operárias da indústria têxtil. Faz seus os interesses do marido”.

A realidade das empregadas domésticas contrastava com as anteriores: as domésticas sempre desempenharam uma dupla função, eram as únicas responsáveis pela organização de sua própria casa, uma vez que tais tarefas jamais eram delegadas aos homens, e exerciam atividades semelhantes nas casas burguesas e da aristocracia. Segundo Perrot (2019), o trabalho doméstico era o setor que mais empregava mulheres no contexto europeu anterior à Primeira Guerra Mundial, dado que não destoava da realidade de países como Estados Unidos e mesmo do Brasil. Ainda de acordo com a autora, as domésticas não eram assalariadas como as outras trabalhadoras. Sua jornada de trabalho não era previamente definida, suas folgas nem sempre respeitadas e seus pagamentos eram efetivados como forma de gratificação, repassada

³ Beauvoir (2009) fez menção ao *sweating system*, termo inglês utilizado para caracterizar o trabalho de costura em domicílio, realizado de forma contínua, com jornadas exaustivas e baixa remuneração.

irregularmente. Perrot (2019, p. 117) destaca que “Além de seu tempo e de sua força de trabalho, sua pessoa e seu corpo são requisitados, numa relação pessoal que ultrapassa o compromisso salarial”. A atividade sempre esteve marcada pelas diferenças de classes no contexto europeu e extremamente racializada em todos os contextos onde a mão-de-obra escravizada serviu como a base do desenvolvimento econômico. Superexploradas e expostas, viviam em condições insalubres e eram alvos de constantes assédios e de estupros. Em alguns contextos, o trabalho de empregada doméstica sofreu alterações em função das vagas que surgiram na indústria e em profissões do setor terciário. De acordo com Perrot (2019), em países do continente europeu, as empregadas em tempo integral deram lugar às faxineiras diaristas, oriundas de países da Europa economicamente inferiores e, posteriormente, trabalhadoras de origem africana, asiática e latina, realidade possível de ser observada também nos Estados Unidos.

O setor têxtil foi o primeiro grande empregador da mão-de-obra feminina durante a Primeira Revolução Industrial. Era, entretanto, um trabalho sem perspectivas de carreira, repetitivo, monótono e insalubre. Meninas começavam a trabalhar desde muito jovens e estavam submetidas a relações de poder desiguais onde os assédios eram comuns. Suas condições de trabalho eram extremamente precárias, as jornadas exaustivas e a remuneração inferior aos valores pagos aos homens. Empregadores preferiam o trabalho feminino uma vez que as mulheres trabalhavam melhor e com um custo menor. De acordo com Beauvoir (2009, p. 173), “Esta fórmula cínica esclarece o drama do trabalho feminino. Porque é pelo trabalho que a mulher conquista a sua dignidade de ser humano; mas foi uma conquista árdua e lenta”. Para a autora, a maior pressão sofrida pelas mulheres está no campo econômico e não no plano sexual.

O trabalho feminino nas fábricas encontrou forte resistência por parte dos homens. As recusas em aceitar as mulheres no mercado de trabalho variavam do temor da concorrência, receio de redução dos próprios salários em função da maior oferta de mão-de-obra, à preocupação com a execução das tarefas domésticas, consideradas por eles as mais importantes, dadas as longas jornadas de trabalho na indústria. Perrot (2019) destaca que a pouca qualificação e a resistência masculina limitaram as atividades das mulheres na metalurgia, na construção mecânica e nas gráficas. Sua participação era percebida em maior número nas indústrias de alimentos, químicas e têxtil. Essa realidade se alterou com a eclosão das duas guerras mundiais no continente europeu. A mobilização dos homens para a frente de batalha demandou a reorganização da indústria e inseriu as mulheres em setores produtivos até então exclusivamente masculinos, realidade percebida em países da Europa que repercutiu nas

sociedades americanas. Entretanto, conforme assevera Perrot (1998), os espaços ocupados pelas mulheres durante as guerras não foram suficientes para subverter de imediato a lógicas dos papéis convencionados pelo determinismo sexual. Findados os conflitos, muitas substitutas devolveram os postos aos homens e retornaram ao lar, lugar estabelecido como o seu ideal e o seu verdadeiro dever.

Mesmo com intervenções contrárias, o trabalho assalariado feminino progrediu ao longo dos séculos XIX e XX e são evidentes os acessos e a participação feminina nas diversas áreas profissionais. Não obstante o impacto das profundas transformações na ordem social, uma racionalidade da divisão sexual das tarefas norteou o trabalho feminino no decorrer da história e continua fonte de debates até os dias de hoje. Para além das fábricas, o trabalho feminino passou a compor outros setores, entre eles o comércio e os serviços. Entretanto, muitas atividades estão marcadas pela conservação de um caráter doméstico e feminino, persistindo a ideia de padronização do corpo e da aparência. Limitadas por tais prerrogativas, as primeiras profissões assumidas pelas mulheres estão ligadas à educação, à formação e aos cuidados com doentes.

Embora tenhamos indícios de deslocamentos profissionais femininos, Bourdieu (2020) aponta para o fato de que muitos espaços ocupados pelas mulheres continuam calcados na lógica da divisão sexual do trabalho. Os princípios antagônicos das identidades masculinas e femininas vocacionam as mulheres a tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas consoante às suas virtudes de gentileza, afabilidade e altruísmo. Tem-se, assim, o mundo do trabalho como um reflexo do ambiente doméstico: a presença de um chefe homem, na maioria das vezes, que exerce uma autoridade paternalista que, ao oferecer uma proteção generalizada, encoraja subalternos, em especial os femininos, a um intenso comprometimento com as instituições e com aqueles que as representam com pouco ou nenhum questionamento. Embora diplomadas, muitas mulheres encontram as principais ofertas de trabalho em profissões intermediárias e mais próximas do conceito tradicional de atuação feminina. Nesse sentido, Bourdieu (2020, p. 106) destaca que profissões e cargos, especialmente de autoridade e liderança, carregam “todo o tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas: se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tais como elas são hoje”. Para acessar determinadas posições, as mulheres precisam, para além das capacidades técnicas necessárias para o cargo, um conjunto de atributos considerados indispensáveis pelos ocupantes masculinos. Conseqüentemente, muitas mulheres continuam alijadas de cargos de autoridade e de responsabilidade, realidade percebida sobretudo nas áreas da economia, das finanças e da

política. Bourdieu (2020) aponta para uma pretensa igualdade formal entre homens e mulheres que dissimula a dificuldade de acesso das mulheres às posições mais destacadas no mercado de trabalho e, mesmo quando ascendem a cargos mais elevados, seguem com remunerações inferiores. Mulheres também são mais atingidas pela precariedade dos empregos, pelas demissões e são mais facilmente destinadas a trabalhos de horário parcial, fatores que reduzem consideravelmente as suas perspectivas de carreira.

Consideradas as limitações impostas por homens e por normas sociais arraigadas, a evolução do trabalho das mulheres está intrinsecamente ligada ao acesso à educação. Embora seja necessário observar as especificidades históricas regionais, o aumento do ingresso de mulheres no ensino secundário e superior resultou em uma importante modificação da posição feminina na divisão do trabalho. Bourdieu (2020) observa o acesso à educação, aliado às transformações das estruturas produtivas, propiciou um significativo aumento da representação feminina em profissões intelectuais ou administrativas e em diferentes formas de vendas de serviços, embora a participação feminina nos contextos educacionais ainda reproduza a hierarquização de estruturas sexualmente conotadas. Conforme destaca Bourdieu (2020, p.150) “É sabido que o mesmo princípio de divisão é ainda aplicado, dentro de cada disciplina, atribuindo aos homens o mais nobre, o mais sintético, o mais teórico, e às mulheres o mais analítico, o mais prático, o menos prestigioso”. A presença de mulheres em departamentos de ciências e tecnologia ainda é bastante inferior à dos homens, permanecendo direcionada para especializações tipicamente femininas e menos qualificadas.

2.3 DIFERENTES TEORIAS FEMINISTAS

Não existe uma linearidade de conquistas nas histórias das mulheres e nos movimentos de liberação feminina. Em contextos historicamente mais próximos, a incessante industrialização, as guerras, as revoluções científicas e tecnológicas dos séculos XIX e XX abriram brechas nos sistemas de poder que favoreceram a reivindicação da igualdade entre os sexos. Quando pensamos na evolução da condição das mulheres na cultura ocidental, podemos estabelecer a convergência de alguns fatores que a originaram. Perrot (2019) destaca e existência de um Renascimento das mulheres que, embora contraditório, facultou a elas o acesso ao saber, principiados por reformas institucionais religiosas favoráveis à sua instrução. Consideramos importante mencionar que os normativos impostos pelas religiões, notadamente pelas religiões monoteístas, contribuíram largamente para a opressão das mulheres, com maior ou menor intensidade em períodos específicos da história. Os textos sagrados dessas tradições

evidenciam a diferença entre os sexos, a inferioridade feminina, e, portanto, a sua condição de submissão ao patriarcado familiar, estatal e religioso. Ainda que tais escritos sejam tema para amplos debates acerca da história da mulher e se prestem a um capítulo à parte, não aprofundaremos as discussões nesta pesquisa.

As transformações nas estruturas produtivas impactaram as relações sociais e situaram as mulheres em novas frentes de debates. As possibilidades de controle da reprodução exerceram um grande papel na liberdade feminina, abrindo espaços para que mulheres desempenhassem papéis econômicos de maneira mais efetiva. Uma vez inseridas no mercado de trabalho, a realidade de exploração anteriormente mencionada suscitou movimentos, com maior ou menor grau de organização, visando a regulamentação do labor feminino: melhores condições para o exercício das atividades, redução das intermináveis jornadas e remunerações mais justas. A necessidade de uma representatividade na elaboração e execução de leis que efetivamente protegessem as mulheres direcionou esforços para a conquista do sufrágio feminino. Embora não sem dificuldades, direitos políticos foram alcançados após intensas campanhas e mobilizações, em diferentes momentos nos países do Norte e do Sul global.

A transição das mulheres para os espaços públicos de atuação motivou uma nova questão: o papel familiar a que estavam destinadas. Mesmo com todos os avanços produtivos observados nos séculos XIX e XX, há um recrudescimento do discurso naturalista do biologicismo, da concorrência de dois sexos com qualidades e capacidades particulares. Em relação ao mesmo período, Perrot (2020) aponta para a existência de um novo antifeminismo alimentado precisamente pelas conquistas das mulheres, pela recusa ao confinamento imposto por “vocação” materna e suas reivindicações, embora ainda que de maneira tímida, por direitos civis e políticos e por acesso às profissões intelectuais historicamente a elas recusadas. Nesse sentido, Beauvoir (2009) ressalta que a situação feminina na contemporaneidade está fundamentada na permanência de tradições que percebem as mulheres como indignas das possibilidades que lhes são oferecidas ou que tais possibilidades não são mais que tentações perigosas que as desvirtuam do seu verdadeiro papel social. Assim, “Abrem-se as fábricas, os escritórios, as faculdades às mulheres, mas continua-se a considerar que o casamento é para elas uma carreira das mais honrosas e que as dispensa de qualquer outra vida coletiva”.

A história das mulheres foi, por um longo período, escrita a partir de convicções feministas, mesmo antes do emprego do termo. De acordo com Tilly (1994), trata-se da história de um movimento social. Muito embora todas as histórias sejam, em alguma medida, herdeiras de contextos políticos, são relativamente poucas as que apresentam conexão tão forte com os processos de transformações e a es propositivas como a histórias das mulheres. Tal fato a

distingue de todas outras. O condicionamento a um não-lugar, historicamente imposto às mulheres, sempre foi alvo de conflitos e insurreições, fossem essas públicas ou privadas. Os movimentos femininos pela justiça e equidade acompanham a história da humanidade e foram frequentemente percebidos como ameaça às instituições vigentes. O acesso à condição de sujeito não aconteceu naturalmente, tampouco cedido voluntariamente e ainda hoje é terreno de disputas. Esse acesso tem sido pavimentado a muitas mãos, por meio de histórias individuais e de esforços coletivos.

O relato das histórias das mulheres no sentido coletivo é evento recente. O silenciamento e a invisibilidade foram condições fundamentais para a manutenção das mulheres na condição de um Outro inessencial, incompleto, dependente e, portanto, submisso. Nas últimas décadas, fatores científicos, políticos e sociológicos contribuíram para o surgimento do conceito de mulher como categoria de análise, tanto nas ciências humanas como na história; com maior evidência nos anos de 1960 e 1970 em países do norte global, tais como Estados Unidos e Grã-Bretanha. De acordo com Perrot (2019), os fatores científicos dizem respeito à crise nos paradigmas de pensamento e à aliança de estudos da história e da antropologia para a análise de fenômenos preteridos em pesquisas anteriores, tais como família, taxas de natalidade, número de casamentos realizados e taxas de mortalidade; alçando as mulheres à condição de sujeitos, ainda que acidentalmente. Fatores políticos foram decisivos para a construção de uma história das mulheres. Entre os fatores sociológicos, a autora ressalta que o acesso das mulheres à universidade, primeiro como alunas e, posteriormente como docentes, merece especial destaque. A presença das mulheres na universidade provocou novas demandas ou, quando menos, uma escuta favorável às reivindicações femininas. A produção intelectual feminina alçou as mulheres a sujeitos das próprias histórias, contrariando a posição de objeto de investigação exclusivamente. Perrot (2019) destaca que a partir dos anos 1970, o movimento de liberação das mulheres iniciou um trabalho de recuperação da memória, com intuito de buscar os vestígios de uma história de mulher, cuja presença foi sistematicamente apagada, a fim de torná-los socialmente visíveis. Após a recuperação da presença feminina na história, o movimento passou a criticar os saberes tradicionalmente constituídos, dados como universais, não obstante seu caráter preponderantemente masculino. Em relação aos movimentos pela emancipação feminina, Beauvoir sustenta que

Em verdade, as mulheres nunca opuseram valores femininos aos valores masculinos; foram os homens, desejosos de manter as prerrogativas masculinas, que inventaram essa divisão: pretenderam criar um espaço de domínio feminino – reinado da vida, da imanência – tão somente para nele encerrar a mulher; mas é além de toda especificação sexual que o existente procura justificação no movimento de sua

transcendência: a própria submissão da mulher é a prova disso. O que elas reivindicam hoje é serem reconhecidas como existentes ao mesmo título que os homens e não de sujeitar a existência à vida, o homem à sua animalidade (BEAUVOIR 2019, p. 104).

Consideramos importante pontuar algumas mobilizações que marcaram este período histórico por entendermos que suas pautas têm reflexo nas correntes dos pensamentos feministas contemporâneos, assim como muitos movimentos foram por eles influenciados. Os últimos cinquenta anos da história do ocidente foram marcados por convulsões políticas e culturais que fomentaram transformações sociais relevantes em países do norte global e que refletiram em outros contextos mundiais com maior ou menor intensidade. Em especial, ano de 1968 foi marcado por intensas manifestações populares e estudantis. Na França, os eventos que culminaram no movimento de Maio de 68 iniciaram com demandas estudantis exigindo reformas no sistema educacional. Com o lema “É proibido proibir”, estudantes da Universidade Paris Nanterre protestavam contra o conservadorismo na universidade, reivindicavam uma reforma administrativa que permitisse a divisão dos dormitórios entre homens e mulheres, até então separados por sexo. O movimento estudantil se expandiu rapidamente e alcançou uma greve geral com pautas operárias que demandavam aumento salarial e redução da jornada de trabalho. Foram dias de intensos confrontos entre policiais e manifestantes, com greves que mobilizaram milhões de franceses e que culminaram na convocação de novas eleições no país. O movimento é um marco histórico com profundo impacto cultural, intelectual e filosófico na França e no ocidente. No mesmo ano, nos Estados Unidos, inúmeros protestos pelos direitos civis se iniciaram após o assassinato do Reverendo Martin Luther King.

Em 1968, outras manifestações tiveram lugar em diferentes países, entre elas, a Primavera de Praga e o Massacre de Tlatelolco, na Cidade do México. Em comum, pautas relacionadas a reformas curriculares, às agendas de costumes, com demandas de liberdade sexual e igualdade de gênero; aos direitos civis e enfrentamento do autoritarismo dos Estados; além de demandas econômicas regionais específicas. Foi também o período de movimentos da contracultura com pautas políticas, religiosas, morais e sociais contrárias à agenda conservadora familiar e estatal instituída.

Na efervescência dos contextos, algumas mudanças concorreram para a emancipação feminina, a começar pela negação da dominação masculina como verdade inquestionável manifestada nos textos críticos do movimento feminista. De acordo com Bourdieu (2020) o questionamento das evidências da supremacia masculina está indiscutivelmente atrelado às profundas transformações na condição feminina. Observadas as diferenças entre as categorias sociais, o acesso ao ensino, ao trabalho remunerado - e com ele o ingresso na esfera pública; o

acesso a métodos contraceptivos e a consequente redução no tamanho das famílias; a queda no percentual de casamento e o aumento do percentual de divórcio fundamentaram as mudanças na realidade das mulheres. De todos os fatores de mudança, Bourdieu (2020, p. 147) enfatiza a importância daqueles “[...] relacionados com a transformação decisiva da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais como o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e transformação das estruturas familiares [...]”. O autor também destaca o surgimento de novos tipos de famílias, bem como a visibilidade de modelos de sexualidade como contributos para a ampliação das possibilidades de escolhas femininas.

Para pensarmos as histórias das mulheres, as condições sob as quais os movimentos sociais foram por elas modelados e em que medida determinados grupos reivindicaram seus direitos consideradas as diferenças nos estatutos sociais, Tilly (1994) destaca a importância da utilização da noção de gênero no combate ao determinismo biológico que embasou os princípios de oposição das identidades masculinas e femininas ao longo da história. Enquanto o conceito de sexo determina as diferenças biológicas entre machos e fêmeas; invariáveis, portanto, a ideia de gênero como conceito culturalmente construído se presta a variações. A dicotomia entre os sexos acentua as diferenças ao passo que minimiza as características comuns estabelecendo, portanto, posições hierárquicas nas relações entre homens e mulheres. O conceito de gênero, por sua vez, expressa um engajamento na busca por autonomia e igualdade. Beauvoir (2009) nos apresentou uma noção para além do biologicismo ao afirmar que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino”. A historiadora Joan Scott (2019), por sua vez, afirma que a noção de gênero indica as construções sociais que definem os papéis específicos de homens e mulheres, rejeitando explicitamente as justificas biológicas que estabeleceram as diversas formas da subordinação feminina. A autora considera o gênero a principal ferramenta para definir as relações de poder na sociedade e o conceitua com base em diferentes aspectos relacionados entre si. Entre esses aspectos, está a representação da mulher por meio dos símbolos culturalmente disponíveis, personificados pelos mitos de Eva e Maria; bem como os conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas e jurídicas que rejeitam qualquer interpretação do sentido de masculino e feminino para além de uma oposição binária. Scott (2019) também aponta para uma análise do gênero como categoria política, cujo propósito é romper com a invariabilidade de sua representação binária.

A filósofa Judith Butler (2019) amplia o debate ao afirmar que os gêneros são socialmente construídos por meio de atos performáticos repetitivos, tais como gestos corporais, comportamentos e ações; construídos social e culturalmente de acordo com padrões normatizados e entendidos como aceitáveis para um determinado gênero. A autora argumenta que a performatividade retira a produção do gênero de um modelo natural e intrínseco de identidade arbitrariamente concebido e a coloca num processo ativo de representação de determinadas possibilidades históricas e culturais. Nesse sentido, ao abordar a perspectiva dos gêneros, Butler (2019, p. 229) afirma esses “não são passivamente inscritos nos corpos e nem são determinados pela natureza, pela língua, pelo simbólico ou pela esmagadora história do patriarcado. Gênero é aquilo que colocamos, invariavelmente, sob controle, diária e incessantemente, com ansiedade e prazer”. Enquanto produtos sociais, os gêneros não se prestam a uma identidade fixa; são, portanto, fluídos, podendo ser desafiados e subvertidos.

Em sua obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2021), Butler afirma que o próprio termo mulheres constitui uma questão política no feminismo, uma vez que o movimento entende o termo como determinante de uma identidade comum. Butler (2021) destaca que o fato de ser mulher não abarca todas as possibilidades subjetivas não apenas porque os atributos predefinidos de gênero ultrapassam as suas características específicas, mas porque o gênero nem sempre foi compreendido de maneira uniforme ou consistente nos múltiplos contextos históricos, além de estabelecer convergências com diversas modalidades de identidades discursivamente constituídas, incluídas as modalidades raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais. Assim, a separação da noção de gênero das intersecções políticas e culturais de sua produção não se sustenta. Nesse sentido, a autora destaca que ao entendimento de uma base universal para o feminismo, associa-se uma opressão das mulheres de uma maneira singular. Conforme afirma Butler (2021, p. 21), “A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos de opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe”. De acordo com Butler (2021), surgia a necessidade de uma crítica radical com o intuito de desvencilhar as teorias feministas da necessidade de constituir uma base singular e permanente, repetidamente contestadas pelas posições de identidades invariavelmente excluídas pelo movimento feminista clássico.

Em se tratando de especificidades, em sua obra *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo* (2019), Butler analisa as personagens da obra *Passing* da escritora norte-americana Nella Larsen, entre elas, duas mulheres negras, amigas de escola que se reencontram depois de uma década. Ambas com tom de pele claro, ambas sendo percebidas como brancas

em determinados contextos. Enquanto uma delas constrói uma família com um homem negro, a outra assume ser branca não somente em algumas ocasiões, mas na vida e no casamento, como demonstra ao apresentar à amiga o marido branco que afirma odiar pessoas negras. Publicado em 1929, o romance insere-se na tradição do *Harlem Renaissance*⁴ e é objeto de escrutínio sob diferentes perspectivas de análise: a leitura da história como um relato sobre raça e aqueles que a leem na sua complexidade emocional e psicológica. Entretanto, interessa-nos as observações de Butler (2019) no que diz respeito a atração e o desejo mútuo entre as duas mulheres, perceptível embora nunca verbalizada. De acordo com Butler (2019), em uma das leituras possíveis, reconhecemos na obra uma resistência na representação da sexualidade das mulheres negras, notadamente quando essa sexualidade denota exotismo ou marca do primitivismo. Assim, a recusa da autora de *Passing* em representar a sexualidade das mulheres negras visa evitar a sua conversão em objeto exótico. Segundo Butler (2019), diversas pesquisadoras apontam que romancistas negras têm retratado a sexualidade com discrição e prudência tendo em vista às narrativas literárias e crenças sociais sustentadas ao longo da história que perpetuam a ideia de licenciosidade das mulheres negras. Butler (2019, p. 294) afirma que, de certa forma, “o conflito do desejo lésbico na história pode ser lido no que é apenas sugerido, no que está retido nas conversas [...]”, mas existe a constante ameaça da autora em pará-las ou interrompê-las. Conforme a autora, a questão psiquicamente reprimida na obra de Larsen está intrinsecamente associada às restrições e constrangimentos sociais específicos que impactam a expressão da sexualidade das mulheres negras. Portanto, se consideramos a conjuntura da escrita de Larsen, Butler (2019) afirma que

[...] a perspectiva de liberdade sexual das mulheres negras as tornava vulneráveis a violações públicas, incluindo aí o estupro, porque o corpo delas continuou a ser lugar de conquista dentro do racismo branco, então a resistência psíquica à homossexualidade e à vida sexual fora dos parâmetros da família deve ser lida em parte como uma resistência a uma exposição pública perigosa (BUTLER, 2019, p. 299).

Cabe destacar que, ao analisar a obra de Larsen, Butler (2019) contesta a noção de que a diferença de gênero é mais essencial ou fundamental do que outros tipos de diferenças,

⁴ De acordo com Nganga (2021), o movimento *Harlem Renaissance*, também denominado *New Black Movement*, surgiu na década de 1920, com maior expressão no bairro do *Harlem*, na cidade de Nova Iorque, área reconhecida pela presença da cultura negra. O movimento reuniu artistas, pesquisadores, professores e escritores negros e negras com o intuito de promover uma nova identidade para sujeitos negros que os distanciassem dos estereótipos propagados pelo racismo pseudocientífico vigente. Conforme Nganga (2021), o movimento promoveu uma escrita em primeira pessoa, onde homens e mulheres negras se valeram da música, da literatura, das artes para relatarem suas vivências, medos, angústias e realizações.

abrangendo, nesse contexto, a diferença racial. Segundo a autora, a suposição de que não apenas a diferença de gênero é a mais primordial, mas que há uma relação denominada “diferença sexual” que não está determinada pela raça, caracterizou o feminismo psicanalítico como branco, em uma perspectiva que nem mesmo reconhece a branquitude uma categoria racial, mas como uma outra forma poder que não demanda apresentação. Segundo Butler (2019, p. 304), “[...] alegar que a diferença sexual é mais fundamental do que a diferença racial é de fato supor que a diferença sexual é a diferença sexual branca e que a branquitude não é uma forma de diferença racial”. Assim, a autora ressalta que não podemos mais conceber a diferença sexual como precedente à diferença racial, bem como considerá-las como eixos completamente dissociáveis de regulação social e de poder.

Ainda quanto à representação de lésbicas negras na literatura, a autora Jewelle L. Gomez, em seu texto *Um legado cultural negado e descoberto: lésbicas negras na ficção escrita por mulheres*⁵ (2023), afirma que mulheres de cor como um todo há muito são percebidas como o componente menos valioso nos sistemas sociais e econômico, assim como fazem parte do grupo com menor poder aquisitivo e mínima influência política. Assim, não surpreende o fato de que as lésbicas negras não estejam representadas na mídia ou nas artes. Entretanto, de acordo com a autora, o mercado editorial se mantém inflexível quando se trata da representação da sociedade norte-americana como uma superestrutura branca, masculina e heterossexual, com incursões ocasionais nas realidades de pessoas negras, latinas, indígenas asiáticas ou de homens gays, somente quando as percebem como material vendável. Escritoras negras, as que estariam naturalmente autorizadas a narrar histórias de personagens lésbicas negras, são constantemente ignoradas. Autoras lésbicas brancas frequentemente mantêm uma representação distorcida de lésbicas negras na literatura de ficção. Essas personagens, quando ocasionalmente mencionadas, encontram-se em condições de inferioridade ou de repressão. São mulheres imaturas, indecisas ou paranoicas e suas histórias são conhecidas apenas por meio das reações das personagens brancas.

Conforme destaca Gomez (2023), as desigualdades sociais entre mulheres negras e brancas raramente foram observadas por escritoras brancas ao idealizarem personagens lésbicas negras, salientando que essas obras ampliam a ignorância sobre as reais experiências das mulheres negras. A autora também ressalta que mesmo escritoras negras não abordaram, ou abordaram apenas superficialmente, temas cruciais para as lésbicas, tais como o isolamento

⁵ Tradução nossa do original em inglês: *A cultural legacy denied and discovered: black lesbian in fiction by women.*

dessas profissionais em suas próprias comunidades, o racismo nos movimentos feministas, bem como a complexidade das inquietações experienciadas pelas mulheres cuja orientação sexual deve ser mantida em segredo. Neste sentido, Gomez (2023), afirma que a representação inadequada de lésbicas negras na literatura é o reflexo da invisibilidade social e cultural dessas mulheres. Como consequência, tais personagens são identificadas como pouco lucrativas pelo mercado editorial ou pelas mídias. A autora menciona a importância da representação dessas mulheres, seja por meio da literatura ou da publicidade, sendo a última reconhecidamente uma formadora das expectativas culturais.

Na esteira dos movimentos por direitos civis da década de 1960 e do movimento feminista dos anos de 1970, observou-se, ainda que temporariamente, a proliferação de obras de escritores negros heterossexuais, na sua maioria homens, bem como de mulheres, majoritariamente brancas. De acordo com Gomez (2023), a consolidação do movimento feminista negro e da representatividade lésbica contribuíram para a formação de um mercado leitor para o qual as representações positivas de lésbicas negras são relevantes. A autora destaca a importância desses movimentos afirmando que

Mais significativamente, esses movimentos impactaram escritoras negras de maneira extraordinária. Mesmo em meio à atmosfera politicamente repressiva dos anos oitenta, a escritora negra parece estar se libertando da presunção heterossexual e começando a abordar as inúmeras questões que lhes dizem respeito, entre elas, o amor entre mulheres⁶ (GOMEZ, 2023, p. 133, tradução nossa).

Sobre a ausência de representatividade lésbica na literatura, a autora Ann Allen Shockley ratifica que o interesse pelas vivências lésbicas negras mostrou-se insignificante tanto na imaginação quanto na realidade. No seu texto *A lésbica negra na literatura norte-americana: uma visão geral*⁷ (2023), escrito no ano de 1979, Shockley questiona o motivo pelo qual poucas escritoras negras se dedicam ao tema. Ao analisar a produção literária de mulheres negras no final do século XIX e início do século XX, a autora destaca que essa literatura refletia a preocupação com a maior opressão sofrida por esse grupo: o racismo. Shockley (2023) reconhece a tentativa de algumas escritoras em abordar o tema. Possivelmente esses escritos tenham sido acessados por número restrito de pessoas, alguns amigos e editores, porém rejeitados para a publicação em função da falta de interesse do mercado editorial pela temática. Muitas daquelas que tiveram

⁶ No original: More importantly, the impact these movements have had on Black women writer is phenomenal. Even amid the politically repressive atmosphere of the eighties, the Black women writer seems to be unveiling herself from the masquerade of heterosexual assumption and is beginning to address the myriad issues with which she is concerned, not the least being women loving women

⁷ No original: The black lesbian in American literature: an overview.

suas obras publicadas, optaram por escrever sobre mulheres negras em uma perspectiva heterossexual, preferência motivada pelo receio de serem rotuladas como lésbicas, mesmo que não o fossem. Tal receio se justificava plenamente quando consideramos as ameaças que pairavam sobre alguém identificado como homossexual em contextos de intensa homofobia, fundamentada pelas crenças sociais, religiosas e biológicas vigentes.

A autora ressalta que até mesmo a comunidade negra demonstrou pouco interesse em reconhecer e compreender a realidade das lésbicas negras, fato que contribuiu para intensificar as animosidades a elas direcionadas. De acordo com Shockley (2023), caricaturas estereotipadas de lésbicas são abundantes na comunidade negra, alimentando antipatias. No passado, o conceito de lésbica referia-se à mulher de aparência masculinizada, que se encaixava no estereótipo comum; lésbicas que não se enquadravam nesse estereótipo não eram facilmente identificáveis e raramente buscavam ser reconhecidas. Desta forma, a hostilidade e os mitos construídos sobre as lésbicas desencadearam nas escritoras negras uma profunda preocupação com os rótulos sob os quais estariam condicionadas e impedindo-as de escrever aberta e honestamente sobre lesbianismo.

Os movimentos de emancipação feminina promoveram debates fundamentais e permitiram que as mulheres (re)descobrissem seus corpos, seus afetos e seus lugares nas sociedades. A participação de diferentes grupos de mulheres no movimento feminista ampliou a representatividade e contribuiu para outras formas de compreensão da realidade. As perspectivas de gênero corroboraram com outras formas de vivenciar a sexualidade para além dos padrões da heteronormatividade. Perrot (2019) resume as principais frentes que contribuíram para a expansão das possibilidades femininas, entre eles os direitos ao saber, ao trabalho remunerado, os direitos civis e políticos e, como consequência dessas conquistas, os direitos do corpo, com destaque para a penalização de assédios sexuais e do estupro.

As histórias das mulheres, assim como todas as histórias, seguem sendo revisitadas e não se sujeitam a reducionismos simplistas. Não obstante os inegáveis acessos alcançados, determinadas estruturas de poder permanecem inalteradas condicionando os corpos, os movimentos e os espaços femininos. A lógica da opressão sustentada pelas oposições que embasam todas as estruturas sociais está longe de ser subvertida, uma vez que se perpetua através de práticas culturais, educacionais e econômicas que mantêm os homens nos espaços públicos e em áreas de poder.

3 TEORIAS DO FEMINISMO INTERSECCIONAL

Os movimentos feministas foram fundamentais para que as histórias das mulheres fossem apresentadas sob uma perspectiva feminina após séculos de silenciamento. O domínio patriarcal validado pela lógica arbitrária da divisão sexual das atividades condicionou as mulheres a um lugar de submissão, ao papel de um Outro inessencial cuja existência só se justifica na dualidade com o masculino. Embora inseridas em realidades de opressão, as estruturas de dominação afetaram as mulheres de maneiras distintas a depender das posições por elas ocupadas nas esferas sociais. Impossível, portanto, estabelecer uma história única das mulheres. Não obstante a inequívoca importância dos primeiros escritos feministas, eles são o reflexo da hegemonia eurocêntrica de produção do conhecimento sobre o comportamento humano e sobre as relações sociais. Para além das diferenças de gênero, mulheres foram inviabilizadas e subjugadas por relações de poder cujos efeitos foram pouco considerados nas teorias feministas até então apresentadas, com destaque para as questões de raça e classe.

A socióloga Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2020, 2021) destaca que o período compreendido pelos últimos cinco séculos transcorreu atravessado por importantes acontecimentos históricos, que constituíram a base do desenvolvimento do capitalismo e da industrialização e moldaram as estruturas sociais em diversos continentes, com destaque para o tráfico atlântico de escravizados e as instituições que participaram da escravidão e da colonização europeia de países africanos e latino-americanos. De acordo com a autora, no período que conhecemos como Modernidade, os conceitos de gênero e de categorias raciais surgiram em cenários de intensas transformações sociais e culturais; e fundamentaram as estratificações das sociedades e as relações de exploração. A expansão europeia introduziu a racialização do conhecimento e consagrou o privilégio do gênero masculino branco e, posteriormente, reconheceu os saberes de mulheres brancas europeias e norte-americanas. Embora não despreze a importância do papel das feministas clássicas ocidentais, Oyěwùmí (2020) ressalta a necessidade de questionar as suas identidades sociais, interesses e motivações enquanto fornecedoras de conhecimento. Nesse sentido, a autora assevera que

Pesquisadoras feministas usam gênero como o modelo explicativo para que se compreenda a subordinação e a opressão das mulheres em todo o mundo. De uma só vez, elas assumem a categoria “mulher” e sua subordinação como universais. Entretanto, gênero é antes de tudo uma construção sociocultural. [...] Se o problema do gênero torna-se central na vida das mulheres brancas a ponto de outras dimensões serem excluídas, temos que nos perguntar: por que o gênero? Por que não alguma outra categoria, como raça, por exemplo, que é vista como fundamental pelos afro-

estadunidenses? [...] Em que medida uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão? (OYĒWŪMÍ, 2020, p. 87).

As inquietações expressadas por Oyĕwùmí (2020) são compartilhadas por diferentes teóricas que se debruçaram sobre as histórias das mulheres para além das questões relativas às opressões de gênero. A socióloga Patricia Hill Collins, na obra *Pensamento Feminista Negro* (2019), aponta para a ausência das percepções das mulheres negras na teoria feminista. Ainda que apresentadas como aplicáveis a todas as mulheres enquanto grupo, tais teorias estão limitadas pela posição de suas autoras nas esferas sociais: branca, ocidental e de classe média. De acordo com a autora, a hegemonia branca nas produções acadêmicas restringiu os espaços, a presença e as ideias das mulheres negras na maioria das esferas de produção do conhecimento.

Conforme mencionado anteriormente, a lógica de oposição entre gêneros categorizou as mulheres como um Outro inessencial, inferiorizado pela diferença. Nesse sentido, Collins (2019) afirma que as estruturas assentadas no pensamento binário naturalizaram o objetificação de um dos seus elementos, ou seja, a existência de um Outro como objeto a ser controlado, manipulado, submisso, portanto. A dominação baseia-se nas contínuas tentativas de reificar grupos arbitrariamente percebidos como inferiores e subordinados. De acordo com a autora, as teorias pós-coloniais chamaram a atenção para objetificação de pessoas de cor⁸ e afirmaram que a negação da subjetividade dos povos africanos validou a política de dominação característica do colonialismo e da escravidão. Dessa forma, as opressões sofridas pelas mulheres de cor estão para além da questão do gênero exclusivamente. Conforme afirma Collins (2019), a negação da humanidade plena de mulheres negras evidencia o poder do pensamento instituído pela oposição e pela diferença. Mulheres negras, no entanto, são distinguidas como o Outro objetificado em múltiplos binarismos e não apenas em relação ao gênero. De acordo com a autora,

Os alicerces das opressões interseccionais se apoiam em conceitos interdependentes do pensamento binário em diferenças formadas por oposição, objetificação e na hierarquia social. Dado que a dominação baseada na diferença forma um substrato essencial para todo esse sistema de pensamento, esses conceitos implicam invariavelmente relações de superioridade e inferioridade, vínculos hierárquicos que se misturam a economias políticas de opressão de raça, gênero e classe. (COLLINS, 2019, p. 139).

⁸ Em seus textos, Collins (2019) faz referência às pessoas de cor incluindo afro-americanos, latino-americanos, indígenas e asiático-americanos. A autora destaca que as mulheres de cor, em vista de suas múltiplas identidades, estão situadas nas complexas desigualdades sociais de maneira diferente das quais estão situados os homens brancos ou mesmo as mulheres brancas.

A abordagem interseccional evidencia como diferentes formas de opressão, tais como gênero, raça, classe social, orientação sexual, capacidade física ou outras diferenciações arbitrárias estão entrelaçadas e engendram experiências únicas de opressão e de privilégios. Atuando como um sistema conectado, as distintas categorias de opressão não podem ser compreendidas e combatidas isoladamente. A definição de termo interseccional é amplamente creditada à advogada e defensora dos direitos civis norte-americana Kimberlé Crenshaw que em artigo produzido no ano de 1989 relatou as discriminações sofridas por mulheres negras trabalhadoras fabris, tanto no ambiente de trabalho, como nas demandas jurídicas por igualdade de direitos. De acordo com Crenshaw (1989), as experiências das mulheres negras não foram consideradas nas teorias feministas e, tampouco, nos discursos políticos antirracistas. Posto que os estudos feministas estavam baseados na realidade das mulheres brancas e os discursos antirracistas nas experiências dos homens negros, a subordinação das mulheres negras não poderia ser enquadrada em estruturas analíticas preexistentes, realidade explicável somente com interconexão de múltiplos fenômenos.

Embora destaquem a importância dos estudos de Crenshaw para a compreensão da interseccionalidade, as autoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge salientam que os ativismos sociais entre as décadas de 1960 e 1980 nos Estados Unidos fomentaram a noção de interseccionalidade antes mesmo da institucionalização do termo. Na obra *Interseccionalidade* (2021), as autoras afirmam que os movimentos de enfrentamento de diferentes crises sociais delinearam as ideias centrais da interseccionalidade. Segundo as autoras, as mulheres afro-americanas participaram de movimentos pelos direitos civis e, a partir desses, desenvolveram e aperfeiçoaram análises sobre as desigualdades sociais e outras formas de opressão às quais as mulheres de cor estavam submetidas, notadamente aquelas relacionadas a raça, classe, gênero e sexualidade. Collins e Bilge (2021) destacam as especificidades das reivindicações dos movimentos feministas de mulheres de cor em diferentes contextos nacionais uma vez que mulheres negras, latinas, indígenas e asiáticas vivenciam histórias distintas. Nosso foco de pesquisa concentra-se na realidade de mulheres negras apresentadas na obra de Evaristo (2020) de forma a identificar como as experiências de opressão, os acessos às oportunidades e suas formas de resistência estão atravessados por suas identidades interseccionais.

A convergência das opressões de raça, gênero e classe sofridas pelas mulheres negras assenta-se nos séculos de escravidão e colonialismo que alteraram radicalmente as estruturas sociais, condicionaram as relações entre colonizadores e colonizados e impactaram a experiência das mulheres em diferentes nações. Na realidade norte-americana, Collins (2019) assevera que as opressões sofridas pelo grupo compreendem dimensões interdependentes

relacionadas à economia, à política e à ideologia. Na perspectiva econômica, a exploração do trabalho das mulheres negras, condição basilar do capitalismo, condicionou-as a atividades rurais, domésticas e na prestação de serviço. Em uma dimensão política de opressão a proibição do voto, a exclusão dos cargos públicos e de tratamentos igualitários no sistema de justiça, bem como a privação de direito ao ensino ou a dificuldade de acesso à educação de qualidade afetaram as vivências das mulheres negras de maneira específica. Por fim, as imagens de controle oriundas do período de escravidão, baseada em ideologias racista e sexistas, atribuem às mulheres negras qualidades arbitrariamente construídas e naturalizadas nas estruturas sociais.

De acordo com Collins (2019), os estereótipos negativos presentes na cultura popular contemporânea são fundamentais para manutenção da opressão das mulheres negras ao encerrá-las nas imagens da babá negra escravizada⁹, das mulheres erotizadas e promíscuas ou pela imagem das procriadoras do tempo da escravidão associadas à figura de mães que dependem de política públicas de assistência social para manutenção das famílias numerosas. Atuando como um eficiente sistema de controle social, a combinação dessas três dimensões sujeita mulheres negras a lugares designados e subordinados. Essa lógica de opressão se estabeleceu em diferentes contextos nacionais. Embora a autora descreva o contexto norte-americano, tais estereótipos são reproduzidos em países cuja economia esteve baseada na exploração da mão-de-obra escravizada, tais como os Estados Unidos, o Brasil e países do Caribe. As mulheres negras na Grã-Bretanha enfrentam realidades semelhantes que estão relacionadas às suas origens de diferentes lugares do Império Britânico e sua condição de imigrante.

A expansão do colonialismo europeu durante a segunda metade do século XIX instituiu o racismo como a ciência da superioridade da cultura europeia e cristã em face às tradições dos povos originários das suas colônias, entendidos como selvagens. A antropóloga brasileira Lélia Gonzalez, na obra *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), aponta que a caracterização das manifestações culturais das colônias como absurdas, exóticas ou supersticiosas, naturalizou a violência genocida das forças colonizadoras, embasada em uma explicação racional para o controle dos costumes ditos primitivos. De acordo com Gonzalez (2020, p. 130, grifo da autora), ao analisarmos as estratégias de atuação dos países europeus em suas colônias, podemos verificar que “o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador. E ele apresenta, pelo menos, duas faces que só se diferenciam

⁹ No inglês, o termo *mammy* é utilizado por Collins (2019) para descrever as mulheres negras escravizadas responsáveis pelas atividades domésticas, sendo também responsáveis pelo cuidado das crianças e muitas vezes realizando o papel de ama de leite de bebês brancos em detrimento da amamentação dos próprios filhos.

enquanto táticas que visam ao mesmo objetivo: exploração/opressão”. O fundamento da superioridade escancarou o racismo em sociedades de origem anglo-saxã, articulando uma ideologia de superioridade branca pura e tornando impensável a miscigenação com pessoas com quaisquer antepassados negros, não obstante a persistência dos estupros e da exploração sexual das mulheres negras. Em outros contextos, as teorias de miscigenação e da aparente democracia racial submeteram homens e mulheres negras a racismos dissimulados.

O binômio exploração/opressão moldou o desenvolvimento das histórias das mulheres ao longo dos séculos. Entretanto, a exploração/opressão das mulheres negras submeteu-as a distintas realidades de dominações que perpetuam as violências físicas e simbólicas condicionantes da sua existência. Por suas origens, as especificidades da exploração/opressão vivenciadas pelas mulheres negras diferem das opressões sofridas pelas mulheres brancas. Em sua obra *Mulheres, raça e classe* (2016), a filósofa e ativista Angela Davis ressalta que mesmo participando de movimentos e campanhas antiescravagistas, mulheres brancas raramente compreenderam a complexidade da situação das mulheres negras escravizadas. Os arranjos econômicos das sociedades escravocratas e coloniais compeliram mulheres negras a trabalhos para além do âmbito doméstico. A utilização em larga escala da mão-de-obra feminina nas plantações do sul dos Estados Unidos fez com que mulheres e meninas trabalhassem tanto quanto os homens. No contexto do trabalho, as agressões sofridas em função da demanda por produtividade sobressaíam-se e se tornavam mais relevantes que as questões de gênero. Entretanto, a dialética do gênero permeava a condição da mulher escravizada. De acordo com Davis (2016), o sofrimento feminino diferenciava-se na medida em que as mulheres

[...] eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos as elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente a sua condição de fêmea. (DAVIS, 2016, p. 19).

Os fundamentos da escravidão e do colonialismo condicionaram a imagem das mulheres negras e, por consequência, todos os seus acessos e posições nas estruturas sociais. A inferioridade feminina instituída pelo poder patriarcal atinge as mulheres negras de maneira ampliada pela naturalização da subalternidade racial. A ausência de condicionantes fundamentais da existência feminina é apontada por bell hooks¹⁰ na obra *Teoria feminista: da margem ao centro* (2019). Segundo a autora, os textos fundamentais da formação do

¹⁰ A autora assim se apresenta, com a grafia do nome em letras minúsculas.

pensamento feminista contemporâneo ignoraram a existência daquelas que mais estão submetidas ao jugo sexista e assumiram que a condição de mulher implica a partilha de uma opressão comum, elo universal entre todas as mulheres, desconsiderando as experiências individuais de violências oriundas das diferenças de classe, raça, religião e orientação sexual. Ao não perceberem e combaterem as hierarquias raciais, as teorias feministas impediram a análise das conexões entre raça e classe social. A ausência de contato com mulheres oriundas de outros contextos raciais inviabilizou uma base comparativa para verificar a pertinência dos discursos feministas sobre a opressão coletiva.

De acordo com hooks (2019), a condição das mulheres negras na sociedade difere da posição das mulheres brancas e dos homens negros uma vez que para ambos existe a possibilidade de agir como opressores ainda que estejam sujeitos a situações de opressão. Homens negros vitimados pelo racismo estão autorizados pelo sexismo a agir como exploradores e opressores de mulheres. Por sua vez, mulheres brancas oprimidas pelo sexismo estão facultadas pelo racismo a explorar e oprimir pessoas negras. Mulheres negras, portanto, não foram instituídas socialmente para assumir papéis de explorador/opressor, posto que inexistente um outro institucionalizado passível de ser por elas explorado ou oprimido. Enquanto base da pirâmide ocupacional e condicionadas a posições de inferioridade, mulheres negras carregam o maior peso das opressões de raça, classe e gênero. Considerando que a estratificação de diferentes sociedades está assentada na política racial da supremacia branca, a autora afirma que a plena compreensão das relações de classes só se efetivaria com o reconhecimento do racismo e de suas consequências nas sociedades capitalistas. Dessa forma, a luta pelo fim do racismo é indissociável da luta de classes.

A estruturação do patriarcado sob a ótica capitalista não implica na completa impossibilidade de escolhas por parte das mulheres. Segundo hooks (2019), a lógica sexista atual restringe o comportamento feminino em algumas esferas ao mesmo tempo que propicia liberdade de movimento em outras. Assim, pela ausência de restrições extremas, muitas mulheres ignoram os domínios pelos quais são exploradas ou discriminadas. Por essa razão, podem supor que nenhuma mulher é oprimida. A autora exemplifica a ausência de entendimento das distintas realidades das mulheres ao abordar a obra *A mística feminina* (2020), da autora Betty Friedan. Escrita em 1963 e apontada como precursora do movimento feminista contemporâneo, a obra aborda a situação das mulheres na sociedade norte-americana e argumenta que as opressões a elas impostas restringiam-nas a papéis domésticos e à maternidade. Friedan (2020) descreveu a crise pela qual muitas mulheres estavam passando não obstante o acesso aos estudos e à carreira. Denominado “o problema sem nome”, a autora

argumenta que mulheres eram encorajadas a se concentrar exclusivamente em suas responsabilidades domésticas e nos cuidados com a família, abandonando as oportunidades de trabalho. Essa realidade as impedia de alcançar a plenitude em suas vidas e limitava a sua realização pessoal. A instituição de uma mística feminina determinou que as mulheres deveriam estar comprometidas com a realização da própria feminilidade.

Conquanto a obra de Friedan descreva a condição da mulher na sociedade norte-americana, hooks (2019) destaca que as referências dizem respeito à existência de um grupo específico de esposas brancas das classes média e alta, muitas com nível superior, envolvidas com as responsabilidades do lar, com a criação dos filhos e entediadas pelas horas de lazer, compras e atividades filantrópicas; e que demandam novas perspectiva de vida. hooks (2019) afirma que, ao fazer do drama das mulheres brancas o sinônimo da condição de todas as mulheres na sociedade norte-americana, Friedan mascarou atitudes classicistas, racistas e sexistas no que diz respeito à população feminina nos Estados Unidos ao ignorar que mais de um terço das mulheres compunham a força de trabalho no país. Mulheres que estavam em busca da sobrevivência econômica enquanto enfrentavam discriminação étnica e racial. Conforme ressalta hooks (2019, p. 29, grifo da autora): “Embora muitas mulheres desejassem se tornar esposas, apenas as com tempo livre e dinheiro podiam moldar sua identidade segundo os termos da ‘mística feminina’”. Mesmo sendo apontadas as limitações de representatividade nos escritos de Friedan, hooks (2019) assevera que algumas premissas sobre a natureza da posição social das mulheres presentes na obra continuam a moldar os pressupostos e os rumos do movimento feminista. Nesse sentido, Lorde (2019, p. 242, grifo da autora) ressalta que mulheres brancas, ao ignorarem seu privilégio natural em relação à raça e definirem todas as mulheres em termos de suas próprias experiências, transformam mulheres negras e outras mulheres consideradas de cor em “outras”, diferentes, estrangeiras, “cuja experiência e tradição são ‘exóticas’ demais para se entender. De um modo geral, mulheres brancas estão concentradas nas opressões de gênero e ignoram todas as outras, seja de raça, preferência sexual, classe ou idade, criando uma aparente igualdade de experiências. A autora destaca que essas mulheres têm em mãos uma variedade de falsas escolhas e benefícios para se ajustarem aos domínios patriarcais e seus expedientes com a perspectiva de compartilhar o poder. Mulheres negras, por sua vez, não encontram essa alternativa da mesma maneira. Desta forma, em um sistema de poder patriarcal escorado no privilégio de ter a pele branca, as estratégias para subjugar mulheres negras e mulheres brancas são distintas.

A ideia de uma feminilidade inequívoca foi contestada por diversas mulheres negras cujas realidades destoavam do modelo apresentado por Friedan. Davis (2016) destaca que,

dentro do sistema escravista que definia pessoas negras como propriedade, as mulheres, assim como os homens, eram objetos lucrativos de trabalho. Por essa perspectiva, mulheres negras eram desprovidas de gênero e apenas ocasionalmente eram percebidas como esposa, mãe ou dona de casa. Essa condição as excluiu da ideia de feminilidade historicamente estabelecida que enfatizava o papel das mulheres como esposas dóceis, donas de casa dedicadas e mães amorosas e protetoras. Collins (2019) evoca o discurso da ativista negra Sojourner Truth proferido em uma convenção dos direitos da mulher no final do século XIX no Estados Unidos. De acordo com a autora, Truth evidencia o conceito da feminilidade como algo culturalmente construído quando expõe as contradições entre a sua realidade de mulher afro-americana e as qualidades atribuídas às mulheres na sociedade. Trabalhadora escravizada nas plantações, Truth afirmou que a sua força física, equiparável a de um homem, não invalidou sua condição de mulher e mãe. Collins (2019) destaca que, em frente a uma plateia composta de homens e mulheres brancas, Truth questiona se seria ou não uma mulher de acordo com os padrões vigentes. De acordo com Collins (2019),

Em vez de aceitar os pressupostos vigentes sobre o que é uma mulher e depois de tentar provar que se encaixa em tais padrões, Truth questionou os próprios padrões. Suas ações demonstram o processo de desconstrução – ou seja, a exposição de um conceito ideológico ou culturalmente construído e não como algo natural ou simples reflexo da realidade (COLLINS, 2019, p. 52).

A padronização dos corpos femininos está atravessada pela interseccionalidade quando se trata de mulheres negras. Para além da perspectiva de gênero, a mulher negra está socialmente instituída como o Outro com base nas oposições pelas diferenças em relação às mulheres brancas. A construção arbitrária da feminilidade apontada por Truth pode ser reconhecida da percepção do ser feminino concebida por Bourdieu (2020) quando o autor afirma que a relação com o próprio corpo não se reduz à sua representação subjetiva. A definição do corpo como um produto social, que obedece a determinadas condições sociais de produção por meio de diversas mediações, aplica-se à noção de feminilidade. A ideia da feminilidade historicamente construída foi apreendida através de “esquemas de percepção cujo uso nos atos de avaliação depende da posição ocupada no espaço social: as taxonomias em vigor tendem a contrapor, hierarquizando-as, as propriedades mais frequentes entre os dominantes e as que são mais frequentes entre os dominados” (BOURDIEU, 2020, p. 109).

Conforme mencionado anteriormente, as restrições impostas às mulheres condicionaram seus corpos e suas imagens. Ainda que tacitamente, determinados padrões socialmente construídos validam as percepções subjetivas e as reações que o corpo suscita no

outro. De acordo com Collins (2019), no pensamento binário que sustenta as opressões interseccionais, os padrões dominantes de feminilidade e beleza subordinam as mulheres negras como o Outro de maneira persistente. Atualmente, embora a maioria das mulheres negras resista a sua objetificação enquanto um Outro, padrões relativos à cor da pele, aos traços físicos e à aparência dos cabelos fundamentam juízos de valor que, invariavelmente, as depreciam. A autora argumenta que quaisquer julgamentos em relação à aparência física e a atratividade são formas de objetificação das mulheres. Entretanto, mulheres brancas que se enquadram nos padrões dominantes de beleza e feminilidade estão em posição privilegiada em relação às mulheres negras em um sistema que enfatiza a superioridade de pessoas brancas. Ainda conforme Collins (2019), o racismo que determina as diferenças pela oposição entre brancos e negros, divide homens e mulheres negros de acordo com o tom da pele, entre mais claros ou mais escuro. As sociedades controladas por brancos evidenciam a preferência por tons de pele mais claros, sujeitando mulheres mais escuras à condição de inferioridade. A autora destaca que, ainda que naturalizadas, as imagens de controle são alvos de constante resistência por parte das mulheres negras norte-americanas e as reações às justificativas ideológicas de opressão aparecem nas pesquisas, nas teorias e na literatura produzida por escritoras negras.

As opressões interseccionais são percebidas pelo coletivo de mulheres negras. Não obstante a similaridade dos desafios, Collins (2019) enfatiza que as experiências são subjetivas e interpretadas de maneira individual. Dessa forma, as diferenças entre as mulheres negras produzem distintas reações aos esquemas de dominação. Em relação ao racismo, as diferenças de classe social situam-nas de maneira desigual nas questões relativas à moradia, à educação e ao emprego. Mulheres negras da classe média são, muitas vezes, alvo de racismos velados que as inferiorizam e desqualificam profissionalmente. Por outro lado, pessoas negras da classe trabalhadora são desafiadas por diversas formas de racismo institucionalizado estruturadas e naturalizadas por organizações brancas. Collins (2019) também alude à sexualidade como fator que diferencia as experiências das mulheres negras na sociedade. Segundo a autora, os movimentos sociais de mulheres negras lésbicas identificaram o heterossexismo como um sistema de dominação. Segundo a autora, ao questionarem a naturalização da heterossexualidade, as integrantes desses movimentos alavancaram novas percepções acerca da sexualidade, que passou a ser analisada como um sistema de poder em detrimento do entendimento biologicista.

Da mesma maneira que outras categorizações, o heterossexismo como sistema de opressão não se presta a uma análise isolada das suas relações com gênero, raça e classe. De acordo com Collins (2019), a compreensão do heterossexismo tendo como base esse referencial,

evidencia duas dimensões interdependentes. A dimensão simbólica trata dos significados sexuais utilizados na representação e no julgamento da sexualidade das mulheres negras, percebidas, muitas vezes, como antinatural, pecaminosa ou doentia. A dimensão estrutural, por sua vez, identifica como as leis e costumes atuam diretamente na reprodução do heterossexismo na estruturação das instituições sociais. A autora também menciona uma dimensão ideológica do heterossexismo embasada nos princípios de oposição binária que estabelece a heterossexualidade como o padrão de normalidade, ao passo que enquadra outras sexualidades como destoantes. A homossexualidade, portanto, integra a categoria de uma sexualidade desviante apontada como anormal na sua oposição à heterossexualidade. Conforme destaca Collins (2019), os princípios antagônicos da sexualidade entendida como normal e de sua desviante coincidem com os binarismos implícitos em outros sistemas de opressão que objetificam as mulheres negras. Os binarismos sexuais, tais como a mulher de verdade x a lésbica, encontram justificativas nas teorias médicas, nas crenças religiosas e nas prescrições estatais, entidades de estabelecem os parâmetros de normalidade, de salvação e de legalidade. Segundo Collins (2019, p. 227), “Os negros vivenciam um *racismo sexualizado* altamente visível, no qual a visibilidade dos corpos negros reinscreve a hipervisibilidade dos supostos desvios sexuais de homens negros e mulheres negras”. A autora enfatiza que, embora as ideias sobre a sexualidade apresentem-se como práticas naturais, essas são cuidadosamente produzidas e difundidas pelas religiões, pelas escolas, pelos meios de comunicação e, acima de tudo, institucionalizadas por políticas governamentais.

São inúmeras as instâncias que operam para a opressão das mulheres negras e interferem na construção da sua subjetividade e das suas relações afetivas, sejam essas com pais, mães, filhos e filhas, maridos ou as relações de amizades. Conforme afirma Collins (2019), tais relações são fortemente influenciadas pela ideologia de gênero eurocêntrica e heterossexual, em especial pelo modelo da família tradicional que promovem os conceitos sobre homens e mulheres. A definição de um comportamento de gênero adequado para mulheres e homens negros afeta as interações diárias e as instituições sociais. No momento em que a ideologia de gênero hegemônica de masculinidade e feminilidade branca torna-se a referência a ser seguida, a opressão de gênero sobre as mulheres negras dita a sua sujeição às necessidades dos homens negros. Entretanto, de acordo com Collins (2019), induzir o apoio de mulheres negras às diversas forma de violência e sexismo reforça uma política sexual que controla a todos de distintas maneiras, política que delimita a existência das mulheres de acordo com as imagens de controle e que não está interessada em criticar o heterossexismo eurocêntrico, que se mostra não apenas problemático para as relações entre homens e mulheres negras, mas, também,

prejudicial, uma vez que limitam o desenvolvimento de programas efetivos de justiça social no interior da sociedade civil negra. Embora muitas mulheres afro-americanas sejam críticas à política sexual que corrobora com as opressões interseccionais, Collins (2019) ressalta que ainda são poucas as que confrontam diretamente os homens negros que aceitam as concepções predominantes de masculinidade, tanto negra quanto branca. Nesse sentido, a autora destaca que o heterossexismo racializado objetifica não apenas as mulheres negras, mas também os homens negros e corrobora com os antagonismos que muitas mulheres e homens afro-americanos experimentam e manifestam uns em relação aos outros, antagonismos que espelham as contradições presentes na concepção da masculinidade e feminilidade negras na cultura sexual predominante.

Os sistemas de opressão que atuam efetivamente na construção da sexualidade das mulheres negras sustentam as imagens de controle que produzem uma imagem pública distorcida com base na qual essas mulheres aprendem se enxergar. Em vista disso, Collins (2019) ressalta a necessidade de mulheres negras aprenderem a sustentar novos espelhos umas para outras suscitando novas possibilidades de empoderamento e estabelecimento de ambientes nos quais as mulheres negras se reconheçam e apreciem genuinamente. Entretanto, no que diz respeito à sexualidade, a efetivação desse espelhamento pode encontrar uma expressão erótica se considerarmos que a sexualidade representa uma dimensão do amor. Desta forma, para muitas mulheres negras, a expressão do amor por outra mulher negra significa amá-la eroticamente. Conforme destaca Collins (2019), a estigmatização das relações lésbicas tem o objetivo de reprimir a ameaça do reconhecimento de que o amor próprio e o amor por outras mulheres negras podem resultar em uma expressão erótica ou sexual desse amor.

Sob essa perspectiva, as relações lésbicas entre negras configuram uma ameaça tanto para a percepção das mulheres negras sobre si mesmas, assim como para os sistemas de opressões interseccionais. A autora afirma que as crenças sociais a respeito das lésbicas contribuem, ainda que em parte, para a homofobia de muitas mulheres negras. Segundo Collins (2019, p. 282), “Para as mulheres negras – que já são vistas como o Outro em virtude de raça e gênero –, a ameaça do rótulo de lésbicas tem efeito negativos sobre a maneira como as mulheres negras se veem e se relacionam umas com as outras”. Em relação aos sistemas de opressão interseccionais, os relacionamentos afetivos entre mulheres negras representam uma ameaça pois desafiam as definições de mulher estabelecidas pela sociedade. De acordo com Collins (2019), a forma como as lésbicas negras são tratadas evidencia como a expressão sexual dessas mulheres é regulada no interior desses sistemas. Em um contexto que constantemente

desvaloriza as mulheres negras, o amor entre elas representa um desafio aos códigos socialmente estabelecidos.

Consideradas a diversidade de respostas aos desafios enfrentados pelas mulheres negras, Collins (2019) ressalta que não existe uma percepção homogênea sobre elas. Embora trate da situação feminina no contexto norte-americano, as mulheres negras nos Estados Unidos enfrentam desafios semelhantes aos das mulheres de ascendência africana em situação diaspórica. Nesse sentido, a autora afirma que

O termo diáspora expressa as experiências de pessoas que, em razão da escravidão, do colonialismo, do imperialismo e da imigração, foram forçadas a deixar a sua terra natal. Para as mulheres negras estadunidenses e outros afrodescendentes, um referencial diaspórico sugere uma dispersão desde a África para as sociedades do Caribe, da América do Sul, da América do Norte e da Europa. As compreensões da condição de mulher afro-americana refletem, assim, um padrão distintivo de dispersão, associado à imigração forçada para os Estados Unidos e à subsequente escravização (COLLINS, 2019, p. 73).

Collins (2019) apregoa a inviabilidade da normatização do referencial diaspórico como ferramenta de validação da legitimidade de afrodescendentes em conformidade a uma norma africana presumida. Antes disso, as referências diaspóricas circunscrevem as análises das experiências das mulheres negras em contextos internacionais de desafios e opressões comuns. Embora o entendimento da evolução do movimento feminista negro seja indissociável do contexto norte-americano de sua produção, Collins (2019) ressalta que, enquanto projeto social, esse feminismo negro compartilha objetivos comuns com outros projetos semelhantes realizados por mulheres de ascendência africanas em sociedades diversas. Uma vez que os desafios sociais são semelhantes, assentar as experiências e as práticas das afro-americanas em contextos transnacionais de diáspora, ao mesmo tempo que revelam similaridades, explicitam a singularidade das vivências regionais. A multiplicidade de pontos de vista e os diálogos construídos entre diferentes grupos oprimidos historicamente identificáveis são ferramentas para a construção de novas perspectivas de políticas transversais.

As origens do pensamento feminista negro nos Estados Unidos remontam ao século XIX. Embora muitos dos textos produzidos naquele período tenham se perdido, muitas mulheres negras rejeitaram as imagens negativas a elas associadas, apontaram para a ausência de representatividade nos movimentos feministas brancos e, organizadas, elaboraram importantes mecanismos de ações políticas. Conforme destaca hooks (2019), o pensamento e a prática feminista foram profundamente alterados quando teóricas negras e brancas desafiaram a ideia da exclusividade do gênero como fato determinante do destino da mulher. Segundo a

autora, os paradigmas interseccionais contribuem para a compreensão das relações entre conhecimento de empoderamento ao elucidarem a organização das estruturas de dominação. Ainda que fronteiras geográficas separem mulheres afrodescendentes, suas experiências apresentam semelhanças significativas que ilustram com propriedade os legados da escravidão, do colonialismo e seus preconceitos classistas, sexistas, étnicos e raciais. Em contextos mundiais de pobreza, as mulheres negras seguem entre as mais pobres. Nesse sentido, de acordo com Collins (2019, p. 375), “as mulheres de ascendência africana têm muito em comum com a luta pelos direitos das mulheres em todo o mundo, mas levam adiante sua luta a partir das experiências da diáspora negra, caracterizada por uma heterogeneidade substancial”.

3.1 O TRABALHO FEMININO PELO VIÉS INTERSECCIONAL

A compreensão sobre o trabalho das mulheres apresentada em capítulo anterior demanda complementação quando pensamos sobre o trabalho das mulheres negras pela perspectiva da interseccionalidade. Embora algumas semelhanças possam ser encontradas, as categorias de raça e classe determinam diferenças importantes. Davis (2016) destaca que, em termos numéricos, mulheres negras sempre trabalharam mais que as brancas e os padrões estabelecidos nos períodos de escravidão e, podemos acrescentar, pelo colonialismo; estão reproduzidos no significativo espaço que o trabalho atualmente ocupa na vida das mulheres negras. Collins (2019), assinala que nas sociedades africanas no período que antecedeu a escravização e a colonização, as mulheres combinavam o cuidado das crianças com as atividades agrícolas de cultivo. Assim, ser economicamente ativa não representava um desvio nas atribuições da maternidade e sim uma contribuição para a economia familiar e política da sociedade pré-capitalistas na qual estavam inseridas. A escravização das mulheres negras não rompeu a lógica da utilização da mão-de-obra feminina no cultivo. Entretanto, elas não mais controlavam a natureza do seu trabalho, o tempo, as tecnologias, o tipo ou o montante das atividades. Além disso, a exploração do seu trabalho passou a enriquecer seus proprietários enquanto as suas atribuições nas sociedades africanas beneficiavam as suas famílias.

No período pós-escravidão, os empregos destinados aos homens negros eram quase sempre os considerados inferiores: atividades manuais, potencialmente prejudiciais, não intelectuais e com baixíssima remuneração. Assim, mulheres negras foram compelidas ao trabalho pela necessidade da subsistência familiar. Sobre essa questão, Davis (2016) afirma que as mulheres negras que não estavam submetidas à dureza do trabalho no campo, eram obrigadas a executar serviços domésticos, exercendo a função de babás, camareiras, cozinheiras e

lavadeiras. Preparadas para o serviço doméstico desde a infância, muitas viviam, involuntariamente, nas casas onde eram empregadas; trabalhavam ininterruptamente e raramente recebiam permissão para sair. A realidade de abuso sexual também era uma constância na vida das trabalhadoras domésticas e muitas delas se viam obrigadas a escolher entre a submissão sexual e a condição de pobreza pessoal e familiar absoluta. Segundo a autora, algumas mulheres brancas de origem europeia também atuavam como domésticas e aceitavam qualquer emprego que conseguissem encontrar. Entretanto, mulheres negras foram submetidas a leis de segregação racial que as subjugavam de maneira ainda mais impiedosa.

O caráter indissociável das perspectivas de raça e classe em relação ao trabalho doméstico está demonstrado por Davis (2016) quando a autora aponta que as mulheres brancas, mesmo as feministas, raramente se envolveram para melhorar as condições do serviço doméstico e pouco reconheceram as lutas das trabalhadoras domésticas. Segundo Davis (201, p. 104, grifo da autora), “Nos programas feministas ‘de classe média’ do passado e do presente, a conveniente omissão dos problemas dessas trabalhadoras em geral se mostrava uma justificativa velada – ao menos por parte das mulheres mais abastadas – para a exploração de suas próprias empregadas”. Nessa mesma perspectiva, Collins (2019) afirma que muitas mulheres negras se retiraram do serviço doméstico e do campo quando a condição familiar assim o permitia, não como equiparação à vida doméstica das mulheres brancas, mas como via de fortalecimento de uma posição política e econômica de suas famílias. Severamente criticadas por homens brancos por abandonarem o trabalho no campo, eram vistas como desejosas de um modelo de condição feminina que não lhes era conveniente. No entanto, de acordo com Collins (2019), suas ações podem ser entendidas como um esforço para escaparem da exploração trabalhista, com o intuito de direcionar o valor do seu trabalho para a própria família, assim como uma tentativa de se resguardarem do assédio sexual ao qual estavam expostas no serviço doméstico.

O contexto de urbanização do início do século XX nos Estados Unidos determinou as posições das mulheres norte-americanas no mercado de trabalho segmentadas de acordo com a raça e o gênero. Collins (2019) destaca que, beneficiadas pelo processo de urbanização, mulheres negras empregadas domésticas mudaram a sua condição de trabalhadora residente para o trabalho diário. Percebido como uma melhoria nas condições, a atividade manteve algumas características negativas das relações de poder entre empregador e empregada. Quando o fator deferência se sobrepunha à qualidade do trabalho, mulheres submissas ou que demonstravam obediência eram mais valorizadas. Segundo Collins (2019), muitos empregadores utilizavam estratégias para demarcar as relações de poder no trabalho doméstico que orientavam

a deferência que desejavam, como, por exemplo, a exigência de uniformes como um marcador físico que reforçava a relação de subserviência. Mulheres negras que conseguiam vagas nas indústrias exerciam as funções não mecanizadas, como lavadeiras, catadoras de lixo, faxineiras ou na limpeza de maquinário. Collins (2019), destaca que mesmo que as horas de trabalho fossem longas e com baixa remuneração, a transição para o trabalho diário, fosse doméstico ou no setor manufatureiro, permitiu que muitas mulheres negras dedicassem mais tempo à família.

A realidade de segregação racial e de moradia localizaram as famílias negras a comunidades restritas e caracterizou o trabalho e as relações familiares das mulheres negras, em especial das mulheres da classe trabalhadora. As redes de apoio que fundamentaram as relações familiares e sociais constituídas durante a escravidão foram reproduzidas em muitos casos. De acordo com Collins (2019), as trabalhadoras domésticas negras compartilhavam informações fundamentais para a sua sobrevivência no trajeto do ônibus para o trabalho e muitas contavam com a ajuda das vizinhas e da comunidade no cuidado com os filhos. Frequentemente, igrejas eram o centro de atividades comunitárias para essas mulheres.

Os contextos transnacionais globalizados modificaram as relações de trabalho de um modo geral. Segundo Collins (2019), o trabalho remunerado das mulheres negras sofreu o impacto de duas importantes mudanças. A passagem do serviço doméstico para o trabalho administrativo e na indústria constituiu a primeira transformação. A segunda diz respeito a assimilação da mão-de-obra feminina negra em atividades de baixa remuneração consoante à uma divisão internacional do trabalho e que não geram renda adequada para o sustento de uma família. A combinação de tais mudanças segmenta a classe trabalhadora feminina negra entre aquelas que alcançam boas posições nas indústrias e no setor público e aquelas que conseguem somente oportunidades em serviços esporádicos de baixa remuneração. Nesse sentido, a característica do trabalho exercido determina as experiências profissionais e familiares das mulheres negras. Não obstante as mudanças, Collins (2019) afirma que essas seguem excessivamente representadas em empregos mal remunerados. As mulheres negras pobres continuam exercendo atividades associadas ao serviço doméstico, como cozinhar, limpar, cuidar de crianças e de doentes, porém agora em ambientes de restaurantes de fast-food, escritórios, creches e em outros setores de serviço. Embora o local de trabalho tenha mudado, a natureza das atividades permanece a mesma e o tratamento a elas dispensado reproduz as relações de dominação remanescente do serviço doméstico.

No cenário da economia política após a Segunda Guerra Mundial muitas mulheres negras acessaram cargos gerenciais e administrativos que possibilitaram seu ingresso na classe média. Entretanto, conforme destaca Collins (2019), em decorrência da constante discriminação

racial, homens e mulheres negras não compartilham a mesma segurança econômica que seus homólogos brancos. Nesse sentido, Collins (2019) afirma que

Membros da classe média, em sua maioria originários da classe trabalhadora, podem demonstrar mais ambivalência em relação à função de controlar empregados, especialmente trabalhadores negros. Enquanto alguns aspiram a gerir negros da classe trabalhadora, outros visam libertá-los da opressão racial e da pobreza, e há ainda os que desejam se distanciar das preocupações da classe trabalhadora negra. Da mesma forma, enquanto muitos negros de classe média defendem ideologias de grupos dominantes, outros põem em cheque ideologias e práticas ligadas a raça, gênero e classe. (COLLINS, 2019, p.130).

Collins (2019) também destaca que a vulnerabilidade econômica, política e ideológica da classe média negra, associada às tradicionais distinções de gênero, estabelece padrões profissionais específicos no caso das mulheres afro-americanas e que podem ser percebidos em outros contextos transnacionais. A histórica associação das mulheres negras a imagem da *mammy* perpetua o modelo de exploração econômica no qual essas mulheres têm remuneração inferior pelo mesmo trabalho ou precisam trabalhar o dobro por uma remuneração equivalente, ainda que essa imagem seja atenuada à medida que mulheres negras avancem profissionalmente e conquistem cargos melhores. Em comparação aos trabalhadores brancos, homens e mulheres negros estão mais suscetíveis à exclusão de cargos administrativos e gerenciais. Ainda que poucos homens negros ocupem tais cargos, eles geralmente são bem remunerados e desfrutam de um *status* elevado. Mulheres negras, por sua vez, costumam ganhar menos e seu *status* é inferior embora estejam em maior número nesses cargos quando comparadas aos homens negros. Quando ascendem à classe média em decorrência do trabalho, mulheres negras precisam lidar com demandas profissionais, familiares, bem como as da sociedade civil negra.

De acordo com Collins (2019), embora muitas dessas demandas sejam similares a de outras mulheres trabalhadoras, algumas são enfrentadas especificamente por mulheres e negras e podem ser muitos inquietantes. Muitas revelam a frustração por ocuparem posições marginais em vários cenários e por perceberem que, não obstante as conquistas pessoais, mulheres negras ainda encontram suas mães, tias ou familiares nas atividades domésticas, a serviço de famílias brancas e negras. As relações pessoais também estão atravessadas pelas posições sociais das mulheres negras. De acordo com Collins (2019), profissionais negras comentam sobre a dificuldade de encontrar homens negros da classe média interessados em se casar com elas, o que se tornou uma questão importante para as profissionais negras heterossexuais interessadas no casamento. Além disso, as profissionais negras separadas ou divorciadas são menos propensas a se casar novamente quando comparadas às profissionais brancas, sendo os índices

mais altos de separações e divórcios um problema ainda mais relevante para essas as mulheres negras. Confrontadas com essa realidade, muitas mulheres seguem a vida sozinhas, seja por escolha ou por circunstância.

As opressões interseccionais de raça, classe e gênero e sexualidade afetam as mulheres negras em todas as esferas da sua existência, seja nas relações familiares, profissionais ou sociais. Entretanto, conforme destaca Collins (2019), mulheres, de maneira individual ou organizadas em subgrupos dentro da coletividade feminina negra, demonstram reação às justificativas ideológicas de opressão. Nesse sentido, a autora destaca o papel da literatura produzidas por escritoras negras na formação de autodefinições positivas frente às imagens depreciadas da condição de mulher negra. De acordo com Collins (2019, p. 174), “As escritoras negras estadunidenses não só retratam as várias reações que as mulheres afro-americanas expressam individualmente a sua objetificação como o Outro, mas também documentam o processo de crescimento pessoal na direção de autodefinições positivas”. Ainda conforme a autora, a ficção das mulheres negras das últimas décadas apresenta inúmeras heroínas negras e muitas delas expressam diferentes aspectos do tema da mulher negra emergente. Essa literatura reflete a diversidade das classes sociais e retrata como muitas mulheres negras da classe trabalhadora superaram desafios financeiros e ascenderam profissionalmente.

Embora a imagem de mulheres emergentes seja fato recente na ficção e no cinema, Collins (2019) afirma que tais representações permitiram que mulheres negras lessem sobre as conquistas de outras mulheres como também pudessem ver imagens de mulheres negras falando sobre temas para além das objetificações tradicionalmente impostas. A autora também destaca a importância da cultura musical, notadamente o *blues*, como campo de luta das mulheres negras, especialmente da classe trabalhadora, pela autodefinição. Alijadas da educação formal, muitas mulheres negras encontraram na música uma forma de expressão poética comum, rearticulada pelas tradições orais negras. Segundo Collins (2019), as condições para a construção de alternativas às imagens hegemônicas da condição de mulher negra foram criadas pelo conjunto das relações dessas mulheres umas com as outras, pela tradição do *blues* das mulheres negras, bem como pelo trabalho das escritoras negras. Ainda que Collins (2019), referencie o contexto norte-americano, podemos considerar que as afirmações se fazem verdadeiras na produção intelectual, artística e literária de mulheres negras em contextos transnacionais, como é o caso da obra analisada na presente pesquisa.

Como grande fator de libertação feminina, a educação formal também impactou positivamente a vida das mulheres negras. Collins (2019) afirma que, embora existisse uma tradição de escrita de mulheres negras, essa estava acessível apenas para as mulheres com

alguma instrução formal. O acesso à educação proporcionou novos espaços bem como a conquista de uma voz pública, expandindo os estudos acadêmicos e da literatura para relevantes ambientes institucionais de resistência. Tradicionalmente, o ativismo das mulheres negras no âmbito familiar serviu como base de fomento à autonomia e autoestima. Nesse sentido, Collins (2019) ressalta o empenho dessas mulheres pela educação e aponta para a importância dessa dimensão do ativismo político feminino negro. Quando negros escravizados eram impedidos de acessar a escrita e a leitura, as mulheres negras entenderam que a ignorância as relegava à impotência.

Posteriormente, quando muitas mulheres negras ainda não haviam acessado a educação formal e a formação acadêmica, mulheres participantes de congregações, na sua maioria da classe trabalhadora, encorajavam umas às outras a iniciar ou retomar os estudos. A autora destaca a atividade das mulheres negras nas igrejas e ressalta o apoio dessas igrejas em ações sociais, econômicas, educacionais e políticas que se mostraram fundamentais para o desenvolvimento das comunidades negras. Ainda que não ignore o domínio masculino nos papéis de autoridade formal no interior das congregações, Collins (2019) assevera que as igrejas forneceram espaços essenciais de liderança de mulheres negras, em especial aquelas como menor escolaridade e menor estabilidade financeira quando comparadas às bem formadas professoras que participavam de distintas organizações. Entretanto, independentemente das diferenças de classes entre as mulheres negras, a busca pela educação com vistas ao desenvolvimento de toda a comunidade permeou o ativismo dessas mulheres ao longo da história. Quando inseridas no contexto de educação superior, em instituições majoritariamente brancas, muitas mulheres negras rejeitavam a educação pacificadora e ilusória que não as ensinava a confrontar as opressões. De acordo com Collins (2019), essas mulheres defendiam uma educação focada em levar adiante a tradição de trabalho pelo progresso da comunidade negra. A aquisição da educação formal estava atrelada à origem social das mulheres: enquanto mulheres da classe média, cuja responsabilidade social era incutida pela família, eram orientadas a seguir a tradição de mulheres negras instruídas que dedicam seus esforços em favor da raça, as mulheres da classe trabalhadora se formavam visando adquirir o conhecimento e as credenciais que consideravam fundamentais para tratar problemas específicos de suas comunidades.

Em contextos de segregação, Collins (2019) afirma que o ativismo feminino negro está para além da participação das mulheres em atividades políticas públicas, oficiais ou de organizações sociais tais como os sindicatos ou partidos políticos, que costumeiramente atuam em enfrentamentos diretos e, portanto, evidentes. A autora destaca que as abordagens

amplamente reconhecidas sobre o ativismo político negro costumam desconsiderar que a luta dessas mulheres pela sobrevivência se mostra tão fundamental quanto os confrontos com o poder institucional. Essa concepção de ativismo atravessa diversas esferas, entre elas, a criação dos filhos. De acordo com Collins (2019), a maternidade negra como instituição está inserida em uma realidade tensionada, de um lado, pelas opressões interseccionais de raça, gênero, classe e sexualidade que atuam para moldá-la e, de outro, pelos esforços das mulheres negras para definir e valorizar suas experiências pessoais com a maternidade. Em ambientes onde a política sexual tem a função de controlar a sexualidade e a fecundidade das mulheres negras, essas lutam arduamente para ser boas mães. Nessas condições, a maternidade se torna um lugar de promoção da autoafirmação, um espaço de expressão, de autodefinição onde as mulheres negras descobrem a importância do respeito e da valorização pessoal e a necessidade de autonomia e independência. As tensões, portanto, provocam distintas respostas em relação à maternidade. Segundo Collins (2019), enquanto algumas mulheres entendem-na como um fardo, como algo sufocante e limitador da criatividade e da liberdade individual, transformando-as em cúmplices da própria opressão; outras reconhecem na maternidade a possibilidade de crescimento pessoal e de ativismo social.

A maternidade negra está igualmente atravessada pela questão de classe. A ascensão social de mulheres negras significa assumir valores e o estilo de vida das famílias brancas de classe média socialmente. Nesse sentido, Collins (2019) destaca que, ao ascenderam socialmente, as famílias negras da classe trabalhadora se deparam com um sistema de valores muito distinto do seu. Não apenas se torna muito difícil manter o sistema de rede, que entende a criação dos filhos como uma responsabilidade social e coletiva, como “[...] os padrões de estratificação de classe na moradia e no emprego levam as mulheres negras de classe média a enxergar as mulheres negras da classe trabalhadora apenas como funcionárias ou clientes – de forma que esse tipo de noção se torna anátema para o *ethos* da meritocracia” (Collins, 2019, 304). Assim, o modelo de família tradicional atribui às mães total responsabilidade pela criação dos filhos, que são avaliadas conforme a sua capacidade de adequação ao modelo capitalista de mercado. Mulheres formalmente casadas, inseridas em lares unifamiliares, capazes de sustentar escolas privadas e outros benefícios são consideradas melhores mães que aquelas que, por diversas circunstâncias, são incapazes de atingir esse ideal. Para mulheres trabalhadoras das classes mais baixas, entretanto, a natureza constitutiva do trabalho está diretamente relacionada à sobrevivência das crianças negras. Essa relação estabelece a base para a maternidade negra nessas circunstâncias. De acordo com Collins (2019), quando se trata da criação das filhas, mulheres negras trabalhadoras se esforçam para equilibrar a necessidade de ensinar meninas a

viver de uma certa maneira, a sobreviver à política de opressão interseccional e, ao mesmo tempo, educá-las para que sejam capazes de transcender as relações de poder. Collins (2019, p. 306) afirma que, mesmo com inúmeros desafios, as mães negras incentivam continuamente as filhas a desenvolver as habilidades essenciais para o enfrentamento das condições de opressão: “Aprender que terão de trabalhar e que a educação é uma estratégia de ascensão também pode ajudar a elevar a autoestima e a autoconsciência das jovens negras. A força emocional é essencial, desde que não seja à custa da sobrevivência física”. Nesse sentido, oferecer outras possibilidades aos filhos e às filhas é assunto recorrente entre as mulheres negras.

Ao discorrer sobre a realidade das mulheres negras norte-americanas, Collins (2019) destaca a importância da adoção de uma escala global de análise como forma de evidenciar os desafios específicos que uma matriz global de dominação pode apresentar para as mulheres negras, ainda que as opressões interseccionais de gênero, classe, raça sejam um fenômeno global. Entretanto, dado o escopo desta pesquisa, interessa-nos sobretudo as semelhanças. A autora afirma apesar das mulheres estarem situadas em distintas hierarquias sociais, as opressões que definem a categoria de mulheres negras engendram um conjunto de desafios comuns para todas as afrodescendentes. Uma das questões abordada por Collins (2019) diz respeito à condição social: embora nem todas as mulheres negras sejam pobres, o coletivo dessas mulheres permanece pobre de maneira desproporcional em relação a outros grupos. Nesse sentido, a autora sugere que a pobreza negra feminina em contextos transacionais continua intimamente ligada à maternidade, ao trabalho e às responsabilidades familiares dessas mulheres, muitas vezes sem suporte masculino adequado. Uma das consequências da árdua tarefa de equilibrar trabalho, família e maternidade pode ser observada com o surgimento de famílias negras constituídas apenas por mães e filhos, fenômeno perceptível em diferentes cenários. A situação de tais famílias no âmbito da economia política mundial ressalta a influência do capitalismo avançado no entendimento das famílias de mães solteiras em contextos globais. Fundamentalmente, existem conexões significativas que definem a etapa de desenvolvimento capitalista em que se encontra determinado grupo, bem como os modelos de arranjos familiares que surgem no interior desse grupo. Segundo a autora,

A ampla reestruturação econômica global ocorrida desde a Segunda Guerra Mundial sugere que as famílias são afetadas pelos padrões cambiantes de desenvolvimento industrial, pela segmentação do mercado de trabalho por raça e gênero e pelos resultados a eles associados, como migração, urbanização e guetização (Collins, 2019, p. 390).

Desta forma, Collins (2019) assevera que os altos índices de famílias negras formadas por mães solteiras e seus filhos e filhas, tal como o crescimento acelerado desse modelo familiar ao longo do tempo, justifica-se antes pelos padrões industriais e de mercado de trabalho do que por particularidades da cultura negra. Famílias estruturadas de maneira semelhante em países africanos, latino-americanos, caribenhos e europeus enfrentam desafios políticos e econômicos semelhantes quando consideradas no contexto do desenvolvimento capitalista global.

Os desafios para o enfrentamento das opressões interseccionais são compartilhados pelas mulheres negras nos contextos transnacionais. Entretanto, conforme ressalta Collins (2019), em determinados aspectos, tais fenômenos são organizados de maneira específica nos Estados-nação. Em relação ao contexto britânico, a autora Heidi Safia Mirza, na obra *Jovem, feminina e negra*¹¹ (2017), dedica-se a investigar os fatores que influenciam as escolhas profissionais de jovens mulheres negras que concluíram o ensino médio, em um esforço para compreender a dinâmica da desigualdade que estruturam as suas vidas de maneira evidente. Não obstante os ideais meritocráticos de acesso universal à educação e a promessa de mobilidade social por meio de credenciais acadêmicas, a desigualdade permanece endêmica entre as mulheres negras britânicas descendentes de africanas e caribenhas. De acordo com a autora, essa realidade perpetua as teorias vigentes no final da década de 1970 e início da década de 1980 que afirmam que as experiências das jovens mulheres negras refletem uma subcultura de resistência, legado da reprodução de elementos culturais e sociais entre as gerações ao longo do tempo. Tais teorias são utilizadas não apenas para justificar a manutenção da desigualdade no mercado de trabalho, mas, também, para a continuidade das desigualdades raciais e sexuais.

Conforme destaca Mirza (2017), uma noção idealizada dessa subcultura de resistência embasa tanto as discussões cotidianas, bem como as pesquisas acadêmicas. No cerne dessa representação está a convicção de que as mulheres negras são motivadas, principalmente, pela identificação com suas mães negras fortes. Como consequência, entende-se a estrutura familiar matriarcal, na qual a maternidade assume um significado especial, como um recurso e que o exemplo materno confere às mulheres negras habilidades especiais de resistência, capacitando-as para o enfrentamento do racismo e sexismo em diversas esferas, tais como a escola e o ambiente de trabalho. Não obstante a fundamental importância das distintas tradições culturais das mulheres negras, a autora aponta que uma análise baseada nessa perspectiva confunde a questão da desigualdade econômica estrutural externa com uma análise de traços culturais internos, além de desconsiderar o papel que os homens desempenham na vida da maioria das

¹¹ No original: *Young, female and black*.

mulheres negras. Segundo Mirza (2017, s. p., tradução nossa), “O efeito dessas omissões tem sido, em última análise, desviar nossa atenção da importância da discriminação racial e sexual, favorecendo a concentração em determinantes culturais para o sucesso ou fracasso econômico, sendo especialmente responsável por reificar a maternidade negra¹²”.

Ao abordar as opressões de raça e gênero às quais estão submetidas as meninas e mulheres negras na Grã-Bretanha, Mirza (2019) destaca que, ainda que as meninas negras apresentem um bom desempenho escolar, seu sucesso escolar tem sido negligenciado ao longo do tempo. A autora assevera que o desinteresse na perspectiva de gênero na educação tem sua origem nos distúrbios raciais do final da década de 1950, que estabeleceram um marco significativo no que diz respeito às suas implicações políticas, amplamente reconhecidas, mas também fomentaram a existência de um novo racismo britânico, caracterizado pela hostilidade em relação aos imigrantes recém-chegados de antigas colônias inglesas. A natureza desse novo racismo determinou os termos de referência que nortearam o debate sobre as questões raciais e educacionais, com ênfase nos conceitos de raça e cultura. As questões de gênero não foram percebidas como significativas ou relevantes para um debate cuja premissa subjacente referia-se às diferenças raciais. Segundo Mirza (2017), neste contexto, as políticas governamentais alusivas às relações raciais objetivavam a assimilação, uma vez que consideravam a linguagem, as estruturas familiares e os estilos de vida não europeus como inferiores. Tais premissas determinaram o conteúdo dos programas educacionais durante esse período. Assim, anterior a quaisquer bases acadêmicas, os conceitos de raça e cultura estavam firmemente estabelecidos como termos de referência, sendo os responsáveis por moldar o debate educacional. A autora salienta que no final da década de 1960, a implementação de uma educação multicultural, posteriormente denominada multirracial, reforçou as explicações sobre raça e cultura para justificar o desempenho de alunos negros e imigrantes. Em um ambiente de total hostilidade em relação aos imigrantes negros, testes educacionais foram aplicados para comprovar cientificamente a suposta inferioridade educacional de crianças negras. A ênfase nas desigualdades sociais e culturais e não mais na suposição da inferioridade racial é evento recente.

Ao final da década de 1970, diversos teóricos influenciaram o debate sobre uma educação multicultural anteriormente proposta, notadamente aqueles que tratavam da autoimagem. De acordo com Mirza (2017), com a contribuição desses pesquisadores, mudanças

¹² No original: The effect of both these oversights has been, ultimately, to turn our attention away from looking at the importance of racial and sexual discrimination, in favour of focusing on cultural determinants to economic success or failure, and in particular has been responsible for reifying black motherhood.

curriculares foram implementadas com o intuito de aumentar a autoestima dos estudantes negros, identificada como a origem do problema educacional vigente. Segundo Mirza (2017, s. p., grifo da autora, tradução nossa), “[...] uma concessão 'educacional especial' para aumentar a autoestima de meninas negras era incluir, além do currículo de economia doméstica, aulas de 'cozinha com sabor caribenho' e 'tranças no cabelo'¹³”. A autora salienta, entretanto, a invisibilidade das jovens mulheres negras nesse período, tanto nas teorias quanto nas políticas governamentais. A identidade negra descrita pelos teóricos estava nitidamente associada à identidade negra masculina, perspectiva que inviabiliza quaisquer generalizações sobre a experiência negra. Conforme assevera Mirza (2017), a imagem de jovens mulheres negras está sujeita a um estereótipo bastante diferente em comparação com os homens negros. A representação de mulheres pouco femininas e excessivamente sexualizada reflete no tratamento a elas dispensado, bem como nas oportunidades disponíveis.

As relações de gênero foram desconsideradas nas diferentes teorias apresentadas nos de 1960 e 1970, na Grã-Bretanha, período no qual as políticas sociais e educacionais fundamentaram suas diretrizes nas distinções raciais e culturais. Mirza (2017) alude a alguns estudos realizados ao longo de década de 1980 que analisam como as diferenças raciais e de gênero podem influenciar aspirações e realizações acadêmicas dos estudantes. Quando inseridas no contexto escolar, meninas negras atuaram estrategicamente na tentativa de exercer algum controle sobre suas vidas presentes e futuras, atestando seu valor por meio do sucesso acadêmico, quando o reconhecimento dos pais e colegas não se mostravam suficientes. Mas, fundamentalmente, a autora afirma que, quando se trata de mulheres negras, torna-se crucial compreender as experiências vividas das jovens em relação ao racismo presente na sala de aula, como também, analisar como a ideologia racista delimita as oportunidades e restringe as perspectivas econômicas. Nesse sentido, não basta apontar como a ideologia do racismo e do sexismo é produzida na consciência de indivíduos ou grupos; mas, sobretudo, demonstrar a ideologia do racismo estruturado sexualmente, enquanto uma doutrina dominante e politicamente construída, perpetua a desvantagem por meio do seu impacto em pressupostos e valores econômicos. A autora ressalta a importância da investigação dos mecanismos de discriminação racial para além de uma simples análise da ideologia predominante, evidenciando como esses mecanismos operam por meio de diferentes agentes, entre eles, as escolas, os serviços de orientação profissional e outras instituições.

¹³ No original: [...] a ‘special educational’ concession to enhance the self-esteem of black girls was to have, in addition to their home economics curriculum, ‘Caribbean flavour cooking’ and ‘hair braiding’.

Quando se trata do ingresso no mercado de trabalho, as opressões interseccionais de raça e gênero atuam de maneira similar. Mirza (2017) argumenta que os processos que estruturam as desigualdades de gênero se tornam ainda mais complexos pela ação do racismo. Conforme a autora, as aspirações profissionais das mulheres negras no contexto britânico são claramente o resultado de uma estratégia desenvolvida para racionalizar as restrições a elas impostas e pelo funcionamento de um mercado de trabalho racial e sexualmente segregado. Ao mencionar pesquisas sobre o tema, Mirza (2017) destaca que muitas jovens negras aspiravam a carreiras com certo grau de especialização ou em atividades relacionadas com o cuidado: ensino, enfermagem, assistência social ou em escritórios, confirmando a tendência de escolha de ocupações em setores profissionais tradicionalmente classificados como femininos. Um número muito reduzido de jovens intencionava seguir a mesma atividade de suas mães, que, em muitos casos, atuavam em atividades manuais, ainda que com algum grau de qualificação. Nesse sentido, a autora afirma que as jovens mulheres negras, ainda que altamente focadas em conquistar sucesso profissional por meio da mobilidade educacional, baseavam suas escolhas em critérios racionais e pragmáticos, cientes da sua inserção em um mercado de trabalho restritivo no que diz respeito a gênero e raça. Essas mulheres não optavam por ocupações reconhecidamente femininas como reflexo da percepção subjetiva de sua própria feminilidade negra, mas antes como uma escolha realista de carreiras acessíveis e historicamente disponíveis; maximizando, portanto, sua mobilidade ocupacional dentre as diversas limitações existentes.

Assim como diversas mulheres negras em diferentes contextos, as experiências das mulheres negras na Grã-Bretanha estão intimamente relacionadas ao processo migratório. Mirza (2017) destaca que, em consequência de múltiplos fatores culturais, econômicos, sociais e históricos, as famílias negras pertencentes tanto à classe média quanto à classe trabalhadora vivenciam experiências singulares, seja no ambiente, familiar, de trabalho ou na escola quando comparadas às famílias brancas das mesmas classes sociais, sendo a dimensão racial indissociável das experiências de homens e mulheres negras da classe trabalhadora. De acordo com a autora, ainda que seja possível encontrar inúmeras mulheres negras atuando em profissões consideradas da classe média, a situação familiar está categorizada de acordo com a profissão dos homens, tradicionalmente considerado o chefe da família. Essa análise desconsidera o status das mulheres negras que são casadas, ignora a situação das mulheres solteiras que são mães e as únicas responsáveis pelo sustento da família; além de não reconhecer a relativa autonomia entre homens e mulheres nas famílias negras que indica que ambos os parceiros contribuem equitativamente para a renda familiar. Em oposição ao senso comum Mirza (2017) argumenta que algumas mulheres negras trabalhadoras podem ser consideradas

chefes de família ainda que casadas e com um esposo presente. As características da força de trabalho feminina negra revelam sua significativa contribuição social e econômica no contexto britânico. Desta forma, quaisquer análises que desconsiderem a contribuição feminina e pressuponham que o homem deva ser o chefe da família, mesmo quando comprovada uma colaboração equitativa, deturpariam absolutamente a conjuntura social.

4. UM OLHAR SOBRE *GAROTA, MULHER, OUTRAS*

O termo *acessos* foi muitas vezes aqui mencionado. Tais acessos permitiram que uma mulher ingressasse no ensino superior e dissertasse sobre a obra de outra mulher cuja trajetória representa muitas das questões aqui mencionadas, assim como as vivências das mulheres apresentadas na narrativa ora trabalhada. Vivências ficcionais que se mesclam com as experiências da própria autora e nos são apresentadas através de sua narrativa autobiográfica. A autora de *Garota, Mulher, Outras*, em sua biografia denominada *Manifesto: sobre nunca desistir* (2021), relata o caminho percorrido por uma mulher nascida em uma família de mãe inglesa e pai nigeriano para acessar distintos espaços pessoais e profissionais no Reino Unido no final do século XX. De acordo com Evaristo (2021), as limitações sociais já estavam definidas mesmo antes do seu nascimento. Como alguém do gênero feminino, da classe operária e não branca, nascida no final da década de 1950, o futuro não se mostrava promissor. A lógica da sociedade a impelia automaticamente para uma condição de subalternidade, “uma subpessoa: submissa, inferior, insignificante, irrelevante [...]” (EVARISTO, 2021, p. 10).

Ao mencionar a tradição na qual sua mãe foi criada, a autora afirma que herdou a condição secundária histórica das mulheres na sociedade: obediência aos costumes sociais que as submetiam à autoridade masculina, iniciada pela paterna até a submissão imposta pelo casamento. Em um momento da história onde a representação feminina nos espaços políticos era quase inexistente, Evaristo (2021) salienta que as demandas femininas relacionadas à maternidade, ao casamento, trabalho e às liberdades sexuais e reprodutivas não eram foco de interesse ou discussão e a realidade de sua mãe condizia com a da maioria das mulheres que deixaram de lado suas atividades profissionais para atender às necessidades familiares e à criação dos filhos. Em uma família com oito crianças, Evaristo (2021, p. 11) afirma que a obediência aos costumes permeou as vivências maternas “[...] até que a segunda onda do feminismo nos anos de 1970 começou a desafiar e a mudar os comportamentos sociais, quando então ela passou a se afirmar, inspirando-se nas quatro filhas adolescentes que estavam crescendo em tempos mais liberais. De acordo com a autora, sua mãe tornou-se independente de seu pai após trinta e três anos de casamento.

A herança do pai diz respeito à cor da sua pele, que a definiu como uma estrangeira em seu país de nascimento, em uma época que a discriminação com base na cor da pele estava socialmente autorizada. Nessas memórias, a autora reflete sobre o racismo institucionalizado que permeou vínculos familiares e sociais, bem como a sua influência na percepção subjetiva. Evaristo (2021) destaca que a condição birracial originou inúmeros desafios, observações e

experiências particulares. Considerada uma pessoa não branca, tampouco correspondia ao conceito de negro autêntico e nem sempre se sentia aceita ao movimentar-se em círculos negros. Assim, a transição de uma infância cuja cor da pele a deixava desconfortável para uma identidade política negra não aconteceu facilmente. De acordo com Evaristo (2021, p. 37, grifo da autora), “A acusação de ser branca demais era o pior insulto inimaginável no meu novo mundo, indicava uma incapacidade de estar à altura da autenticidade negra estabelecida. Nesse caso, eu de fato a ‘merecia’, tanto de uma perspectiva racial quanto cultural”. A autora ressalta que houve momentos em que a sua birracialidade a envergonhava, e outros nos quais se viu impelida a defendê-la.

Na biografia de Evaristo (2021), acompanhamos a trajetória de alguém que está em constante busca pela realização pessoal e profissional, rompendo, ainda que não facilmente, estereótipos socialmente instituídos e fortemente arraigados. Para tanto, escolheu moradias, trabalhos, amores que não cerceassem o seu desejo de se tornar escritora. Ainda adolescente, deixou a casa dos pais, precisamente a autoridade paterna, para o que considerava a liberdade: “Não estava presa a um emprego das nove às cinco, então estava livre para ser pobre, embora minha vida criativa fosse rica” (EVARISTO, 2021, p. 76). A liberdade norteou as escolhas profissionais e as relações afetivas, o que a fez não escolher a maternidade e postergar a ideia de casamento. A autora associa a criatividade às suas relações amorosas, aos encontros e desencontros com homens e mulheres que nela despertaram emoções até então desconhecidas. Tais emoções tornaram-se estímulo para a sua escrita e a transformaram na pessoa e na premiada escritora de *Garota, Mulher, Outras*: “[...] aquela para quem a busca da liberdade era fundamental: liberdade de mudar de casa, liberdade de não ter um trabalho convencional, liberdade de seguir os caprichos da minha sexualidade [...]” (EVARISTO, 2021, p. 77). No que diz respeito à sexualidade, a autora ressalta que passou a maior parte dos seus vinte anos em relacionamentos lésbicos, em uma realidade onde mulheres não brancas e lésbicas eram amplamente desrespeitadas, marginalizadas e, até mesmo, agredidas. Evaristo (2021) relata os amores que a fizeram crescer com apoio, cuidado e incentivo, mas também aqueles que a cercearam e diminuíram, tornando-se, ao longo do tempo, abusivos. Tais relatos são acompanhados de uma análise sobre essas vivências e de como elas são constitutivas da sua subjetividade. Ao retomar os relacionamentos heterossexuais, Evaristo (2021) destaca que os anos nos quais se relacionou com mulheres foram períodos de autoconhecimento e descoberta, determinantes para que sua criatividade aflorasse.

A autora ressalta que encontrou sua alma gêmea quando seus relacionamentos com homens essencialmente inadequados findaram e que esse encontro transformou seu sistema de

crenças que entendia o casamento como aprisionamento. Evaristo (2021, p. 118)) afirma que as instabilidades nos relacionamentos foram amenizadas pelas amizades com outras mulheres: “[...] minhas amigas mulheres – confiáveis, inabaláveis, comunicativas, solidárias – me sustentavam e me impediam de afundar emocionalmente, e vice-versa”. Amigas que a incentivaram na carreira, que a escutaram nos momentos de conflitos pessoais, necessidades não satisfeitas, mal-entendidos. Amigas que construíram em conjunto uma identidade feminista e de mulher negra em um curso superior quando as suas presenças nesse ambiente eram consideradas pioneirismo. Em relação às suas vivências na universidade Evaristo (2021, p. 122, grifo da autora) destaca que “Era inevitável que nós, cinco mulheres negras, trabalhássemos juntas na exploração da raça e do gênero que personificávamos. Criamos uma peça chamada ‘Enfrentamento’, uma exploração dos relacionamentos de mulheres negras com homens negros”. A autora destaca que, embora se considerasse feminista na juventude, uma compreensão mais profunda dos conceitos feministas desenvolveu-se ao longo dos anos, entretanto, esses conceitos foram fundamentais para o enfrentamento dos desafios quando se tratava de expressões, opiniões sobre as desigualdades de raça, gênero, classe e sexualidade, fosse no teatro ou na literatura.

Evaristo (2021) ressalta que as suas experiências no teatro desde a juventude ampliaram seus horizontes, assim como desenvolveram a sua autoestima, autoconhecimento e autoconfiança, instituindo uma capacidade de pensar e entender o mundo de maneira única, “[...] ao contrário da Igreja Católica em que cresci, onde fomos coagidos a ter fé cega e obediência a uma presença invisível ou seríamos condenados à eternidade no fogo do inferno [...]” (Evaristo, 2021, p. 135). Ainda que a participação no teatro constitua parte fundamental da carreira da autora, a escrita literária esteve sempre presente. A autora também descreve a importância das experiências cotidianas e das leituras literárias na construção da sua identidade como escritora, descartando a inspiração e influência de autoras norte-americanas como Audre Lorde, Toni Morrison e Alice Walker, bem como escritoras caribenhas e africanas como Michelle Cliff e Buchi Emecheta. Evaristo (2021, p. 186) afirma que ao longo da adolescência não encontrava prazer nas leituras de escritoras consagradas tais como Jane Austen, Emily Dickinson: “quando eu era uma jovem mulher, sentia que estava escrevendo contra eles”. A autora faz menção aos escritos de Virginia Woolf ressaltando que apenas na maturidade conseguiu retomar as leituras de suas obras, enquanto na adolescência sua reação contrária a Woolf era bastante intensa.

O início da carreira como escritora aconteceu com publicação de uma coletânea de poemas, derivada do seu interesse por histórias africanas e de viagens por países da África.

Evaristo (2021) afirma que, embora tenha escrito diversas peças de teatro, entendeu-se escritora a partir da publicação dessa coletânea. A ela seguiu-se a produção de um livro ficcional de poemas que teve como pano de fundo a história de sua família e da sua própria juventude. A autora produziu diversas obras até a escrita do romance *Garota, Mulher, Outras*. Segundo Evaristo (2021), o romance surgiu com a encomenda de um conto por uma renomada rede de rádio e televisão britânica. Entretanto, em substituição ao conto, a autora produziu uma narrativa em verso sobre quatro distintas mulheres negras londrinas, entre as quais, uma mulher trans. A decisão de transformar a narrativa em romance surgiu pelo desejo de apresentar mulheres negras britânicas, até então invisíveis na ficção. Nas palavras de Evaristo (2021, p. 169),

O romance mapeia a vida de doze personagens: onze mulheres e uma personagem não binária¹⁴, e encerra uma multiplicidade de idades, épocas, culturas, classes, sexualidades, gêneros, raças, ocupações, ambições, visões políticas, imigrações, configurações familiares, relacionamentos, regiões britânicas e países de origem – abrangendo mais de 120 anos.

A autora destaca que as histórias das personagens estão interligadas e que essa fusão se vale das propriedades do texto poético, característico de sua escrita. Evaristo (2021, p. 169) denominou esse formato literário de “ficção de fusão”¹⁵. Cada personagem conta com um capítulo próprio e estão inter-relacionadas de acordo com diferentes níveis de distanciamentos: relacionamentos familiares, de amizade e profissionais. A pontuação escapa ao convencional com o intuito de transformar a experiência do leitor, propiciando uma maior imersão na obra. Evaristo (2021, p. 171) reconhece que o romance é fruto da sua maturidade pessoal e literária. Conforme assevera a autora, “Só agora que vivi um bocado, escutei um bocado, tive um bocado de experiências e testemunhei um bocado de coisas – sobretudo nos meus relacionamentos e interações com mulheres negras – esse livro se tornou realizável”. Contrariando a lógica da cultura contemporânea, a autora optou por descrever não apenas mulheres jovens, mas mulheres mais velhas cujas vidas são plenas e produtivas. As personagens da obra têm entre dezenove e noventa e três anos de idade e, de acordo com Evaristo (2021), descrevê-las contribuiu para uma nova percepção pessoal sobre o envelhecimento. A obra de Evaristo (2020) altera a lógica da representatividade das mulheres negras na literatura ao longo do tempo. Gomez (2023) faz

¹⁴ No original: *The novel maps the lives of twelve characters: eleven women and one character who is non-binary [...]*. Entendemos o uso da linguagem neutra como uma escolha de tradução uma vez que as expressões em língua inglesa não identificam gênero.

¹⁵ No original: fusion fiction.

referência à inflexibilidade do mercado editorial: uma superestrutura branca, masculina e heterossexual que, ocasionalmente, apresenta experiências de pessoas negras ou de homens gays, quando as percebem como material rentável. Segundo a autora, a consolidação do movimento feminista negro e da representatividade lésbica impactou significativamente as escritoras negras, mesmo em contextos de repressão política, libertando-as da presunção heterossexual e permitindo uma escrita que aborda inúmeras questões que lhes são importantes, tais como o amor entre mulheres; além de contribuir para a formação de um mercado leitor para o qual as representações positivas de lésbicas negras são relevantes. Evaristo (2020), uma mulher negra, apresenta outras mulheres negras para além das condições de inferioridade ou de repressão sob as quais muitas autoras brancas as representaram. Ainda que as agressões homofóbicas persistam, Evaristo (2020), uma mulher negra que vivenciou abertamente relacionamentos homossexuais, desobrigou-se da demanda de escrever em uma perspectiva heterossexual pelo receio de ser rotulada como lésbica.

Embora reconheça todas as mudanças sociais que permitiram o reconhecimento da sua literatura e a sua participação em profissões antes inacessíveis, tais como, docente na academia, editora e escritora premiada, Evaristo (2021) aponta que não há imunidade ao racismo fortemente estruturado nas sociedades contemporâneas. De acordo com a autora, ainda que as diferenças sejam constructos sociais e não verdades biológicas; assim como o entendimento de raça difundido de forma a justificar a segregação e a opressão não se sustenta diante de evidências biológicas e científicas; para pessoas não brancas, o conceito de raça está diretamente relacionado às experiências sofridas diariamente. Evaristo (2021) relata que

Os choques pessoais com o racismo me mantêm alerta, junto com meu conhecimento e observação das múltiplas manifestações do racismo sistêmico, que deve ser investigado e identificado na luta para erradicá-lo, sobretudo em um país no qual a negação está sempre à espreita. (EVARISTO, 2021, p. 215).

Embora a autora faça referência ao seu país de origem, o racismo sistêmico é realidade em diversos outros contextos, entre eles os contextos brasileiro e norte-americano, países de origem das bibliografias estudadas para esta pesquisa. Sob essa perspectiva, Evaristo nos apresenta a primeira personagem da obra *Garota, Mulher, Outras*. Amma, uma atriz e diretora de teatro, na faixa dos cinquenta anos. Os relatos da personagem Amma tratam das relações sociais comuns a todos nós: relações familiares, de amizade, de trabalho. Com as histórias de Amma, conhecemos um pouco mais sobre ser mulher e crescer na sociedade britânica dos anos setenta e oitenta com o reflexo das então recentes revoluções sociais. Para aqueles e aquelas que estão familiarizados com a biografia de Evaristo, observa-se uma intersecção das narrativas

de autora e personagem. Reconhecemos nas relações familiares de ambas os antagonismos geracionais, o amparo e conforto encontrado nas amizades ainda que os conflitos existam. Compreendemos contextos sociopolíticos que afetaram os convívios, os pertencimentos, os avanços e também os retrocessos. Para além dos espaços sociais, observamos como os espaços físicos foram sendo transformados ao longo do tempo, como espaços específicos foram destinados a grupos determinados, assim como o processo de gentrificação, comum a todas as grandes cidades, em diferentes países. Identificamos as teorias feministas mencionadas e vivenciadas por mulheres que decidiram subverter a lógica imposta às suas avós, mães e a todas aquelas que as antecederam.

Ao nos apresentar seu pai, um jornalista imigrante de Gana, engajado na luta pela independência de seu país, que escapou da prisão por rebelião e buscou refúgio na Inglaterra, Amma demonstra admiração por sua coragem e engajamento em pautas sociais importantes. Ao mesmo tempo em que reconhece as agruras enfrentadas por um imigrante negro em uma sociedade racista, destacando a opressão de gênero experienciadas por ela e sua mãe: “minha mãe trabalhava oito horas por dia num escritório, criou quatro filhos, cuidou da casa, garantiu que o jantar do patriarca estivesse na mesa todas as noites e suas camisas passadas todas as manhãs [...]” (EVARISTO, 2020, p. 19). Assim como a própria autora em suas memórias, a personagem Amma comprova em seus relatos o que as teorias nos apresentam sobre as imposições sociais associadas ao gênero, quiçá mais facilmente reconhecidas pelas mulheres que as leram. Enquanto as expectativas mantidas por seu pai em relação ao futuro dos seus irmãos mais velhos giravam em torno de conquistar carreiras respeitáveis, a única preocupação com a filha era o casamento e filhos.

Evaristo (2020) também trata das questões de gênero quando informa que Amma não revela ao pai a sua homossexualidade. Embora, não sem dificuldade, tenha informado sua mãe, a compreensão do pai seria impossível. De acordo com Evaristo (2020, p.21, grifo da autora), esse pai “[...] não tem tempo para ‘as bichas’ e ri de todas as piadas homofóbicas que os comediantes fazem na TV no sábado à noite quando não estão insultando as sogras ou pessoas negras”. As percepções a respeito da postura do pai geram discussão entre Amma e sua mãe. De acordo com sua mãe, essa postura reflete a complexidade da realidade de um homem nascido em Gana nos anos 20 frente ao contexto de uma mulher nascida na Londres dos anos 60. Entretanto, segundo Amma, com essa justificativa a mãe se torna defensora de um sistema que oprime todas as mulheres, estando ela nele incluída. Embora a mãe nunca reclame de sua situação, Amma está convencida de que seu silêncio e anuência indicam claramente que ela vivencia uma realidade de opressão. Neste sentido, Shockley (2023) aponta para o

fortalecimento do movimento negro na década de 1960 e, associado a ele, a promoção da identidade masculina negra que contribuiu para reforçar a imagem negativa da homossexualidade na comunidade negra. Além disso, algumas mulheres, ainda que inconscientemente, encorajaram uma nova subserviência às custas da condição feminina, apregoando o conceito de “caminhar a dez passos atrás do homem” (SHOCKLEY, 2023, p. 101, grifo da autora), contribuindo com o objetivo de reforçar a masculinidade negra.

Para além das similaridades relacionadas às questões de gênero, são as diferenças que demandam uma observação mais atenta. As sujeições permeadas pela raça que trespassam grande parte das relações de Amma e, conquanto possam ser compreendidas por pessoas brancas, somente são vivenciadas pelas mulheres negras. Ao nos relatar uma de suas grandes conquistas na carreira teatral, Amma relembra as décadas em que passou à margem dos acessos de prestígio “[...] uma renegada arremessando granadas no establishment que a excluía [...]” (EVARISTO, 2020, p. 10). Realidade compartilhada com outras mulheres negras, fossem em relatos da infância, da adolescência ou enquanto adultas. A personagem Amma descreve o primeiro encontro com uma de suas grandes amigas, ainda na década de 1980, em um teste para um longa-metragem ambientado, não por acaso, em uma prisão feminina, ambas sem conseguir oportunidades de trabalho mesmo quando colocadas para representar os papéis destinados às mulheres negras da Inglaterra do período: empregadas, babás, escravas, prostitutas ou criminosas. Conforme apontado por Collins (2019), o aprisionamento das mulheres negras em tais representações contribui efetivamente para a perpetuação da opressão exercida sobre elas. Entre as imagens de controle, a figura da prostituta ou da *hoochie*¹⁶ contemporânea constitui uma expressão desviante da sexualidade das mulheres negras. Em contextos onde a heterossexualidade legitima-se com base no pensamento binário que determina quais expressões sexuais são adequadas ao homem e à mulher, sendo o primeiro ativo e a última, por consequência, passiva, mais especificamente, homens e mulheres brancas; aqueles e aquelas que pertencem a grupos racializados situam-se fora do que se entende como normal. De acordo com Collins (2019), a figura da prostituta ou *hoochie* se converte em símbolo racializado da representação da sexualidade feminina desviante quando a normalidade está regida pela heterossexualidade branca específica de gênero. A autora ressalta que diversas esferas importantes atuam para manutenção dessas representações, entre elas, a mídia, a universidade e mesmo agências governamentais.

¹⁶ Conforme nota da tradutora apresentada na obra de Collins (2019), o termo refere-se a “expressão coloquial pejorativa que designa uma mulher jovem, promíscua e que se veste de forma sexualmente provocante” (Collins, 2019, p. 155).

Com o relato de Amma, Evaristo (2020) nos apresenta mulheres que se negaram a ocupar lugares previamente estabelecidos fundamentalmente pela cor da sua pele. Para tanto, Amma e sua amiga Dominique educaram a si mesmas sobre cultura, política, feminismo e em relação à história negra, ainda que de maneiras distintas. Enquanto Dominique relata a sua peregrinação por livrarias, Amma menciona a sua primeira participação em grupo de mulheres negras. De acordo com Evaristo, a personagem Amma

ouviu enquanto elas debatiam o que significava ser uma mulher negra
o que significava ser feminista quando as organizações das feministas brancas não as faziam se sentir bem-vindas
qual era a sensação quando as pessoas as chamavam de neguinhas¹⁷ ou criminosos racistas as ofendiam
como era quando os homens brancos abriam a porta ou cediam o assento no transporte público para as mulheres brancas (o que era machista), mas não para elas (o que era racista) Amma se identificou com a experiência delas [...] foi como voltar do exílio¹⁸ (EVARISTO, 2020, p. 21).

Ao concluírem que não estavam dispostas a abrir mão de suas convicções para encontrar um trabalho, Amma e Dominique decidiram criar sua própria companhia teatral para que tivessem oportunidade de atuar sem a necessidade de silenciar ante as desigualdades. As peças exibidas por elas tratavam especialmente das questões femininas, que não encontravam oportunidades de realização nos locais tradicionais. No desenrolar dessa parceria, somos apresentados a uma diversidade social, cultural, étnica, de gênero e suas intrincadas relações que, descritas em um micro contexto, representam a diversidade das relações sociais. Duas mulheres negras e lésbicas em busca dos seus espaços e da sua liberdade de escolha, fosse ela financeira, afetiva, sexual, da maternidade, cujas histórias são entrecruzadas por tantas outras. Essa liberdade que também está representada nos espaços físicos ocupados por Amma ao longo da narrativa que por décadas viveu em uma ocupação de prédio em um bairro de Londres considerado decadente na época. Evaristo (2020) nomeia a ocupação de Freedomia¹⁹ e essa serviu de morada para os mais diversos grupos sociais: *hippies*, *hare krishnas*, *punks*, ambientalistas, marxistas, anarquistas, rastafáris, gays, feministas radicais, feministas radicais lésbicas, feministas radicais lésbicas negras. Com a história da edificação, reconhecemos o processo de gentrificação decorrente da valorização imobiliária que descaracterizou diversos

¹⁷ Termos escolhido para tradução da expressão *nigger* do original em língua inglesa *Girl, Woman, Other*, publicado em 2019 pela editora Black Cat, Nova Iorque, presente na edição utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa.

¹⁸ O excerto exemplifica a pontuação pouco ortodoxa escolhida pela autora na escrita do romance, com a ausência de pontos, vírgulas e parágrafos tradicionais, conforme já mencionado nesta pesquisa.

¹⁹ No original: Republic of Freedomia.

bairros e cidades pelo mundo e empurrou muitos moradores para áreas mais afastadas. Nesse sentido, Evaristo (2020, p. 41) destaca que os moradores tradicionais, estando a personagem Amma incluída no grupo, “odiavam os intrusos que estavam colonizando a vizinhança, que frequentavam os restaurantes e bares metidos a besta que agora substituíam um trecho do mercado coberto [...]”. De acordo com a autora, os novos bares e restaurantes ocuparam os lugares de barracas que vendiam produtos típicos: tecidos africanos, artesanato, comidas caribenhas, africanas ou chinesas, com o agravante de contratarem seguranças que garantiam o afastamento de pessoas da região.

Na narrativa de encontros e desencontros, acompanhamos a evolução e o envelhecimento da personagem, que nos é tão próxima na sua humanidade ao mesmo tempo em que pode se tornar amplamente distinta nas suas especificidades. Ao longo do tempo, ainda que não de maneira linear, conhecemos e reconhecemos as experiências familiares, pessoais profissionais, entre tantas outras. Somos apresentados à Amma que, diferentemente da autora, optou pela maternidade. A presença de Yazz coloca a personagem em constantes e nada incomuns confrontos geracionais, mas também modificou o sentido da sua existência. Conforme destaca Evaristo (2020, p. 46), para Amma “Yazz era o milagre que ela nunca pensou que queria, e ter uma filha de fato a tornou completa, uma coisa que ela raramente confessava porque de certa forma parecia antifeminista Yazz ia ser seu experimento na contracultura”. Assim, Evaristo (2020) descreve uma mãe que em nenhum momento cerceou as liberdades individuais da filha. Amma a queria livre, poderosa, feminista.

Participamos das reflexões de uma Amma de meia-idade que estreará uma de suas peças em um teatro de prestígio, “uma peça que demorou tanto para chegar ao palco porque as companhias para as quais Amma tinha mandado o roteiro a recusavam dizendo que não era certa para elas” (EVARISTO, 2020, p.35). Não por acaso, a peça escrita e dirigida pela personagem descreve a história de mulheres guerreiras de reino da África Ocidental entre os séculos XVIII e XIX. Treinadas desde a infância, tornavam-se mulheres fortes que se tornaram guardas de palácios, que atiravam muito bem com mosquetes e que lutaram contra invasores e colonizadores. Essas mulheres gozavam de privilégios inimagináveis para as outras da época. Formalmente casadas com o rei, tornaram-se um exército numeroso. Conforme descreve Evaristo (2020, p. 33), tais mulheres estavam proibidas de se relacionar sexualmente com outros homens e “quando ouviu falar do assunto pela primeira vez Amma concluiu que as Amazonas se relacionavam entre si porque não era isso que acontecia quando os sexos eram segregados? e a ideia da peça tinha nascido”. A estreia contará com a presença de pessoas que fizeram parte

do passado e as que ainda estão presentes na vida da personagem. Ainda que seu êxito gere críticas de antigas amigas, Amma reconhece a sua evolução pessoal e profissional.

A personagem apresentada por Evaristo (2020) subverte a lógica da inadequação da representação de lésbicas negras na literatura, situando-a num lugar de protagonismo que reproduz uma maior visibilidade dessas mulheres em diferentes contextos sociais. Ainda que submetida às históricas opressões de gênero, raça e classe, as realizações da personagem refletem inúmeras conquistas do movimento feminista, notadamente o empenho das feministas negras. Em suas memórias, Evaristo (2020) ressalta que vivenciou mudanças sociais consideráveis e que verdades entendidas como absolutas ao longo da sua vida passaram a ser contestadas e depostas. A história de sua personagem, assim como a sua história pessoal são fruto das mudanças sociais, mas também da superação de obstáculos com lutas, visão e ativismo. A história de Amma vai ao encontro do proposto por Gomez (2023) em relação à escrita de lésbicas negras. A autora afirma que essas escritoras devem estar intrinsecamente envolvidas com a sua cultura, absorvendo e sintetizando os significados existenciais enquanto parte integrante da sociedade, ainda que, por muito tempo, essa sociedade as tenha relegado à invisibilidade e abordado suas especificidades de maneira incompleta e distorcida; eliminando, desta forma, a lacuna na adequada representação de lésbicas negras. Nesse sentido, Gomez (2023) destaca que a escritora lésbica negra deve recriar a sua morada, preservando sua autenticidade, sem modificações ou sanitização, conectando-a às gerações que a antecederam e nutriram. Essa escolha resultará em um registro literário situado em uma perspectiva histórica, permitindo que as mulheres negras sejam reconhecidas e apreciadas pelo poderoso legado que representam.

A personagem Amma relata os relacionamentos com outras mulheres negras e os papéis que essas desempenharam na sua trajetória. Para além dos relacionamentos amorosos ou sexuais, inúmeras mulheres contribuíram para o seu crescimento pessoal, profissional e nos cuidados com a sua filha. Assim como para a personagem, nas suas memórias, Evaristo (2020) assevera que a presença dessas mulheres representou amparo e alento: mulheres confiáveis e solidárias que ofereceram suporte emocional, conselhos e orientação. Assuntos que não encontravam eco em conversas com os parceiros, eram discutidos entre elas. Nesse sentido (2019), Collins ressalta que mulheres negras aprenderam a reconhecer a expressão do afeto compartilhado como ferramenta fundamental de resistência à opressão. Segundo Collins (2019, p. 287), independentemente de sua natureza sexual, as relações afetivas autodeclaradas e publicamente manifestadas entre mulheres negras representam uma forma de resistência: “Se as integrantes do grupo inferiorizado forem capazes de se amar mutuamente e afirmar o valor

umas das outras, então todo o sistema que relega esse grupo a uma posição inferior se torna suspeito”. A importância das relações está expressa ao longo de todo o capítulo Amma, que se encerra com ponderações sobre ausências. A partida da filha para a universidade silencia a casa e a personagem manifesta a saudade dos ruídos familiares. Com a morte dos pais, percebe a importância do afeto para além das convicções. As reflexões da personagem ao enfrentar a morte e também a vida suscitam nossas próprias reflexões, ainda que cada leitor o faça de lugares diferentes.

Por intermédio das reflexões, somos apresentados à personagem Bummi, imigrante de origem nigeriana que mora em Londres com sua filha Carole. Ainda que as reflexões da personagem comecem com o presente, iniciaremos essa análise acompanhando a volta de Bummi ao seu passado na Nigéria. Através dessas memórias, sabemos da morte de seu pai durante a explosão em uma refinaria ilegal de diesel. Ainda que os perigos da atividade fossem óbvios, era umas das únicas formas de sobrevivência em uma região devastada pela exploração. A morte do pai significou a perda do lote de terra que pertencia aos seus pais, tomado por membros da família paterna. A partir de então, Bummi e sua mãe enfrentaram inúmeros desafios pela sobrevivência. Os esforços maternos impediram que Bummi fosse oferecida em casamento pelo avô em troca de um dote, assim que entrasse na puberdade. A personagem relembra a atitude de sua mãe: “naquela noite, a mãe disse à Bummi que não ia permitir que o pai impusesse o estilo de vida tradicional dele à filha, assim como ele tinha escolhido o marido dela quando tinha catorze anos” (Evaristo, 2020, p. 17). Diversas teorias dão conta da imposição do casamento sofrida pelas mulheres em distintas organizações sociais. Perrot (2019) destaca o casamento como condição normal da maioria das mulheres ao longo do século XX, chegando a ordem de noventa por cento em países como França e Grã-Bretanha no início do século. Em países do continente africano e outros que tinham o Islã como religião, esse percentual seria ainda mais elevado. Casamentos, na sua maioria, determinados pelas famílias e atendendo a seus interesses, raramente sendo uma escolha da mulher. A resiliência materna manteve Bummi alimentada e frequentando a escola, apesar de inúmeras restrições econômicas e de acesso. Conforme afirma a personagem, nos dias da semana, uma canoa a buscava para levá-la à escola e esse transporte demandava o pagamento diário que, se não honrado, significaria perda do dia letivo. Bummi nos relata que nunca perdeu uma aula pois sua mãe deixaria de comer para prover a ida à escola: “ela disse que Bummi estava navegando rumo a uma educação, a um marido educado e a um emprego educado sentada diante de uma mesa que ia pagar um bom dinheiro de modo que se o futuro marido dela morresse ela ia poder se sustentar e aos filhos” (Evaristo, 2020, p. 180). Nesse sentido, Collins (2019) assevera que muitas mulheres negras percebem

seu trabalho não apenas como uma forma de sobrevivência material de seus filhos e filhas, mas como uma ferramenta que os façam rejeitar os lugares socialmente impostos e os incentivem na busca por novas alternativas. Mulheres negras trabalhadoras se esforçam para oferecer aos filhos a capacidade e a formação que elas próprias não acessaram, na expectativa que seus descendentes encontrem as oportunidades que não foram abertas para elas.

A realidade da personagem é transformada com a morte da sua mãe em um acidente de trabalho, quando Bummi estava com quinze anos de idade. Sozinha e vulnerável, a personagem passa a viver com uma parente distante, atuando na única atividade disponível para uma menina de quinze anos: tarefas domésticas e cuidado das crianças. O sentimento de alívio por não precisar sobreviver por conta própria em uma cidade grande, sendo alvo de constantes assédios masculinos, logo deu lugar a revolta pela realidade de exploração. Mesmo com as condições absolutamente adversas, Bummi continuou com os estudos até ingressar no ensino superior. E foi no contexto universitário que Bummi encontrou o parceiro de vida e, por meio de um olhar amoroso, uma nova maneira de enxergar a si mesma. Bummi casou-se com o professor universitário Augustine, mas a realidade na Nigéria não apresentava muitas oportunidades para o jovem casal. Segundo a personagem, Augustine se ressentia por não conseguir um emprego em cargos públicos ou no mundo dos negócios, os que seriam adequados ao seu doutorado em economia, pois sua família não possuía bons contatos para tanto. A solução encontrada foi a imigração: “se ele fosse embora para a Inglaterra, tinha a certeza que iria encontrar um emprego que o levaria a viajar pelo mundo como um homem de negócios ou consultor” (Evaristo, 2020, p. 185). Bummi e Augustine emigraram para a Grã-Bretanha, mas as condições que se apresentaram não condiziam com o planejado. Augustine passou a conduzir um táxi e Bummi, a fazer faxinas. Retomamos aqui a teoria de Collins (2019) no que diz respeito a existência de um Outro inessencial, inferiorizado pela diferença e a negação da subjetividade dos povos africanos que validou a política de dominação característica do colonialismo e da escravidão. A fala da personagem Bummi expressa o quanto as opressões sofridas pelas mulheres negras estão para além da questão de gênero exclusivamente:

Bummi reclamava que as pessoas a enxergavam pelo que ela fazia (faxina) e não pelo que ela era (uma mulher educada)
elas não sabiam que ela tinha um canudo que a declarava oficialmente graduada [...] assim como ela não sabia que quando se formou com distinção [...], que seu diploma de um país de Terceiro Mundo ia significar nada no novo país principalmente com o nome e a nacionalidade dela associados a ele (Evaristo, 2020, p.186)

Ressaltamos, portanto, que a interseção das opressões enfrentadas pelas mulheres negras, que envolvem raça, gênero e classe, cuja raízes podemos encontrar nos séculos de escravidão e colonialismo, provocaram profundas transformações nas estruturas sociais, moldaram as dinâmicas entre colonizadores e colonizados e impactaram as vivências das mulheres em diversas nações. As diversas teorias apresentadas evidenciam que, sob a perspectiva econômica, a exploração do trabalho das mulheres negras como condição basilar do capitalismo, condicionou-as às atividades domésticas, às faxinas e à prestação de serviços. Nesse sentido, as perspectivas de progresso pessoal e profissional da personagem foram frustradas por opressões para além do gênero: “ela [Bummi] se sentava num silêncio sonolento com outros que tinham esperado uma vida melhor neste país [...] com vontade de dormir, com medo de perder a parada no prédio de escritórios onde ela raspava matéria fecal endurecida em vasos sanitários [...] (Evaristo, 2020, 186-187, grifo nosso). Ainda que atuasse em atividades totalmente manuais e extenuantes, Bummi as executava com excelência, fosse lavando e encerando pisos, limpando teclados e monitores, esvaziando lixos, “[...] de modo geral se certificava de que tudo estava imaculado e livre de poeira, se esforçando para ser a melhor, mesmo que o emprego não fosse” (Evaristo, 2020, 187). Nesse sentido, Collins (2019) relaciona as atividades associadas às mulheres negras, remuneradas ou não, a uma forma de trabalho alienado que, em muitos casos, pode ser economicamente explorador, fisicamente exigente e intelectualmente asfixiante. Essa forma de trabalho tem sido historicamente associada à condição da mulher negra como executante de trabalhos de carga, perpetuando desafios significativos. Entretanto, a autora destaca que o trabalho, ainda que fisicamente desafiador e aparentemente degradante, pode se tornar uma ferramenta de empoderamento e criatividade.

As opressões e a necessidade de sobrevivência em uma cidade cara como Londres encurtaram a vida de Augustine. A personagem expressa o choque ao constatar que passou a ser a única responsável pela filha pequena do casal: “o quanto ela estava por sua própria conta, e o quanto Augustine e ela tinham se enredado num desespero que suspendeu a habilidade deles de sair daquela situação, devastados pelo peso de uma rejeição que não fazia parte dos planos de imigração” (Evaristo, 2020, p. 188). Em meio à angústia, a personagem busca alternativas para a criação da filha na condição de mãe solteira assalariada. Bummi encontra a resposta na sua educação formal. Nos conhecimentos adquiridos com o diploma de matemática, no reconhecimento da sua capacidade ao se formar com distinção: “quanto mais perguntava, mais entendia que devia fazer o que Augustine era fraco demais para fazer, ela ia se tornar alguém que empregava os outros, em vez de alguém que esperava ser empregada” (Evaristo, 2020, p.189). Collins (2019) destaca as múltiplas estratégias de resistência empregadas por mulheres

negras na promoção das transformações e empoderamento pessoal e aponta o autoconhecimento como ferramenta essencial para o empoderamento, mesmo diante de circunstâncias que limitem significativamente a sua capacidade de agir.

A autora menciona inúmeras literaturas de mulheres negras que contêm exemplos de empoderamento pessoal, salientando que, para muitas autoras, ainda que mulheres negras possam ser incentivadas por outras, a responsabilidade final pela autodefinição e autovalorização é pessoal e mesmo em contextos de opressão, existe a possibilidade de recuperar a própria identidade. Cabe registrar que, ao associar o desejo da personagem por autonomia no trabalho com a limpeza, Evaristo (2020) aponta os danos causados pela exploração, tanto nas existências individuais quanto na condição do planeta. Ao sonhar com um exército de faxineiras, Bummi as imagina expulsando companhias de petróleo, limpando as águas poluídas pelo óleo, escavando o solo até a remoção das camadas tóxicas. Uma limpeza que permitiria o retorno de antigas atividades de subsistência, como o plantio e a pesca, em áreas que se encontram completamente degradadas.

Reconhecendo que a mudança efetiva ocorre por meio da ação, a personagem busca os meios econômicos para iniciar sua própria empresa. Inserida em um contexto onde todos os conhecidos viviam de forma precária, a única exceção era o pastor de sua igreja. Por meio da personagem Bummi, reconhecemos algumas críticas de Evaristo (2020) à instituição. Ao longo da história, muitas mulheres encontraram na igreja um ambiente de ativismo quando outros espaços formais lhes eram inacessíveis. Conforme mencionado anteriormente, embora não desconsidere a predominância masculina nos cargos formais de autoridade dentro das congregações, Collins (2019) afirma que as igrejas proporcionaram ambientes cruciais para a liderança de mulheres negras, especialmente aquelas com níveis educacionais e estabilidade financeira inferiores em comparação com as mulheres que acessaram a educação formal em níveis superiores e atuavam em distintas organizações. Entretanto, a crítica de Evaristo (2020) se assenta na opressão de gênero perpetrada pelo pastor e na mercantilização da fé. Bummi e Augustine foram assíduos frequentadores da igreja, por muitos anos contribuindo com dez por cento da renda mensal mesmo quando o valor era necessário para o sustento familiar. Enquanto o esposo acreditava que a contribuição financeira para a igreja garantiria prosperidade futura e um lugar no paraíso, Bummi a reconhecia como um negócio lucrativo de um homem astuto. Em relação ao esposo, a personagem afirma que “ele não ia se deixar convencer do contrário, mesmo quando o pastor comprou um jatinho particular e uma ilha particular nas Filipinas com o dinheiro dos paroquianos” (Evaristo, 2020, p.191).

Situadas na base da pirâmide ocupacional e vinculadas a posições de subalternidade, mulheres negras enfrentam de maneira ainda mais acentuada as opressões de raça, classe e de gênero. Conforme destaca hooks (2019), para homens negros existe a possibilidade de agir como opressores em relação ao gênero ainda que estejam sujeitos a situações de opressão de acordo com a raça. Mulheres negras, por sua vez, não foram socialmente instituídas para desempenhar papéis de exploradoras/opressoras, uma vez que não existe outro grupo institucionalizado que possa ser explorado ou oprimido por elas. A opressão de classe e gênero está representada pelo insistente assédio sofrido por Bummi, logo após a morte de seu esposo, por parte do pastor de sua igreja, que passou a olhar seu corpo de maneira constrangedora e a tocá-lo inadequadamente e sem autorização. A personagem afirma que “quando ela tentava desviar dele, ele se apertava contra ela [...] e ele se comportava como se fosse direito dele importunar as paroquianas, e nesse caso era direito dela pedir para ele emprestar o dinheiro para dar início ao seu negócio” (Evaristo, 2020, 191). O empréstimo do valor necessário não representou apenas uma transação comercial ainda que prazo e juro, tenham sido estabelecidos. Significou, também, a necessária submissão do corpo ao poder econômico masculino. Bummi ressalta que “teria levado o dobro do tempo para ela juntar um quarto daquilo com seu salário [...] nunca ia contar a ninguém como ela tinha descido tão baixo para erguer a si mesmo e à filha” (Evaristo, 2020, p. 193). A transação pode ser percebida como uma violação ainda que o consentimento tenha existido. Consentimento condicionado e subjugado pelas reconhecidas opressões interseccionais.

Assim, a personagem começou uma empresa de serviços de limpeza, fazendo propaganda em supermercados das classes mais abastadas, contratou faxineiras e angariou clientes. Frequentou aulas noturnas para conhecer ferramentas como computador e internet. Elaborou requisitos no recrutamento de pessoal para demonstrar a seriedade do seu negócio. Em pouco tempo, contava com vários funcionários em seus registros. Entre elas, uma mulher que também frequentava a sua igreja. Irmã Omofe “era a funcionária mais agradável e diligente de todas” (Evaristo, 2020, 196). O trabalho era a via de sustento de dois filhos após ter sido abandonada pelo marido, que havia casado com outra mulher. Bummi e Irmã Omofe tornaram-se muito próximas, trabalhando juntas na limpeza de grandes prédios na madrugada, conversando sobre a relação com os filhos ou comendo a comida que Bummi havia cozinhado. A relação de amizade deu lugar a outros sentimentos quando Bummi passou a sentir a ausência da amiga quando estavam separadas: “se viu desejando tocar a nova amiga de maneiras que não eram aceitáveis imaginou as duas deitadas juntas como homem e mulher e, em vez de parecer errado, pareceu certo” (Evaristo, 2020, 198). O relacionamento das duas mulheres perdurou por

vários anos, porém mantido às escondidas. Mesmo admitindo que a relação com Omofe lhe era benéfica, Bummi manteve-a afastado do seu mundo, representado pelo apartamento que dividiu com o marido e a filha. Quando o relacionamento invadiu esse lugar, a personagem não conseguiu confrontar os padrões de moralidade instituídos “a vergonha que ela tinha tentado sufocar começava a alcançá-la ela não queria ser esse tipo de pessoa não era assim que ela era” (Evaristo, 2020, p. 199). A homossexualidade mantida como segredo pelas duas mulheres representa os pressupostos de Collins (2019) no que diz respeito ao heterossexismo como sistema de opressão e as suas relações com gênero, raça e classe. Em sua dimensão ideológica, o heterossexismo, embasado nos princípios de oposição binária, estabelece a heterossexualidade como padrão de normalidade, configurando, portanto, a homossexualidade como uma sexualidade desviante, anormal. A autora enfatiza que, ainda que apresentadas como práticas naturais, as definições da sexualidade são diligentemente construídas e transmitidas por distintas intuições: escolas, religiões e meios de comunicação. Conseguimos compreender a resistência de Bummi conforme o apresentado por Butler (2019). Segundo a autora, a repressão da expressão da sexualidade por parte de mulheres negras está intimamente relacionada às restrições e constrangimento sociais específicos. Nesse sentido, o conjunto de formações históricas que concentram o gênero racializado, a identificação racial relacionada ao gênero, a sexualização de ideais raciais e a racialização das normas de gênero desempenha um papel significativo tanto na regulação social da sexualidade quanto nas suas articulações psíquicas. Lorde (2019) destaca que muitas mulheres negras heterossexuais são propensas a ignorar ou rejeitar a existência e mesmo o trabalho das lésbicas negras. De acordo com Lorde (2019, p. 246), essa atitude tem sua origem, em parte, pelo compreensível receio de um ataque por parte dos homens negros consideradas as restrições da sociedade negra, onde quaisquer manifestações de autoafirmação feminina são passíveis de receber o rótulo de lésbica e, portanto, indigna de apoio e atenção por parte dos poucos homens negros. Entretanto, a necessidade de rotular lésbicas negras de maneira equivocada, ou mesmo ignorá-las “[...] vem de um medo muito real de que as mulheres negras que se identificam abertamente como não mais dependentes dos homens para se autodefinirem possa reordenar todo o nosso conceito de relações sociais”. Conforme destaca a autora, acusações oriundas das próprias mulheres negras, que percebem as lésbicas como uma ameaça à nacionalidade negra, mantém muitas lésbicas negras escondidas, aprisionadas entre o racismo de mulheres brancas e a homofobia de suas pares. Na narrativa, Bummi se afastou gradativamente de Omofe até que o relacionamento terminasse por completo, sem que Bummi conseguisse explicar os motivos. Eventualmente, encontrou um novo relacionamento com um homem com que se casou. A personagem

menciona o quão afetuoso é esse marido, embora ainda sinta a ausência de Omofe: “o ideal seria ter os dois na vida dela, Omofe e Kofi – uma utopia, porque só os homens podiam ser polígamos” (Evaristo, 2020, p. 207). Apesar das angústias, a personagem reconhece o progresso e a abundância presente na sua vida, desejando que sua mãe pudesse acompanhar as suas conquistas.

Evaristo (2020) nos apresenta mulheres cujas histórias estão entrelaçadas e é por intermédio de Bummi que conhecemos a personagem Penelope, uma das primeiras clientes da sua empresa de serviços de limpeza. Bummi a descreve como mulher alta, professora aposentada, com uma aparência bem agradável. Ao tentar uma aproximação amigável com Penelope, Bummi foi grosseiramente rechaçada: “[...] a mulher disse, você está aqui para trabalhar, não para se permitir ficar de papo furado, e depois a instruiu a nunca abrir nenhuma gaveta, armário ou guarda-roupa ou mexer em bolsos ou bolsas” (Evaristo, 2020, 194). Apesar da sua própria advertência, Penelope passou a falar sobre seus ex-maridos e como eles a trataram. Bummi descreve Penelope como uma mulher solitária, sofisticada na superfície, mas extremamente rude. Oriunda de uma família tradicional, Penelope descreve os pais como pessoas sem graça, entediadas, ainda que a mãe fosse mais interessante: filha de pais ingleses que migraram para o continente africano beneficiados pelo baixo valor das terras e que retornou para Inglaterra após confrontos de seu pai com os trabalhadores que ele havia explorado. A mãe de Penelope ressalta constantemente as vantagens de crescer na Inglaterra civilizada e branca, como ela gostava de destacar. Antes do casamento, a mãe de Penelope transgrediu umas normas socialmente estabelecidas para as mulheres da época: dançou, amarrou a saia acima dos joelhos, fumou em público quando mulheres fumantes eram consideradas vulgares. A fala da mãe de Penelope resume a realidade de muitas mulheres brancas na segunda metade do século XX: “eu queria fazer magistério para me tornar professora primária, uma das poucas profissões abertas a mulheres na minha época, mas havia a barreira do casamento, Penelope, o que significava que eu teria que parar de ensinar assim que me tornasse esposa” (Evaristo, 2020, p. 306). A mãe da personagem destaca que o futuro esposo se tornou fonte de conforto em um momento difícil de sua família ainda que nunca a levasse para nadar, dançar ou beber, “atividades que ele considerava pouco atraentes para garotas” (Evaristo, 2020, p.306).

Considerado o ápice do êxito feminino, o casamento condicionou os espaços femininos em distintos contextos. Bourdieu (2020) identifica o casamento como o elemento central em uma economia de trocas simbólicas que situa a mulher na posição de objeto em relação ao homem, entendido como o sujeito. Nesse sentido, Bourdieu afirma que a estrutura social opera como uma vasta máquina alegórica que tende a validar a dominação masculina subjacente. Isso

se reflete na divisão sexual do trabalho, uma segmentação rigorosa das atividades designadas a cada um dos sexos, com seus respectivos espaços, tempos e instrumentos. Reconhecemos no diálogo entre Penelope e sua mãe a naturalização dos discursos da divisão sexual que determinou a inferioridade feminina e encerrou as mulheres em espaços sociais previamente determinados: “a mãe de Penelope parou de falar, voltou a tricotar, costurar, limpar, passar a ferro ou qualquer outra das atividades que preenchem seus dias deixando a conversa no ar” (Evaristo, 2020, p. 307). A personagem expressou compaixão pela mãe e pela sua necessidade de escolher entre uma carreira ou uma família. A situação da mãe refletia no seu próprio desejo de frequentar a faculdade, construir uma carreira e deixar a casa dos pais.

A vida da personagem muda radicalmente ao ser informada que seus pais não eram seus pais biológicos, que ela havia sido abandonada dezesseis anos antes na escadaria de uma igreja. A informação explicou as diferenças físicas entre ela e os pais, até então desconsideradas. A adolescente que desconhecia suas origens determinou seu futuro com o que lhe parecia mais familiar e seguro: “Penelope decidiu que iria para a faculdade, ia se casar com o homem que a idolatrava, se tornar professora e ter filhos tudo isso ia preencher o fosso gigantesco e dolorido que agora levava dentro dela a sensação de ser não desejada não amada não completa uma não alguém” (Evaristo, 2020, 311). Aos dezoito anos, ainda com sua identidade fragmentada, Penelope encontrou com aquele que seria seu primeiro marido. A personagem se casou logo depois de sua formatura no magistério. Os cuidados com a casa e duas gestações em sequência postergaram seus planos de construir uma carreira. Embora expressasse o amor pelos filhos, a personagem começou a se sentir consumida por todas as atividades domésticas e o cuidado com os filhos, tarefas exclusivamente suas:

ela ficou mal por se sentir assim e ansiosa para começar a dar aulas a fim de contrabalançar o seu agora relutante papel de mãe natureza, sobretudo porque começava a se sentir bem afastada do esquema mais amplo das coisas, com os jornais falando de várias revoluções culturais que irrompiam em escala global, inclusive a da libertação das mulheres” (Evaristo, 2020, p. 314).

Diversas teorias evidenciam que as sociedades foram embasadas no trabalho doméstico e que tais tarefas não foram compartilhadas entre homens e mulheres. Nesse sentido, Federici (2023) destaca que o advento do capitalismo introduziu as posições sociais das mulheres ao invisibilizar a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital, envoltas em uma suposta predisposição natural e rotuladas como atividade própria das mulheres. Conforme afirma a autora, as mudanças históricas, cujo auge se deu no século XIX, redefiniram os papéis das mulheres na

sociedade e com relação aos homens ao instituírem a figura da dona de casa em tempo integral. Federici (2023, p. 153) ressalta que “A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo mas também aumentou sua dependência, [...]”. Por diversas vezes a personagem expressou o desejo de voltar a trabalhar como professor, mas as negativas do esposo eram constantes, ainda que a família pudesse arcar com as despesas de uma babá para os filhos: “ele respondeu que não era muito prático ter dois patrões: um chefe no trabalho e um marido” (Evaristo, 2020, 314). O acesso aos espaços públicos se resumiam a encontros com outras jovens mulheres no café da manhã para conversas sobre cuidados com a casa, dos maridos e filhos. Influenciada pela leitura da obra *A mística feminina*, de Betty Friedan, a personagem passou a confrontar o esposo para que ele aceitasse sua volta ao trabalho, a determinação, entretanto, era de que ela permanecesse em casa uma vez que, desde os tempos imemoriais, essa era a ordem natural da sociedade. Com a leitura da obra de Friedan, Penelope percebeu que um problema que considerava pessoal poderia ser aplicado à realidade de inúmeras outras mulheres “[...] forçadas pelos maridos a ficar em casa quando estavam mais do que dispostas a colocar o intelecto em uso como força de trabalho qualificada, mulheres como ela própria que estavam ficando malucas com o tédio e a banalidade” (Evaristo, 2020, p. 316). Ao apresentar as experiências da personagem Penelope e, através dela a obra de Friedan, Evaristo (2020) caracteriza a razão das inúmeras críticas de teóricas do feminismo interseccional às autoras feministas clássicas brancas. Ainda que a opressão de gênero esteja presente, as reivindicações da personagem Penelope ignoram completamente a realidade das mulheres que estão inseridas em situações de opressão de raça e classe. Penelope atesta seu total desconhecimento ao argumentar com o esposo “dizendo que as mulheres da classe trabalhadora da Inglaterra eram autorizadas a sair para trabalhar e que centenas de milhares de mulheres do Terceiro Mundo “desfrutavam da satisfação” tanto da maternidade quanto do trabalho (Evaristo, 2020, 316, grifo nosso). Ao afirmar que mulheres desfrutavam da satisfação de trabalhar e cuidar da família, a personagem desconsidera as inúmeras dificuldades que trabalhadoras enfrentam ao atuar em atividades exaustivas e de baixa remuneração pela necessidade de subsistência familiar além de acumularem todas as atividades domésticas, historicamente destinadas às mulheres, circunstâncias atestadas pelas teorias ora apresentadas. Na sua crítica à obra de Friedan, hooks (2019) afirma que a autora encobriu atitudes classistas, racistas e sexistas ao fazer do drama das mulheres brancas o sinônimo da condição de todas as mulheres na sociedade norte-americana, não ultrapassando os limites da sua própria vivência para alcançar uma visão mais abrangente sobre a vida das mulheres no contexto dos Estados Unidos. Tampouco percebemos o reconhecimento das diferenças na fala da personagem

Penelope; muito antes, compreendemos a afirmação de hooks (2019) em relação ao desejo pela carreira expressado por mulheres brancas das classes média e alta, com nível superior e que, entediadas com as atividades domésticas, de lazer, com as compras; esperavam algo mais da vida. hooks (2019) ressalta que essa mulher

[...] não discute quem seria chamado a tomar conta das crianças e manter a casa, no caso de mais mulheres como ela serem liberadas de seu trabalho doméstico e conseguirem ingressar no mundo profissional em condições equivalentes às dos homens brancos. Ela não fala das necessidades das mulheres sem homens, sem filhos, sem um lar. Ela simplesmente ignora a existência de todas as mulheres que não são brancas ou que são brancas, porém pobres (hooks, 2019, p. 28).

Na sua crítica, hooks (2019) destaca que a obra de Friedan não releva aos seus leitores se uma empregada doméstica, uma operária, uma babá, uma secretária ou uma prostituta se sente mais realizada pessoal e profissionalmente do que uma esposa inserida no que hooks (2019) denomina como classe de lazer. Para Penelope, o divórcio permitiu a conquista da desejada carreira de professora. A personagem que Evaristo (2020) nos apresenta muitas nuances das relações sociais na sociedade britânica, mas que podem ser reconhecidas em contextos transnacionais. A sua atuação profissional reflete uma das primeiras atuações permitida às mulheres que, entretanto, conserva um caráter doméstico e de cuidados, calcado na lógica da divisão sexual do trabalho. Perrot (2019) destaca que o estabelecimento da obrigatoriedade escolar para crianças no final do XIX ampliou a oferta de emprego para as mulheres, considerando a necessidade de se ensinar meninas e crianças pequenas. Nesse período, surgiram inúmeras escolas normais para professoras primárias “e essa profissão tornou-se uma ambição digna para as filhas da pequena burguesia e das classes populares, rurais e operárias” (Perrot, 2019, 126). Conforme a autora, a atuação como docente em diferentes instâncias condicionou muitas mulheres à solidão, ao desprezo masculino e remuneração inferior à dos homens. Além disso, quanto à atuação nas universidades, a participação das mulheres permaneceu, por muito tempo, indesejável. De acordo com Perrot (2019), verifica-se uma predominância feminina na profissão docente, atividade comumente considerada como adequada às mulheres, o que, segundo a autora, “não é necessariamente um bom sinal. Uma relativa paridade sexual é uma garantia de igualdade” (Perrot, 2019, p. 128).

Ainda que desconsidere as opressões de classe e raça, Penelope identifica a opressão de gênero a que está submetida também na profissão. A indignação estava direcionada aos meninos mais velhos desrespeitosos e, principalmente aos professores homens “[...] machos e arrogantes que ainda se comportavam como se fossem donos do planeta, o tipo que costumava tratá-la com

ar de superioridade quando ela começou no trabalho anos atrás, que a levava às lágrimas que nunca a incluía numa conversa exceto para olhar para os peitos dela” (Evaristo, 2020, 326). Esses mesmos professores que jamais convidavam colegas mulheres para confraternização depois do trabalho, que tomavam decisões sem consultá-las e as excluía dos debates: “ela tinha que ficar sentada ali em silêncio sendo objetificada junto com as outras docentes jovens e os pôsteres de modelos de topless presos no quadro de avisos na sala dos professores assim como algumas alunas foram assediadas por professores que as apalparam [...]” (Evaristo, 2020, p. 326). Conforme destaca Bourdieu (2020), a dominação masculina categoriza as mulheres como objeto simbólico com o intuito de mantê-las em constante estado de insegurança corporal, ou seja, de dependência simbólica. Enquanto objetos sensíveis, atraentes e disponíveis, as mulheres existem antes pelo e para o olhar dos outros. Espera-se, portanto, que mulheres sejam femininas: sorridentes, simpáticas, submissas, contidas. Esse entendimento de feminilidade mantém as mulheres aprisionadas em uma espécie de cerco simbólico que limita os espaços de movimentação de seu corpo enquanto os corpos masculinos ocupam lugares de maneira mais proeminente, sobretudo os lugares públicos.

Mesmo não tendo relação muito próxima com as colegas mulheres, a personagem atuou em movimentos de equiparação salarial e contra a discriminação de gênero, que entendia serem benéficos para todas as trabalhadoras mulheres. Contudo, a mesma mulher que combatia a desigualdade de gênero estava fortemente comprometida com sua própria classe e lamentava as mudanças na sua comunidade escolar decorrentes do fluxo de imigrantes e de seus descendentes: “em uma década, o predomínio da escola passou de crianças inglesas da classe trabalhadora a um zoológico multicultural de crianças vindas de países onde não havia sequer palavras para por favor e obrigado o que explicava *muita coisa*” (Evaristo, 2020, p. 326, grifo da autora). Embora se ressentisse com a presença de imigrantes na escola, Penelope, ao ficar sozinha em uma casa grande após seu segundo divórcio e a saída dos filhos, “encontrou uma faxineira africana maravilhosa chamada Boomi, que dava uma geral no lugar” (Evaristo, 2020, 324). Entre os estudantes filhos de imigrantes estavam Carole, filha de Bummi, La Tisha, filha de migrantes da América Caribenha. Em comum, a escola que estudavam e o fato de terem sido criadas pelas mães desde a pré-adolescência: Carole, porque seu pai morreu de infarto, e La Tisha porque seu pai abandonou a família para ficar com outra mulher com que tinha uma filha ainda criança. Embora tenham sido colegas, cada uma das personagens percebia a escola de maneira distinta. Entretanto, ambas estavam sujeitas às estruturas que estabeleceram as bases da educação de meninas negras na Grã-Bretanha, norteadas pelo o que Mirza (2017) denomina de um novo racismo britânico, caracterizado pela hostilidade em relações aos imigrantes e seus

descendentes. Neste contexto, as relações de gênero foram desconsideradas e as políticas sociais e educacionais fundamentaram suas diretrizes nas distinções raciais e culturais. De acordo com Mirza (2017) essas distinções encobrem a desigualdade econômica estrutural e encerram meninas negras em lugares subalternizados. Conforme a autora, não obstante a promoção dos ideais meritocráticos de acesso universal à educação e a afirmação de mobilidade social por meio da academia, a desigualdade permanece característica das experiências de muitas mulheres negras britânicas descendentes de africanas e caribenhas. A personagem Carole reconhece nos estudos uma via de ascensão social. A aluna que, com a ajuda da mãe, se destacava dos demais, havia se afastado dos estudos em função de uma tragédia pessoal. Porém, em determinado momento escolar, ao analisar as suas experiências e as de diferentes colegas, a personagem exibe uma visão muito clara do destino de todas elas:

viu o futuro delas e o dela como mãe solteiras empurrando carrinhos, empurrando bombas-relógio sem pai
revirando eternamente as almofadas do sofá a fim de achar moedas para alimentar o relógio de luz, como a mãe
comprando na Poundland²⁰, como a Mãe
se digladiando por um pescoço de carneiro nos mercados na hora em que estavam fechando, como a mãe
eu não, eu não, eu não, disse a si mesma, vou voar para longe e além (Evaristo, 2020, p. 144)

Com a intenção de retomar os estudos, Carole se aproximou de uma professora para receber orientação quanto às disciplinas a serem estudadas e a quais universidades se candidatar para ingressar nas melhores carreiras. Em certa medida, tanto as aspirações de Carole quanto as de sua mãe refletem o que Mirza (2017, s. p., grifo da autora) denominou de “efeito migrante”. De acordo com a autora, essa dinâmica cultural interna dos migrantes se refere ao grau em que esses buscam a ascensão profissional, especialmente para as gerações futuras, por intermédio de qualificações e conquistas educacionais. Embora não ignorassem a realidade de discriminação enfrentada pelas crianças negras, os estudos conduzidos por Mirza (2017) evidenciam o desejo por padrões educacionais elevados para suas filhas expressado por famílias negras. Apesar do sentimento de desconfiança em relação às escolas, esses pais e mães sustentavam a crença no ideal baseado na meritocracia. Eventualmente, Carole ingressou em uma universidade reconhecida e acedeu a um espaço profissional de prestígio; entretanto, ao narrar as experiências da personagem, Evaristo (2020) descreve inúmeros confrontos contra opressões de gênero, classe e raça, tanto no ambiente acadêmico quanto no contexto

²⁰ Em uma tradução literal, *poundland* seria “terra da libra”. A personagem faz referência a uma rede de lojas de varejo britânica onde a maioria dos itens é vendida pelo valor de uma libra esterlina.

profissional, sejam por questões de classe na universidade: “eles a fizeram se sentir esmagada, inútil, uma ninguém sem dirigir uma só palavra a ela sem sequer notá-la” (Evaristo, 2020, p. 148); ou quando a cor da sua pele definia a forma como era percebida em diferentes locais: “quando ouviu de passagem outra aluna se referir a ela como ‘tão gueto, quis girar o corpo e gritar logo atrás dela, você disse o quê? o quêêêê? (Evaristo, 2020, p. 148, grifo da autora). Bourdieu (2020) afirma que a relação com o próprio corpo não se limita a sua representação subjetiva. Esse corpo, enquanto definido como um produto social, obedece a determinadas condições sociais de produção por meio de diversas mediações. A noção de feminilidade está condicionada a essa definição, desta forma, mulheres brancas que se enquadram nos padrões dominantes de beleza estão em posição privilegiada em relação às mulheres negras. As opressões de imagem são compreendidas pela personagem quando essa alisou os cachinhos consciente de que não conseguiria um emprego caso não o fizesse, ou quando encontramos uma Carole que se apresenta com “[...] roupas urbanas perfeitamente ajustadas, a inclinação graciosa dos ombros, cabelo alisado puxado para trás num coque samurai, sobrancelhas feitas com precisão caligráfica, joias discretas, pragmáticas, de platina e pérolas” (Evaristo, 2020, p. 130). Entretanto, a apresentação padronizada e um cargo de vice-presidente de um banco não a isentaram da violência racista:

não consegue deixar de pensar nos funcionários de alfândega que a puxam de lado quando viaja pelo mundo tão bem-vestida e equipada quanto qualquer outra pessoa da área de negócios navegando pelas alfândegas – *peçoas que não são incomodadas* ah, ser um dos privilegiados deste mundo que dão por garantido seu direito de surfar pelo globo desimpedidos, insuspeitos, respeitados (Evaristo, 2020, p. 134).

As ponderações da personagem Carole refletem os estereótipos negativos presentes na cultura popular contemporânea que condicionam os espaços de homens e mulheres negras. Conforme mencionado por Collins (2019), mulheres negras ao serem percebidas como o Outro, não se enquadram nos padrões socialmente construídos que validam as percepções subjetivas e as reações que suscitam nos demais. Segundo a autora, mulheres negras, objetificadas como o Outro, estão submetidas a padrões relativos à cor da pele, aos traços físicos e à aparência dos cabelos que fundamentam juízos de valor e que sistematicamente as depreciam. Contudo, o corpo condicionado não facultou à Carole uma desvinculação das imagens de controle sob as quais mulheres negras são percebidas. No encontro com um novo cliente, deparamo-nos com a personagem “[...] pensando que é bom ele não dar uma segunda olhada quando ela entrar na sala de reuniões [...] que é bom ele não olhar para ela procurando o carrinho com as garrafas de café [...] (Evaristo, 2020, p. 133); acostumada com clientes e novos colegas que ignoram sua

presença “[...] tentando achar atrás dela a pessoa que eles obviamente esperam encontrar” (Evaristo, 2020, p. 133). Para além das opressões de raça anteriormente expostas, trazemos aqui as considerações de Bourdieu (2020) em relação às repressões de gênero no mercado de trabalho. Conforme o autor, muitas mulheres permanecem excluídas de cargos de autoridade e liderança, sobretudo em áreas cujos cargos sustentam capacidades e habilidades sexualmente conotadas, tais como as áreas da economia, das finanças e da política. Mulheres precisam apresentar determinados atributos considerados indispensáveis pelos ocupantes masculinos, para além das capacidades técnicas que um cargo específico demanda.

Com os relatos da personagem La Tisha, Evaristo (2020) nos apresenta alguém que também está em busca de ascensão profissional, condicionada, entretanto, a uma atividade exaustiva e mal remunerada, muito por conta da insuficiência de educação formal: “La Tisha começou a trabalhar no supermercado quando abandonou a escola, uma tresloucada afrontosa e linguaruda sem qualificação que não ia aceitar ordem de ninguém que nem na escola quando tentavam impor regras sem sentido” (Evaristo, 2020, p. 211). Conhecemos a relação turbulenta da aluna com a escola enquanto afrontava professores e colegas, ainda que com argumentos articulados: “não via porque estudar quando aquilo não fazia ninguém feliz (cê-dê-efes eram infelizes e não sabiam se vestir) e estudo demais desgasta o cérebro (fato científico)” (Evaristo, 2020, p. 211). Compreendemos que as atitudes desafiadoras se tornaram mais comuns após o abandono do pai, de forma inesperada e injustificada, momento de emoções turbulentas em que a personagem não encontrou amparo ou compreensão. Encontramos uma La Tisha que, com o passar dos anos, tornou-se “bastante sensata e profissional, porque é isso que ela e agora, depois de escapar rastejando do filme de terror que foi sua adolescência” (Evaristo, 2020, p. 210). Adolescência de transgressões e abandono por parte de homens que a deixaram sozinha com a criação de três filhos. Nesse sentido, Mirza (2017) afirma que embora uma alta incidência de mães solteiras nas famílias negras seja reportada, essa se torna mais elevada quando comparada a famílias de mulheres brancas. Os números são relativamente menores quando comparados às uniões conjugais estáveis que de fato existem na comunidade negra. A autora justifica o número elevado de mulheres negras mães solteiras, em comparação com jovens mulheres brancas, pela existência de valores que destacam uma relativa autonomia e igualdade de gênero na comunidade negra. De acordo com a autora, “A existência dessa ideologia incentiva mulheres na busca por compatibilidade em detrimento da segurança econômica (com seus valores correlatos de dever e lealdade) nos relacionamentos” (Mirza, 2017, s. p., tradução nossa, grifo

da autora).²¹ A autora ressalta, ainda, famílias constituídas por mães e seus filhos são realidade entre mulheres mais velhas e não apenas entre jovens negras, fenômeno que deve ser considerado em diferentes fases da vida das mulheres negras, quando relacionamentos são iniciados e encerrados por conta de afinidades e amizades e, como sugerem alguns estudos, pela busca de maior autonomia econômica. Como contraponto, Collins (2019) afirma que os altos índices de famílias negras formadas por mães solteiras ao longo da história podem ser melhor explicados por modelos industriais e de mercado de trabalho do que por características da cultura negra. A difícil tarefa de equilibrar trabalho, família e maternidade tem como consequência o crescimento do número de famílias negras constituídas apenas por mãe e seus filhos. A autora ressalta que a pobreza negra feminina em contextos transacionais continua intimamente ligada à maternidade, ao trabalho e às responsabilidades familiares dessas mulheres, muitas vezes sem suporte masculino adequado.

Ainda que vivenciem realidades distintas, as personagens Carole e La Tisha compartilham uma trágica experiência comum: o estupro. Carole teve a sua adolescência e seu progresso escolar interrompidos pela brutalidade de um estupro coletivo sofrido aos treze anos de idade, em uma festa na casa da colega La Tisha, a primeira que frequentava sem a supervisão de um adulto. Era, também, a sua primeira experiência com o álcool, com roupas um pouco mais ousadas, com o salto alto e com os olhares masculinos. Evaristo (2020) descreve a maneira cruel como a menina é arrastada para fora da festa pelo irmão mais velho de uma de suas amigas, um estudante universitário, que se valeu da sua fragilidade causada pelo excesso de álcool e pela sua crença de que estava sendo protegida: “eles iam parar e se beijar? o *primeiro* beijo dela, não de língua, que era asqueroso, mas nos lábios, de um jeito suave, como nos filmes antigos em preto e branco que a Mãe gostava de assistir só que ela não conseguia tirar a cabeça debaixo da axila dele enquanto ele a levava para fora do terreno” (Evaristo, 2020, p. 141, grifo da autora). Para La Tisha o episódio aconteceu um pouco mais tarde, mas cometido pela mesma pessoa: o irmão mais velho da sua colega de escola, que ela havia reencontrado pelas redes sociais. A promessa de um encontro em um restaurante se tornou um jantar privado no quarto de pensão onde ele morava. Evaristo (2020) nos apresenta um personagem sedutor, que cria um clima de romance e de interesse, enquanto subjugava uma La Tisha recém-saída da adolescência, mãe de dois filhos, carente de atenção e de cuidados, especialmente masculinos. Ao colocar uma música para tocar “[...] puxou-a para ele, e ela pensou: certo, dançar é

²¹ No original: The existence of this ideology encourages women to strive for compatibility rather than economic security (with its attendant values of duty and loyalty) within relationships.

inofensivo, no entanto as mãos dele não paravam e rapidinho a coisa esquentou [...] ela não queria ir até o fim, só se divertir um pouquinho, até o Trey abrir a calça jeans dele enquanto dançavam e enfiar a mão dela ali” (Evaristo, 2020, p. 231). Os pedidos para que ele parasse foram ignorados. As teorias expõem as brutalidades cometidas contra as mulheres em distintas sociedades ao longo da história. A sexualidade feminina sempre esteve sujeita a severas normas sociais, culturais ou religiosas enquanto homens sempre a expressaram livremente, mesmo que fosse por meio da violação. Ainda hoje, as mulheres enfrentam as consequências da permissividade do agir masculino socialmente construída. Federici (2023) assevera que o estupro, considerado uma ferramenta para minimizar conflitos de classes e para atrair homens jovens para o trabalho em um período de escassez de mão-de-obra; contou com a autorização do Estado e a conivência das religiões. Conforme a autora, o estupro cometido contra mulheres de classes mais baixas era considerado um ato menor nas sociedades europeias, não passível de punição mais severa, ainda que praticado coletivamente, à vista de todos; prática que permanece quando analisamos os números de estupros cometidos contra minorias. Perrot (2019) destaca que a violação representava um rito de iniciação masculina nas sociedades medievais que colocava em risco meninas e mulheres. Aquelas que não conseguissem escapar enfrentariam estigmas sociais, desonra e desprezo. De acordo com Perrot (2019, p. 45), “Uma vez deflorada, principalmente se foram muitos os que o fizeram, não encontrará quem a queira como esposa. Desonrada, está condenada à prostituição”. A autora aponta, ainda, que somente estupros coletivos eram passíveis de alguma punição. Caso fossem cometidos por apenas um homem, o consenso era de que as mulheres eram complacentes com o ato, se não o quisessem, poderiam ter-se defendido. A crueldade dessa lógica continua perseguindo as vítimas de estupro. As duas personagens sentem-se culpadas pela agressão, seja porque beberam, porque usaram roupas ditas inadequadas ou porque não a conseguiram evitar. A personagem Carole nunca mencionou o episódio, mesmo tendo a adolescência alterada por ele, “[...] nem para a mamãe, definitivamente, que ia brigar com ela por mentir nem para La Tisha e os outros porque todo mundo disse que a culpa de Sheryl, por usar roupas de vagabunda, quando isso aconteceu com ela no mesmo parque na oitava série era culpa de Carole? ela achava que sim [...]. (Evaristo, 2020, p. 143). O mesmo sentimento inunda a personagem La Tisha que imaginava que tivesse feito alguma coisa errada, “ou se era culpa dela devia ter ficado e conversado sobre aquilo talvez ele dissesse que não tinha ouvido ela dizer não ou que ela tinha deixado ele muito louco de desejo o que era tipo lisonjeiro e que ele não conseguiu se conter” (Evaristo, 2020, p. 232). Ambas arcaram sozinhas com as consequências da agressão: Carole que passou a se trancar no quarto, a faltar aulas pois “qual era o sentido de aprender quando uma coisa assim tinha

acontecido com ela? (Evaristo, 2020, p. 142) e La Tisha que engravidou como consequência do estupro: “ela esperou pelo telefonema que nunca veio, a única coisa que veio foi Jordan então agora ela tinha três filhos [...], todos antes de completar seus vinte e um anos” (Evaristo, 2020, p. 233). O receio do julgamento e da exposição silenciam mulheres e meninas porque essas reconhecem a cultura da culpabilização da vítima nas esferas familiares, sociais e até mesmo judiciais.

Conforme denominação do título deste capítulo, apresentamos aqui um olhar sobre personagens apresentadas por Evaristo (2020) na obra *Garota, Mulher, Outras*, dentre tantos outros olhares possíveis. Uma narrativa de histórias diversas que possibilitam incontáveis análises, sob diferentes perspectivas. Histórias de avós, mães, filhas, netas, amigas; as suas relações, experiências, origens, conquistas, tristezas, alegrias, encontros, desencontros. As implicações das presenças e das ausências em suas vidas. Ainda que o recorte nos limite, procuramos expandir a compreensão sobre aspectos que, ainda que para alguns pareçam distantes, nos afetam a todos enquanto sociedade e na nossa humanidade. Assim, não contamos como Shirley se tornou uma professora na escola de Carole e La Tisha, após sua formação universitária para lecionar história, ainda que fosse obrigada a fazer todas as tarefas domésticas enquanto seus irmãos homens eram servidos, “que não eram punidos por dizer o que pensavam, enquanto ela era mandada para o quarto ao menor sinal de revolta, guarde seus pensamentos para você, Shirl” (Evaristo, 2020, p. 242). Não revelamos Hattie, que construiu uma família com um homem que a amava, que manteve a sua terra após a morte do marido, ainda que a tradição retirasse esse direito das mulheres, que aos noventa e três anos de idade normaliza diferentes identidades de gênero ainda que não as compreenda teoricamente. Não aprofundamos o fato de Hattie ter engravidado aos quatorze anos quando o garoto mais popular da escola do vilarejo se aproximou dela “quando os garotos não prestavam nenhuma atenção em Hattie, então quando aquele prestou estava fora de questão recusar os avanços dele [...] Hattie foi o centro do universo dele por mais ou menos trinta minutos [...] depois ele continuou a ignorá-la, como antes” (Evaristo, 2020, p. 401). Tampouco abordamos a separação de Hattie de sua filha logo ao nascer por conta da decisão de seu pai que, ao arrancar a filha de seus braços, ordenou que Hattie nunca mencionasse o assunto, “nunca, você vai ter que esquecer que isso aconteceu um dia, Hattie sua vida vai ser arruinada pra sempre com uma filha bastarda os homens vão ter dois motivos para não se casar com você” (Evaristo, 2020, p. 403). Entendemos que essas e outras narrativas apresentadas por Evaristo (2020) se prestam a análises pelas teorias ora apresentadas, mas, também, por teorias específicas não menos importantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evaristo (2020) apresenta o último capítulo do romance *Garota, Mulher, Outras*, com uma festa. Uma festa para reencontros, compartilhamento de memórias e para celebração. Mulheres, e alguns homens, que se reencontram para celebrar o sucesso da peça da personagem Amma. Nesta festa, Amma celebra não apenas as conquistas pessoais, mas as transformações sociais, a ampliação das liberdades individuais e dos acessos, ainda que atravessadas por intensos desafios e disputas. Por meio da personagem, Evaristo (2020, p. 478) afirma que “devemos comemorar porque muito mais mulheres estão reconfigurando o feminismo e porque o ativismo popular está se espalhando como fogo e milhões de mulheres estão acordando para a possibilidade de tomarem posse do nosso mundo como seres humanos de pleno direito”. Ao apresentarmos as histórias das mulheres em *Garota, Mulher, Outras*, celebramos a sua autoria premiada e a possibilidade de reconhecermos experiências comuns a muitas mulheres, mas, especialmente, de compreendermos vivências subjetivas moldadas por valores e padrões sociais historicamente construídos e reproduzidos nas mais variadas circunstâncias e por diferentes agentes. A escolha da obra baseou-se no interesse pessoal pela temática e pela fundamental relevância das teorias pesquisadas para as discussões acadêmicas, ainda que reconheçamos o quão insipiente são esses debates nesse meio.

Em um universo de doze personagens e distintas possibilidades de análise, debruçamos sobre a existência de cinco previamente determinadas que, inseridas em uma sociedade ocidental e multicultural, demandaram uma análise baseada em teorias que considerem a diversidade e a complexidade de tais assuntos. A escolha de tais personagens baseou-se na identificação das condições de muitas mulheres, mulheres negras na sua quase totalidade, apresentadas nas diversas teorias do feminismo clássico e, com maior compreensibilidade, nas teorias do feminismo interseccional. Ainda que outras personagens do romance possam ser analisadas pelos pressupostos ora apresentados, o recorte se fez necessário considerado o tempo delimitado para a realização desta análise e o enfoque estabelecido.

Para tanto, estabelecemos como objetivo geral desta pesquisa a análise da constituição das personagens femininas na obra *Garota, Mulher, Outras*, pela perspectiva das teorias feministas e, em especial, das autoras do feminismo interseccional que nos oferecem a possibilidade de ampliarmos nosso entendimento sobre as questões de representatividade em contextos plurais e as particularidades de determinados fenômenos sociais, com o intuito de explicitar as conexões que podem ser ignoradas em uma primeira observação ou análise menos cuidadosa e compreender suas ramificações na sociedade contemporânea. Para nos auxiliar

nessa tarefa, elencamos objetivos específicos de forma a revisar as concepções da historiografia da mulher, a visitar as teorias críticas feministas desde a tradição até o feminismo interseccional e a investigar a representação e a presença do feminismo interseccional na obra *Garota, Mulher, Outras*.

Desta forma, organizamos nossa pesquisa em três capítulos teóricos, além da introdução e um capítulo onde são apresentadas as considerações finais. O primeiro capítulo revisou a trajetória das mulheres e dos feminismos e o dividimos em três seções nas quais tratamos da história das mulheres com base nas perspectivas teóricas de diferentes pesquisadoras clássicas; discorremos sobre o trabalho feminino nas sociedades ocidentais e, por fim, abordamos conceitos dos feminismos clássicos. No segundo capítulo teórico, abordamos as perspectivas do feminismo interseccional que nos forneceram novos parâmetros para temas importantes e que não foram objeto de estudo das teorias críticas do feminismo tradicional, com uma seção que tratou do trabalho feminino pelo viés interseccional. No terceiro capítulo, retomamos os conceitos apresentados para a análise das personagens do romance de Evaristo.

Conforme mencionamos anteriormente, escolhemos a obra de Evaristo (2020) pela representatividade nela manifestada. Encontramos no romance *Garota, Mulher, Outras* o que seu título nos sugere: mulheres singulares, com diversidade de origens e heranças culturais, situadas em diferentes classes sociais, faixas etárias, relacionamentos e que, não obstante as diferenças, têm suas experiências atravessadas pelo machismo, pelo classismo e pelo racismo. Vivências que nos aproximam enquanto coletivo, mas que nos apartam quando consideramos as relações específicas. Partindo de sua perspectiva pessoal, Evaristo (2020) reconhece as afinidades e explicita os distanciamentos, mobilizando conceitos preestabelecidos para, eventualmente, subvertê-los. Desta forma, em todos os capítulos, somos apresentados a mulheres fortes, determinadas, que decidiram conduzir suas vidas à sua maneira, dentro das possibilidades de suas individualidades e de seus contextos. Com Evaristo (2020), passamos a caracterizar as Outras não apenas em oposição àquele considerado como o essencial, na dualidade, mas, sim, na sua inteireza, como sujeitos que corrompem a lógica da objetificação e da sujeição. Sujeitos que, na sua plenitude, legitimam um fim em si mesmo.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Millet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução: Maria Helena Kühner. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo** [recurso eletrônico]. Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2021.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 213-230.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. The University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 140, p. 139-167, 1989. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>>. Acesso em: 25 dez. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DO NASCIMENTO NGANGA, João Gabriel. Harlem Renaissance: morrer para nascer e escrever a partir de si. **Revista História: Debates E Tendências**, n. 2, p. 117 – 129, 2021. Disponível em <<https://doi.org/10.5335/hdtv.21n.2.11096>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

EVARISTO, Bernardine. **Girl, Woman, Other** [recurso eletrônico]. New York: Black Cat, 2019.

EVARISTO, Bernardine. **Garota, Mulher, Outras**. Tradução: Camila von Holdefer. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

EVARISTO, Bernardine. **Manifesto: Sobre nunca desistir** [recurso eletrônico]. Tradução: Camila von Holdefer. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Tradução: coletivo Sycorax. 2. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: volume I**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina** [recurso eletrônico]. Tradução: Carla Bitelli e Flávia Yacubian. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

GOMEZ, Jewelle L. A cultural legacy denied and discovered: black lesbian in fiction by women. *In*: SMITH, Barbara (org). **Home girls: a black feminist anthology** [recurso eletrônico]. New Jersey: Rutgers University Press, 2023, p. 129-144.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Escrever para além da raça: teoria e prática**. Tradução: Jess Oliveira. São Paulo: Elefante, 2022.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Bhuvi Libânio. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 239-249.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Scharwcz, 1997.

MIRZA, Heidi Safia. **Young, female and black** [recurso eletrônico]. Londres: Routledge, 2017.

MULHER. *In*: Dicionário Online Priberam de Português. 2008-2021. Disponível em: < <https://dicionario.priberam.org/mulher/>>. Acesso em: 0/01/2023.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Tradução: Denise Bottmann. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução: wanderson flor do nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ROBLES, Martha. **Mulheres, mitos e deusas: o feminino através dos tempos** [recurso eletrônico]. Tradução: William Lagos e Débora Dutra Vieira. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2019.

SHOCKLEY, Ann Allen. The black lesbian in American literature: an overview. *In*: SMITH, Barbara (org). **Home girls: a black feminist anthology** [recurso eletrônico]. New Jersey: Rutgers University Press, 2023, p. 99-111.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-77.

TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>>. Acesso em: 20 set. 2021.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. [recurso eletrônico]. Tradução Bia Nunes de Sousa. São Paulo: Tordesilhas, 2014.